PLANO DE CONTINGÊNCIA

DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARA O ENFRENTAMENTO DE DESASTRE POR QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS

NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Vitória, ES
2026

SUS

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

Governador do Estado do Espírito Santo

Ricardo de Rezende Ferraço

Secretário de Estado de Saúde

Gleikson Barbosa dos Santos

Subsecretaria de Estado de Vigilância em Saúde

Orlei Amaral Cardoso

Subsecretaria de Estado de Planejamento e Transparência da Saúde

Francisco José Dias da Silva

Subsecretaria de Estado de Regulação do Acesso em Saúde

Clio Zanella Venturim

Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde

Carolina Marcondes Rezende Sanches

Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde

Heber de Souza Lauar

Subsecretaria de Estado Assunto Administrativo/ Financeiro da Atenção à Saúde

Antônio Carlos Haidmann Bispo

Diretor Geral do ICEPI/SESA ES

Érico Sangiorgio

Superintendência Regional de Saúde de Colatina -SESA ES

Edivanio Mendes dos Passos

Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim -SESA ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Brunno Luiz Teixeira Costa

Superintendência Regional de Saúde de São Mateus -SESA ES

Wagney Gomes Camara

Superintendência Regional de Saúde de Vitória -SESA ES

Alexsandro de Moraes Vimercati

Elaboração

Roberto Da Costa Laperriere Junior
Chefe do Núcleo Especial de Vigilância Ambiental em Saúde
NEVA/GEVS/SSVS/SESA

Luciana De Nadai Mariano
Referência Técnica Estadual da Rede Vigidesastres
NEVA/GEVS/SSVS/SESA

Carla Estela Lima
Apoiadora Ministério da Saúde Rede
Vigidesastres/ES

Gilton Luiz Almada
Técnico da Rede Vigidesastres
NEVA/GEVS/SSVS/SESA

APRESENTAÇÃO

O Plano de Contingência para Incêndios Florestais e Queimadas foi elaborado a partir de dados e informações sobre o monitoramento do estado no Sistema Alerta ES do CEPDEC, BD Queimadas do INPE e Painel do Fogo do Sistema de Proteção da Amazônia/Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM/CENSIPAM), análise dos dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), documentos institucionais, legislações pertinentes, documentos da Defesa Civil do Estado do Espírito Santo, dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2Id) e dados operacionais da Secretaria de Estado da Saúde. Além disso, fundamenta-se em instrumentos normativos, planos e documentos técnicos nacionais e estaduais relacionados à gestão de riscos e desastres, às emergências em saúde pública e às diversas temáticas intersetoriais influenciadas por esse fenômeno climático, considerando as especificidades do território e a necessidade de atuação coordenada entre os diferentes órgãos e instituições envolvidas. A construção do plano se baseou no Guia para elaboração de planos de contingência, do Ministério da Saúde.

Para assegurar uma resposta oportuna e efetiva, a Secretaria de Estado da Saúde deve organizar previamente suas ações, fortalecendo a capacidade de preparação, coordenação e continuidade dos serviços essenciais. Nesse sentido, a sistematização dos processos de trabalho, a definição de responsabilidades e fluxos de atuação e o planejamento antecipado das ações possibilitam o fortalecimento da vigilância em saúde, da atenção à saúde e da gestão do SUS e aumentar a resiliência do sistema de saúde frente a eventos climáticos causados por incêndios e queimadas.

LISTA DE SIGLAS

AGERH – Agência Estadual de Recursos Hídricos
ANA – Agência Nacional de Águas
APS – Atenção Primária em Saúde
AVC – Acidente Vascular Cerebral
CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CCI – Comissão de Climatologia
CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia
CEPDEC – Coordenadoria estadual de Defesa Civil
CEREST – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador
CESAN – Companhia de Água e Saneamento do Espírito Santo
CIATox – Centros de Informação e Assistência Toxicológica
CICC – Centro Integrado de Comando e Controle
CIEVS – Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
CO – Monóxido de Carbono
COE – Centro de Operações de Emergência
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
DART – Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho
DATASUS – Sistema de Informações do Ministério da Saúde
DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DDA – Doenças Diarreicas Agudas
DEMPS – Departamento de Emergências em Saúde Pública
DNC – Doença de Notificação Compulsória
DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ESF – Estratégia de Saúde da Família
ESP – Emergência em Saúde Pública
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
ICEPI – Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde
ICSAP – Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária
ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IQAr – Índice de Qualidade do Ar
IRI/EUA – International Research Institute

HEMOES – Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Espírito Santo
LACEN – Laboratório Central
MS – Ministério da Saúde
NO_2 – Dióxido de Nitrogênio
NOAA – National Oceanic and Atmospheric Administration
O_3 – Ozônio
OMM – Organização Meteorológica Mundial
OMS – Organização Mundial da Saúde
PM – Material Particulado
PNI – Programa Nacional de Imunização
RAS – Rede de Atenção à Saúde
RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
REDCap – Research Electronic Data Capture
RENAVEH – Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar
RN – Recém-Nascido
RT – Referência Técnica
RUE – Rede de Atenção às Urgências e Emergências
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCO – Serviço de Comando de Operações
SE – Sistema de Emergências
SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo
SEDEC – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SIH – Sistema de Informações Hospitalares
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SIVEP – Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica
SO_2 – Dióxido de Enxofre
SRAG – Síndromes Respiratórias Agudas Grave
SUS – Sistema Único de Saúde
SVO – Serviço de Verificação de Óbitos
TRS – Terapia Renal Substitutiva
S2iD – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
TSM – Temperatura da Superfície do Mar
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto-Atendimento
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
VIGIÁGUA – Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
VIGIAr – Programa Nacional de Vigilância e Qualidade do Ar
VIGIDESASTRES – Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres
VISA – Vigilância Sanitária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10

1.1. Objetivo Geral..... 16
1.2. Objetivos Específicos 16

2. SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO TERRITÓRIO 16

2.1. Panorama Geral..... 16
2.2. Doenças e Agravos em Cenários de Incêndios florestais e queimadas no Espírito Santo 21
2.3. Ameaças e Riscos 23

2.4. Capacidade Instalada para o Enfrentamento de Desastres Climatológicos por incêndios florestais e queimadas…. 29

2.5. Fontes de Dados 30

3. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO E CENÁRIOS DE RISCO 30

4. ESTRATÉGIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA DESASTRES CLIMATOLÓGICOS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS E QUEIMADAS..... 31

5. ORGANIZAÇÃO DE CADA SETOR PARA RESPOSTA A DESASTRES PROVOCADOS POR EVENTOS CLIMATOLÓGICOS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS E QUEIMADAS..... 36

5.1. Eixo Gestão 36
5.2. Eixo Vigilância de Gestão de Emergências em Saúde Pública 53
5.3. Eixo em Vigilância em Saúde 60
5.4. Eixo Assistência à Saúde 83

6. INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE) 99

6.1 Atribuições do COE 100

6.2 Composição do COE - SAÚDE 101

6.3 Ativação 102

6.4 Desativação 104

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 106

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 107

9. APÊNDICES 111

APÊNDICE 1 – MODELO DE PORTARIA DE ATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS 111

APÊNDICE 2 – MODELOS DE PORTARIA DE DESATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS 113

APÊNDICE 3 – MODELO DE MATRIZ DE RESPONSABILIDADE..... 115

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios contemporâneos para a saúde pública. O aumento da temperatura média global observado nas últimas décadas tem favorecido a ocorrência de eventos climáticos extremos, dentre os quais se destacam aos incêndios florestais e queimadas (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2022).

Os incêndios florestais e as queimadas são resultados da influência dos fatores climatológicos, envolvendo desde as condições atmosféricas até o controle e a disseminação do fogo. Portanto, é essencial o monitoramento desses eventos e que leve em consideração não apenas as condições de focos de calor, mas também a avaliação do período de seca e estiagem e calor extremo (RODRIGUES, 2023). Esses eventos são prejudiciais à vida das pessoas, levando a problemas de saúde, podendo ocasionar óbitos.

Focos de calor corresponde à detecção, por sensoriamento remoto, de pontos com temperatura significativa mente elevada na superfície terrestre, utilizados como indicador indireto da ocorrência de queimadas e incêndios florestais. Os focos de calor são identificados por satélites que captam emissões térmicas, com resolução espacial que varia de 375 metros a 5 quilômetros, a depender do sensor (BRASIL, 2026e).

O incêndio florestal caracteriza-se como qualquer fogo não controlado e não planejado, que incida sobre áreas com vegetação nativa ou plantada, em áreas rurais e que, independentemente da fonte de ignição, exija resposta (BRASIL, 2026e).

Os incêndios florestais geralmente ocorrem com maior frequência e intensidade durante períodos de estiagem, devido à redução da umidade do solo e do ar. Podem ter origem natural, como raios e reações exotérmicas espontâneas, ou resultar de ações humanas, como perda de controle de queimadas agrícolas, acampamentos, descarte de materiais inflamáveis ou faíscas geradas por maquinário. Independentemente da causa, exigem resposta imediata por parte dos órgãos responsáveis (BRASIL, 2023).

Infelizmente, os incêndios florestais atingem todas as regiões do Brasil, como a Mata Atlântica, bioma no qual o Espírito Santo está inserido. A situação tende a ser mais grave durante o período mais seco do ano, coincidente com o outono e inverno. Nesses meses é comum a ocorrência de focos de incêndios (naturais ou provocados).

As queimadas referem-se à queima deliberada ou acidental de vegetação, abrangendo florestas, campos ou outras áreas cobertas por biomassa vegetal. Tradicionalmente associada à agricultura para preparo do solo ou formação de pastagens, pode ocorrer de forma planejada e controlada ou resultar em perda de controle do fogo, levando a incêndios de maiores proporções (BRASIL, 2026e).

Nos meses mais secos, a redução da umidade relativa do ar e a acumulação de material combustível fino, como folhas secas e gramíneas, elevam o potencial de combustão, principalmente nas zonas rurais e de encosta. As áreas de eucaliptos e pastagens são classificadas com alto potencial de inflamabilidade, enquanto as áreas de mata nativa mantêm um nível médio, devido à maior umidade e sombreamento natural (GOIÁS, 2026).

Percebe-se então que nos meses mais secos o material particulado fino aumenta em todo país. A figura 1 mostra as médias mensais da concentração de material particulado em todas as regiões do país.

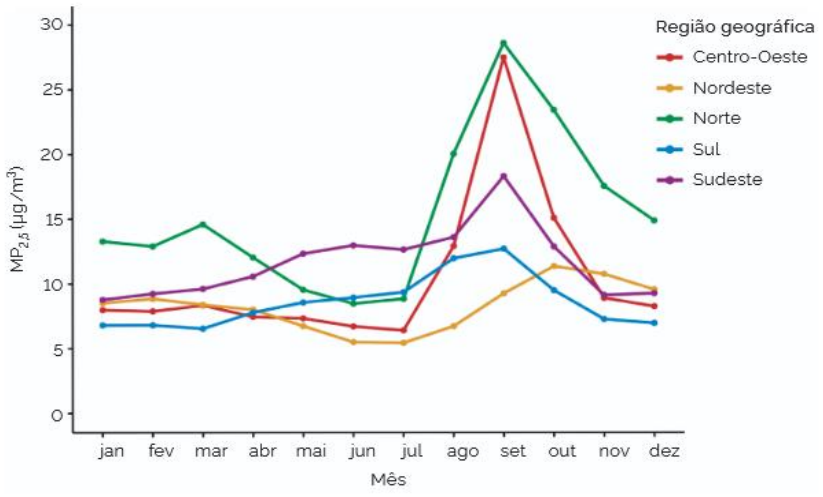


Figura 1 - Médias mensais históricas da concentração de $MP_{2,5}$ nas regiões do Brasil (2010-2024). Fonte: Brasil, 2026.

As queimadas e os incêndios florestais têm se tornado eventos recorrentes, especialmente nas regiões mais secas do estado. Esses incêndios são frequentemente intensificados pela baixa umidade do ar, ventos fortes e pelo uso inadequado do fogo para limpeza de áreas agrícolas ou pastagens. Os incêndios florestais comprometem a biodiversidade, causam degradação do solo e contribuem para o aumento das emissões de gases poluentes, afetando diretamente a qualidade do ar e a saúde da população (BRASIL, 2026a).

A exposição à fumaça tóxica proveniente das queimadas e incêndios florestais pode provocar aumento significativo nas doenças respiratórias, inflamações, diminuição da função pulmonar e internações hospitalares, especialmente entre crianças, idosos e pessoas com doenças cardiovasculares e pulmonares. Além disso, observa-se uma piora nos quadros de asma e um aumento nos casos de câncer de pulmão e de pele (PARAÍBA, 2026).

De setembro de 2025 a setembro de 2026 foram localizados 468 focos de incêndio florestal ou queimada, em quase todos os municípios, com maior concentração em Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Itapemirim, Pancas, Sooretama, Jaguaré, Ecoporanga, Serra, Afonso Cláudio e Nova Venécia (BRASIL, 2026b). Percebe-se que em sua maioria, os incêndios florestais e queimadas ocorrem nas regiões norte e noroeste do estado, não obstante são as regiões onde ocorrem secas e estiagens com maior frequência (BRASIL, 2026b).

Os impactos dos materiais particulados presentes na fumaça liberada por queimadas e incêndios florestais devem ser tratados como um risco crescente para a saúde pública. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a exposição ao $PM_{2,5}$, principal material particulado fino associado às queimadas, está relacionada a 4,2 milhões de mortes por ano no mundo, além de doenças cardiovasculares e câncer de pulmão. Ao serem inaladas, essas partículas podem atravessar as paredes dos pulmões, entrar na corrente sanguínea e afetar todos os sistemas do corpo humano (OMS, 2026).

A matéria particulada (PM) refere-se a partículas inaláveis, compostas de sulfato, nitratos, amônia, cloreto de sódio, carbono negro, poeira mineral ou água. A PM pode ser de tamanho diferente e é geralmente definida por seu

diâmetro aerodinâmico, com $PM_{2.5}$ e PM_{10} o mais comum no marco regulatório e relevante para a saúde. As partículas mais finas (ou seja, $PM_{2.5}$) podem ser derivadas de fontes primárias e fontes secundárias. Tanto a exposição a longo prazo como a curto prazo a partículas está associada à morbidade e mortalidade por doenças cardiovasculares e respiratórias. A exposição a longo prazo tem sido ainda mais associada a resultados perinatais adversos e câncer de pulmão (OMS, 2026).

O quantitativo da matéria particulada está intimamente ligada ao Índice de Qualidade do Ar. O Índice de Qualidade do Ar (IQAr) foi estabelecido inicialmente pela Resolução Conama nº 491, de 19 de novembro de 2018. Essa Resolução, assim como os padrões de qualidade do ar no Brasil, foi atualizada pela Resolução Conama nº 506, de 5 de julho de 2024 (BRASIL, 2026 c).

O IQAr é uma ferramenta matemática utilizada para transformar as concentrações medidas dos diversos poluentes em um único valor adimensional, relacionando as concentrações dos poluentes monitorados aos possíveis efeitos adversos à saúde, visando facilitar a comunicação sobre a qualidade do ar à sociedade (BRASIL, 2026c).

Os valores para o cálculo do IQAr estão apresentados na figura 2.

Qualidade do Ar	Índice	MP_{10} (µg/m³) 24h	$MP_{2,5}$ (µg/m³) 24h	O_3 (µg/m³) 8h	CO (ppm) 8h	NO_2 (µg/m³) 1h	SO_2 (µg/m³) 24h
N1 - Boa	0 – 40	0 – 45	0 – 15	0 – 100	0 – 9	0 – 200	0 – 40
N2 – Moderada	41 – 80	>45 - 100	>15 – 50	>100 – 130	>9 – 11	>200 – 240	>40 – 50
N3 – Ruim	81 – 120	>100 - 150	>50 – 75	>130 – 160	>11 – 13	>240 – 320	>50 – 125
N4 – Muito Ruim	121 – 200	>150 - 250	>75 – 125	>160 – 200	>13 – 15	>320 – 1130	>125 – 800
N5 – Péssima	201 - 400	>250 - 600	>125 - 300	>200 - 800	>15 - 50	>1130 - 3750	>800 - 2620

Figura 2 – Valores para cálculo de IQAr. Fonte: Brasil, 2026c.

Os incêndios florestais são eventos extremos que intensificam a emissão de poluentes atmosféricos, especialmente o material particulado fino ($MP_{2,5}$), gerando impactos significativos à saúde humana e ao meio ambiente. As vias aéreas são a principal porta de entrada dos poluentes, gerando processos irritativos e inflamatórios imediatos, assim como problemas respiratórios,

cardiovasculares, sistema renal, alterações oftalmológicas, sistema tegumentar, sistema neurológico, saúde gestacional e perinatal, sistema endocrinológico e problemas na saúde mental (BRASIL, 2026a).

Outro fator a se considerar é a umidade relativa do ar, que com incêndios florestais e queimadas pode ficar reduzido. Segundo a OMS, o índice ideal de umidade do ar para a saúde humana fica entre 40% e 60%. A Umidade Relativa do Ar significa, em termos simplificados, o quanto de água na forma de vapor existe na atmosfera no momento em relação ao total máximo que poderia existir, na temperatura observada. Dados da escala psicrométrica, segundo os estados de criticidade podem ser observados na figura 3 (SÃO PAULO, 2026).



Figura 3 Escala psicrométrica dos estados de umidade relativa do ar, segundo grau de criticidade. Fonte: São Paulo, 2026.

Algum dos problemas à saúde relacionados à baixa umidade do ar incluem: Complicações alérgicas e respiratórias devido ao ressecamento de mucosas; Sangramento pelo nariz; Ressecamento da pele; Irritação dos olhos; Eletricidade estática nas pessoas e em equipamentos eletrônicos; Aumento do potencial de incêndios em pastagens e florestas (BRASIL, 2026a).

Este Plano busca mitigar estes cenários com ações desenhadas de forma antecipada, buscando engatilhar providências oportunas, realocação de recursos, conscientização quanto a riscos e, de um modo geral, capacitação da

força de trabalho e da liderança no enfrentamento dos possíveis impactos dos eventos climáticos na saúde da população e na estrutura de saúde.

Devido às mudanças climáticas e as previsões do El Niño 2026-2027, a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo constrói o Plano de Contingência para Enfrentamento de Desastre por Incêndios Florestais e Queimadas, visando organizar a preparação e resposta, focado na vigilância, manejo assistencial e mitigação de danos à saúde humana. É estruturado em 5 estágios operacionais (alerta/resposta), monitoramento e doenças relacionadas, com apoio técnico e financeiro do Vigidesastres, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde. Além disso, pretende-se construir os indicadores para resposta a esses tipos de desastre.

Para resposta à uma Emergência em Saúde Pública (ESP) devido a incêndios florestais e queimadas é importante a definição do cenário de risco e dos indicadores, levando em consideração a frequência e intensidade das ocorrências de eventos, as áreas e populações expostas, os efeitos em humanos, os danos materiais e os principais setores afetados. No que concerne ao setor de saúde, o levantamento desse tipo de desastre deve levar em consideração os impactos à saúde da população, aos tipos de serviços de saúde e outros essenciais à resposta, conforme estágio operacional. Essas informações devem ser complementadas por outras em escala local, como estratégia para ampliar e organizar o conhecimento da exposição e vulnerabilidades do território, que permitirá estabelecer estratégias de comunicação e controle social (RODRIGUES et al., 2025).

Dessa forma, a elaboração deste plano justifica-se pela necessidade de subsidiar a tomada de decisões, fortalecer ações de vigilância em saúde, prevenir riscos e minimizar os efeitos adversos decorrentes de desastres associadas a incêndios florestais e queimadas, promovendo a proteção da saúde coletiva e a redução de vulnerabilidades sociais e ambientais.

1.1. OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes técnico-operacionais para organização da resposta do Sistema Único de Saúde no Estado do Espírito Santo diante de Desastres decorrentes de eventos climatológicos por queimadas e incêndios florestais, promovendo ações integradas de prevenção, preparação, resposta e recuperação, com vistas à redução da morbimortalidade e à preservação da capacidade operacional da Rede de Atenção à Saúde.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Monitorar continuamente as condições climatológicas e os indicadores epidemiológicos relacionados aos eventos de queimadas e incêndios florestais.
II. Definir critérios técnicos para ativação do Plano de Contingência.
III. Estabelecer níveis graduados de resposta conforme a intensidade do evento.
IV. Fortalecer a vigilância epidemiológica e ambiental.
V. Organizar a resposta assistencial da Rede de Atenção à Saúde.
VI. Estabelecer responsabilidades institucionais dos diferentes órgãos envolvidos.
VII. Promover ações de comunicação de risco.
VIII. Fortalecer a atuação integrada entre Estado e municípios.
IX – Proteger as populações vulneráveis.
X – Monitorar continuamente os indicadores do plano.

2. SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO TERRITÓRIO

2.1. PANORAMA GERAL

O Espírito Santo, localizado na região Sudeste do Brasil, possui 78 municípios distribuídos em uma área de 46.098,1 km², com população estimada em 4 milhões de habitantes, concentrada principalmente na Região

Metropolitana da Grande Vitória. O estado está dividido em três macrorregiões de saúde, quatro superintendências e quatro regiões de saúde, o que exige organização territorial específica (ESPÍRITO SANTO, 2026a).

Seu território compreende duas regiões naturais distintas: o litoral - que se estende por 400 km - e o planalto. Ao longo da costa Atlântica encontra-se uma faixa de planície que representa 40% da área total do Estado, e à medida que se penetra em direção ao interior, o planalto dá origem a uma região serrana. O clima do Estado do Espírito Santo é tropical úmido, com temperaturas médias anuais de 23ºC e volume de precipitação superior a 1.400 mm por ano, especialmente concentrada no verão (ESPÍRITO SANTO, 2026b).

Nos últimos 28 anos, têm sido registrados as queimadas e incêndios florestais pelo INPE. Para o Espírito Santo, observa-se que entre os anos de 2003 (920), 2007 (728) e 2015 (940) focos foram registrados. Os anos de 2002 (400), 2006 (500), 2008 (500) e 2016 (599) também apresentaram número elevado de focos de incêndio no estado. A figura 4 mostra a série histórica.

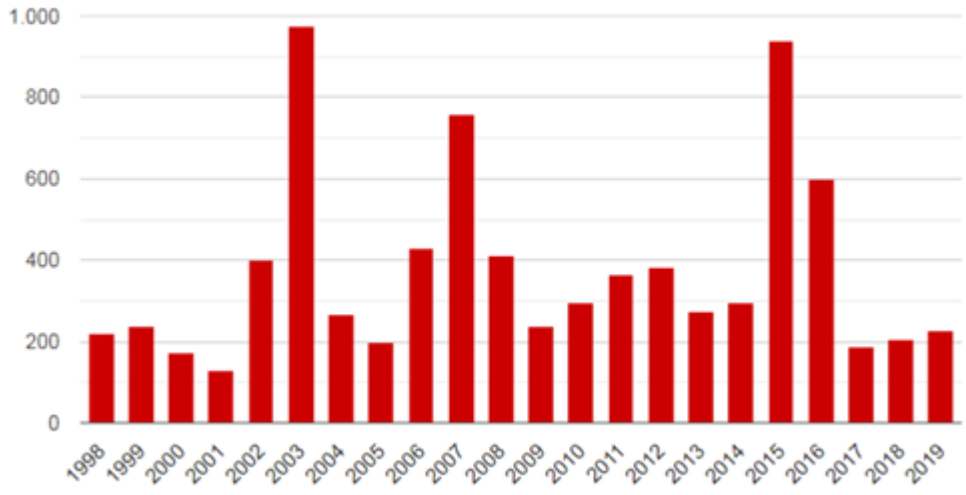


Figura 4 – Série histórica de incêndios florestais e queimadas no Espírito Santo, 1998-2019. Fonte: INPE, 2019.

Cabe destacar que 2015 e 2016, período com grande quantidade de incêndios florestais, coincidiram com menor volume de precipitação no Estado (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Nesse contexto, destaca-se o Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres - Sistema Alerta, instituído pelo Decreto nº 4.488-R/2019, que integra a Defesa Civil, a AGERH, o INCAPER e a CESAN, articulando informações climatológicas essenciais para a tomada de decisão em todas as fases do desastre. O monitoramento contínuo de condições climáticas subsidia ações preventivas e de resposta no território capixaba (ESPÍRITO SANTO, 2024).

Os modelos indicam, com elevada confiabilidade, predominância de temperaturas acima da média em todo o Espírito Santo ao longo do trimestre mai-jul, condição compatível com o fortalecimento do fenômeno El Niño, que favorece o aumento das temperaturas sobre a região (figura 5). (3º Boletim CICC El Niño 2026-2027, ES 2026c).

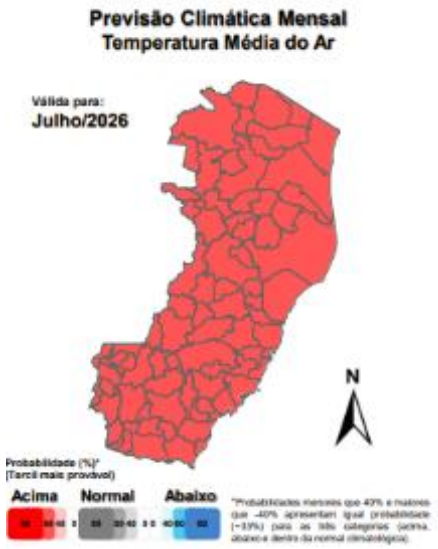


Figura 5 - Previsão climática mensal probabilística (%) para julho de 2026, de acordo com o tercil mais provável para temperatura média do ar. Fonte: CEPDEC, 2026.

Dados de agosto de 2026 (4º Boletim CICC EL NIÑO 2026/2027, ES, 2026e) mostram que nas últimas quatro semanas (12 jul-8 ago, 2026), as anomalias positivas da temperatura da superfície do mar intensificaram-se desde a porção centro-leste até o leste do Pacífico Equatorial, evidenciando o fortalecimento gradual do aquecimento oceânico característico do El Niño. As projeções mais recentes do Climate Prediction Center (CPC/NOAA) confirmam a tendência de intensificação do fenômeno ao longo do segundo semestre de 2026. Segundo o modelo probabilístico, a probabilidade de o El Niño atingir a

categoria muito forte entre a primavera e o início do verão do Hemisfério Sul aumentou para 81%, com maior intensidade prevista entre os meses de outubro e dezembro. Além disso, os modelos climáticos indicam 97% de probabilidade de permanência do El Niño até o trimestre fevereiro-março-abril de 2027, evidenciando elevada persistência do fenômeno (CPC/NOAA). Esse aumento de temperatura e menor probabilidade de chuvas, principalmente no norte do estado, que deixam as vegetações mais secas podem causar queimadas e incêndios.

Segundo o novo modelo probabilístico, a chance de o El Niño atingir a categoria muito forte aumentou expressivamente, ultrapassando os 90% (chegando a cerca de 95% no trimestre outubro-novembro-dezembro). A maior intensidade prevista mantém-se concentrada entre a primavera e o meio do verão no Hemisfério Sul. Além disso, os modelos climáticos indicam praticamente 100% de probabilidade de permanência do El Niño até o início de 2027. O fenômeno demonstra elevada persistência, mantendo altíssima probabilidade (cerca de 97%) de atuação durante o trimestre fevereiro-março-abril (FMA) e estendendo-se com mais de 80% de chance até o trimestre março-abril-maio (MAM) de 2027 (5º BOLETIM CICC EL NIÑO 2026/2027, ES, 2026f).

A análise da temperatura máxima permite avaliar as condições térmicas predominantes durante o período e seus possíveis reflexos sobre a evapotranspiração e o ressecamento da vegetação (4º BOLETIM CICC EL NIÑO 2026/2027, ES, 2026e).

A figura 6 mostra a temperatura máxima média e anomalia da temperatura máxima no Espírito Santo para o período de 01 a 09 de agosto de 2026.

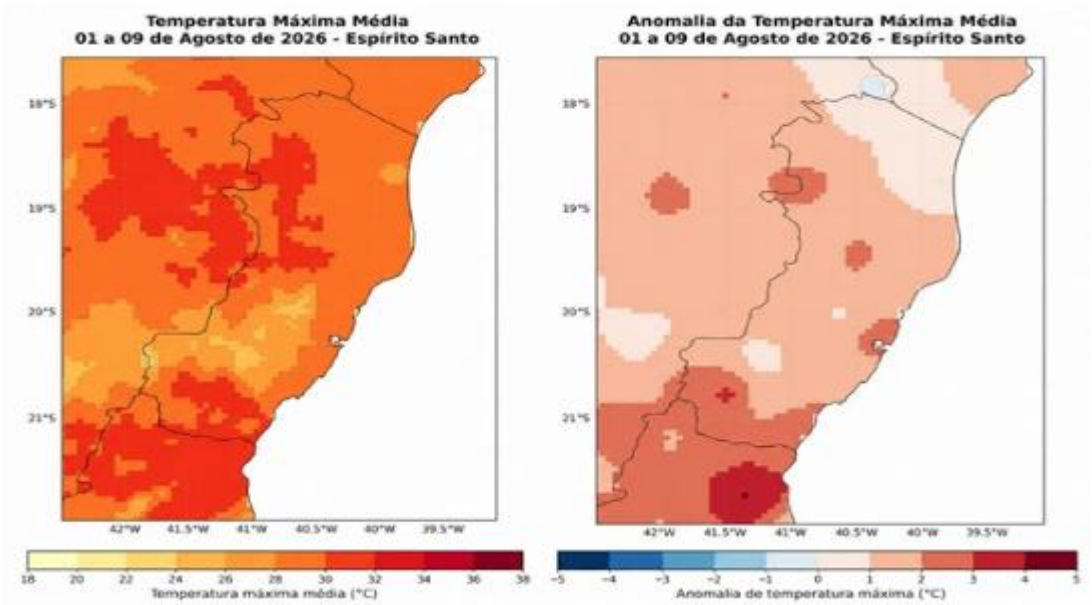


Figura 6 -Temperatura máxima média e anomalia da temperatura máxima no Espírito Santo para o período de 01 a 09 de agosto de 2026. Fonte: MERGE/CPTEC-INPE.

A anomalia da temperatura máxima indicou predomínio de valores positivos, em geral entre +1 e +3 °C, com picos localizados próximos de +4 °C no sul do estado, evidenciando um período mais quente em relação à climatologia. Esse comportamento térmico ocorreu em um contexto de baixa precipitação, elevada frequência de dias secos e irregularidade das chuvas (4º BOLETIM CICC EL NIÑO 2026/2027, ES, 2026e).

Em setembro de 2026, o indicador de dias secos consecutivos, considerando precipitação inferior a 1,0mm/dia, evidenciou maior persistência de tempo seco no Norte e Noroeste do estado. Nessas regiões, os máximos de dias secos variaram predominantemente entre 7 e 10 dias, com núcleos de 11 a 12 dias no extremo norte e em áreas do Noroeste. Quanto às temperaturas, os dados do SAMeT/CPTEC mostram maiores temperaturas máximas médias, entre 28 °C e 32 °C, ocorreram no Norte e Noroeste (8º BOLETIM CICC EL NIÑO 2026/2027, ES, 2026g).

Diante desse contexto, torna-se fundamental a manutenção do monitoramento contínuo das condições climatológicas, de forma a subsidiar o planejamento e a adoção de medidas de prevenção, preparação e resposta pelos órgãos do Sistema Estadual de Saúde e de Proteção e Defesa Civil (ESPÍRITO SANTO, 2026c).

O fortalecimento institucional e a capacidade de adaptação são fatores fundamentais para o sistema de saúde e isso inclui:

- Ampliar a capacidade do sistema de saúde para enfrentar os impactos das mudanças climáticas na saúde humana.
- Desenvolver planos de adaptação do setor saúde às mudanças climáticas em cada esfera de governança do sistema de saúde, considerando a regionalização e a organização em rede.
- Incluir nos planejamentos de gestão em saúde ações de prevenção, preparação e resposta para emergências climáticas, considerando as ameaças, as vulnerabilidades e os recursos financeiros, logísticos e humanos disponíveis nos territórios sanitários.
- Criar e fortalecer sistemas de alerta precoce e vigilância em saúde para doenças e agravos sensíveis ao clima.
- Elaborar painéis e indicadores para o monitoramento contínuo de eventos climáticos extremos e seus efeitos sobre a saúde pública (BRASIL, 2026g).

2.2. DOENÇAS E AGRAVOS EMERGENTES EM CENÁRIOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E QUEIMADAS

O aumento dos eventos climáticos extremos, alterações nos padrões de precipitação e a elevação do nível do mar têm impactos diretos e indiretos na saúde pública. As cidades, com alta densidade populacional e atividades econômicas, estão especialmente vulneráveis, necessitando de sistemas de saúde resilientes e adaptativos (RIO DE JANEIRO, 2025).

A poluição atmosférica é um dos principais determinantes ambientais da saúde e tende a se agravar com o aumento das queimadas, do uso de

combustíveis fósseis e das mudanças climáticas. A exposição a partículas e gases tóxicos afeta especialmente os sistemas respiratório e cardiovascular, agravando doenças como asma, DPOC, infarto e AVC (BRASIL, 2026a).

Os grupos prioritários incluem: idosos, crianças menores de cinco anos, gestantes, pessoas com deficiência, pessoas com doenças crônicas, pessoas negras, populações do campo, pessoas que vivem ou trabalham próximas a locais com índices de qualidade do ar considerados prejudiciais à saúde humana, trabalhadores expostos à poluição do ar em situações de queimadas (como bombeiros e brigadistas) e comunidades tradicionais. Portanto, cabe ao setor saúde, colaborar na redução das vulnerabilidades sociais e ambientais (BRASIL, 2026d).

A poluição do ar é uma das principais causas de morbidade e mortalidade cardiovascular no mundo. Condições atmosféricas extremas gerando seca e calor, são favoráveis a poluição atmosférica elevada e baixa qualidade do ar, devido a incêndios florestais e queimadas. A exposição a poluentes atmosféricos, em especial o material particulado fino (MP), derivados da queima, está associada a eventos cardiovasculares agudos, como síndrome coronariana aguda e acidente vascular cerebral, bem como a condições crônicas, como aterosclerose e insuficiência cardíaca. (BRASIL, 2026a).

No Brasil, conforme dados disponibilizados no Painel VigiAr, do Ministério da Saúde, estima-se que a proporção de óbitos atribuíveis a exposição ao MP 2.5(µg/m3), entre 2021 e 2023, esteja concentrada principalmente na região sudeste e norte do país (BRASIL, 2026d).

As mudanças climáticas afetam a saúde humana de forma ampla, multissetorial e interdependente, o que, por consequência, impõe desafios crescentes aos serviços de saúde. Os impactos são observados a partir das necessidades emergentes das pessoas e de suas comunidades diante de fenômenos como poluição do ar, devido a queimadas e incêndios florestais. Tais eventos afetam o processo de determinação social da saúde e comprometem os ecossistemas que sustentam a vida, exigindo respostas rápidas, integradas e adaptadas dos sistemas de saúde (BRASIL, 2026d). A figura 7 mostra os impactos à poluição do ar sobre a saúde e a produtividade.

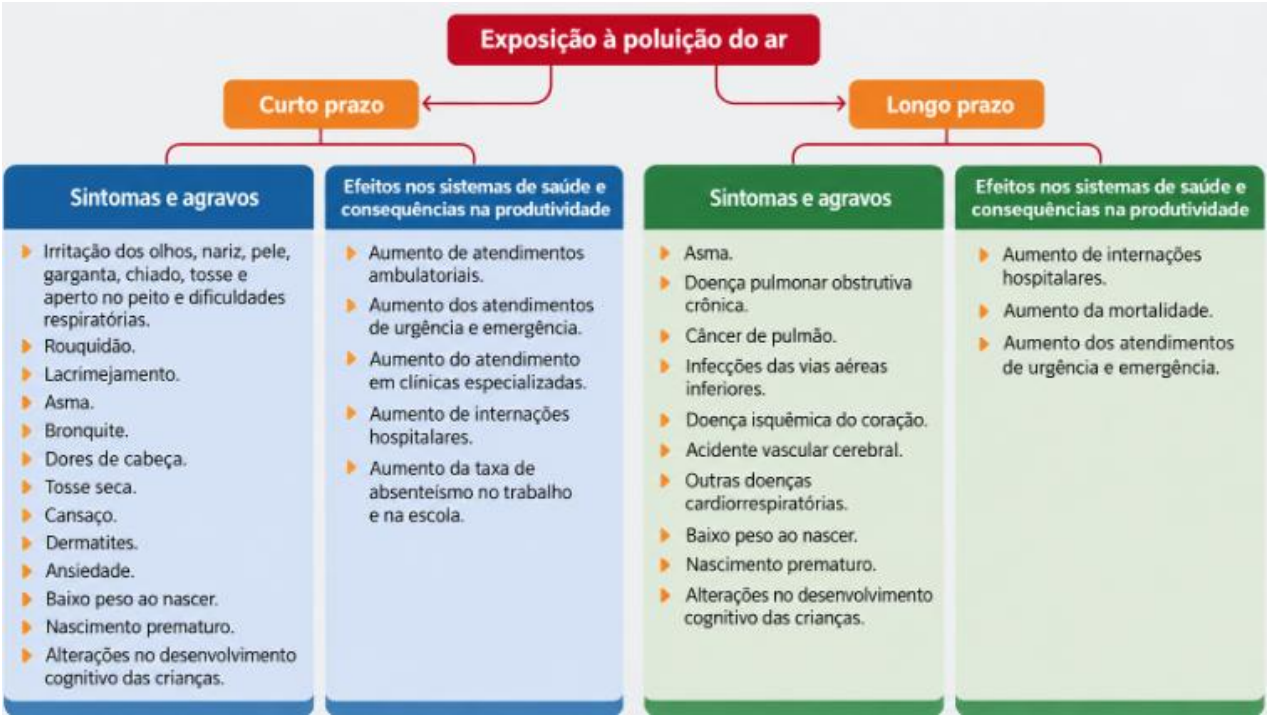


Figura 7 - Impactos da exposição à poluição do ar sobre a saúde e a produtividade. Fonte: Brasil, 2026.

2.3. AMEAÇAS E RISCOS

As mudanças climáticas já são realidade no Espírito Santo. Para esse ano, espera-se os efeitos do Super El Niño, que deve intensificar o calor e agravar a estiagem no Espírito Santo nos próximos meses. A previsão consta no primeiro boletim do Centro Integrado de Comando e Controle para o Enfrentamento dos Impactos do El Niño (1 º Boletim CICC El Niño, ES, 2026), de julho de 2026 (ESPÍRITO SANTO, 2026c). Segundo o boletim, há alta confiabilidade de que as temperaturas fiquem acima da média em todo o Espírito Santo entre julho e setembro. A probabilidade de o fenômeno atingir a categoria muito forte entre a primavera e o início do verão no Hemisfério Sul subiu para 81%, com pico previsto entre outubro e dezembro. Esses fatores, altas temperaturas e baixa pluviosidade inferem em vegetação mais seca, o que pode potencializar queimadas e incêndios florestais, baixa umidade e baixa qualidade do ar, levando a problemas de saúde.

Tais eventos agravam quadros cardiovasculares e respiratórios, especialmente entre idosos, crianças e pessoas com comorbidades, além de poder causar transtornos mentais (BRASIL, 2026d).

Quantos incêndios florestais e queimadas, como produtores de poluição do ar os sistemas comprometidos são:

a. Sistema Cardiovascular

A poluição do ar é uma das principais causas de morbidade e mortalidade cardiovascular no mundo. A exposição a poluentes atmosféricos, em especial o material particulado fino (PM), derivados da queima de biomassa, está associada a eventos cardiovasculares agudos, como síndrome coronariana aguda e acidente vascular cerebral, bem como a condições crônicas, como aterosclerose e insuficiência cardíaca. As mortes por poluição do ar são atribuíveis à exposição de longo prazo (semanas, meses e anos) e de curto prazo (horas e dias) (FLOSS et al., 2022). A exposição crônica à poluição do ar leva ao desenvolvimento de fatores de risco como: vasoconstrição e aumento da pressão arterial, aumento da resistência à insulina e hiperglicemia, dislipidemia e disfunção do HDL, além de outros fatores de risco como disfunção endotelial, inflamação do sistema nervoso central e modificações epigenéticas (HADLEY; BAUMGARTNER; VEDANTHAN, 2018). Os principais caminhos fisiopatológicos são o estresse oxidativo e a inflamação, a entrada na circulação sistêmica e o reflexo neural e desbalanceamento autonômico (BRASIL, 2026d).

As modificações no risco individual, podem levar ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares subclínicas como: remodelamento cardiovascular e fibrose, progressão de aterosclerose e hipertensão sistêmica e pulmonar. A exposição aguda a altas concentrações de poluentes atmosféricos, atua diretamente nos mecanismos fisiopatológicos de doenças cardiovasculares como: vasoconstrição pulmonar e sistêmica, comprometimento da vasodilatação coronariana, disfunção endotelial, ativação de cascatas trombóticas, redução da fibrinólise, necessidade aumentada de oxigênio pelo miocárdio, aumento do tônus simpático, aumento do ritmo cardíaco. Dessa forma, as consequências são eventos cardiovasculares como: síndrome coronariana aguda, acidente vascular encefálico, arritmia, descompensação de insuficiência cardíaca,

hospitalizações, morbidade e mortalidade (HADLEY; BAUMGARTNER; VEDANTHAN, 2018).

Pessoas com comorbidades preestabelecidas (doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, diabetes e obesidade), idosos, crianças, gestantes, a população negra, indígena, os povos e as comunidades tradicionais (KHRAISHAH et al., 2025); pessoas em situação de vulnerabilidade social e profissões com riscos ocupacionais (FLOSS; CABRAL, 2023).

b. Sistema Respiratório

Fontes de poluição do ar que causam as mudanças climáticas, como queima de biomassa emitem gases e material particulado que, inalados, são fatores de risco diretos, especialmente para doenças crônicas, em especial para o sistema respiratório como doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), infecções de vias aéreas inferiores e câncer de pulmão (NISHIDA; YATERA, 2022). A poluição do ar, composta por material particulado (em especial $MP_{2,5}$), ozônio, dióxido de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis, está associada a um aumento na morbidade e mortalidade por doenças respiratórias (BRASIL, 2026d), de forma que a saúde respiratória de uma população é inversamente proporcional ao nível de poluição do ar (WHO, 2024). No Brasil, a poluição do ar esteve associada a aproximadamente 40 mil mortes por doenças respiratórias, 10 mil por DPOC e 8 mil por câncer de pulmão, segundo dados do Painel VigiAr (BRASIL, 2025).

Há evidências substanciais na literatura que ligam a queima da Floresta Amazônica à poluição do ar e ao aumento de doenças respiratórias no Brasil. Estudos demonstram que os incêndios florestais na Amazônia contribuem significativamente para a poluição do ar, especialmente mediante o aumento das concentrações de material particulado fino ($PM_{2,5}$), que está associado a um aumento nas admissões hospitalares por doenças respiratórias (REQUIA et al., 2021; RIBEIRO et al., 2024; YE et al., 2021).

A poluição do ar afeta o sistema respiratório principalmente por meio de mecanismos de estresse oxidativo, inflamação e disfunção imunológica (KAYALAR et al., 2024). O epitélio das vias aéreas é um mecanismo de barreira

e defesa contra os poluentes inalados e podem ter sua função comprometida devido a exposição à poluição do ar e alterações na arquitetura das células epiteliais, em especial o MP que, por ser muito pequeno, atravessa as barreiras biológicas e pode levar à exacerbação das respostas inflamatórias (AGHAPOUR et al., 2022). Quando a integridade da barreira é comprometida, há maior penetração de alérgenos, patógenos e outros agentes nocivos que podem desencadear uma cascata de resposta inflamatória, incluindo citocinas e quimiocinas que recrutam e ativam células do sistema imunológico (FREY, ANDREAS et al., 2020; KAYALAR et al., 2024). A exposição crônica a poluentes pode levar a alterações na plasticidade epitelial com transições do epitélio e remodelação das vias aéreas, em especial em doenças como asma e DPOC, além de aumentar a suscetibilidade a infecções respiratórias (VAN DER ZEE; FISCHER; HOEK, 2016).

Populações em risco:

Crianças e indivíduos com doenças pulmonares preexistentes, como asma e doença pulmonar obstrutiva crônica, são particularmente suscetíveis (PACIÊNCIA; CAVALEIRO RUFO; MOREIRA, 2022). Pessoas que vivem próximas a regiões de queimadas de florestas, em especial na região da Floresta Amazônica, também estão em grande risco de internações hospitalares e morbimortalidade relacionadas à poluição do ar (RIBEIRO et al., 2024).

c. Sistema Renal

A poluição do ar tem sido associada como risco importante a alterações do sistema renal. Já é de conhecimento consistente que a exposição prolongada a substâncias nocivas como material particulado fino ($MP_{2,5}$),ozônio (O_3) e dióxido de nitrogênio (NO_2) está ligada a um aumento do risco de disfunção renal aguda e crônica por alterações patofisiológicas, como inflamação sistêmica crônica e estresse oxidativo, que evoluem para o desenvolvimento de doenças renais (KUZMA et al., 2021). A poluição do ar pode exacerbar fatores de risco tradicionais para doenças renais, como hipertensão e diabetes, acelerando assim a progressão da doença (LAO et al., 2024).

Populações em risco

Os grupos mais vulneráveis estarão entre os que mais são expostos à poluição do ar, como também pacientes em diálise, particularmente idosos, pois são mais suscetíveis a poluentes atmosféricos (BRASIL, 2026d).

d. Alterações Oftalmológicas

A exposição a poluentes atmosféricos, como $PM_{2,5}$, PM_{10}, NO_2, CO, O_3 e SO_2, está fortemente associada ao aparecimento de sintomas e ao desenvolvimento de diversas doenças oculares. Conjuntivite, olho seco, uveíte, pterígio, blefarite, catarata, glaucoma e degeneração macular relacionada à idade são algumas das condições mais citadas na literatura. Os mecanismos envolvem inflamação crônica, estresse oxidativo e disfunção da barreira epitelial ocular (BRASIL, 2026d).

e. Sistema Tegumentar

A poluição do ar pode comprometer a função da barreira cutânea, contribuindo para condições como a dermatite atópica e o fotoenvelhecimento. A exposição a poluentes atmosféricos, como material particulado (PM), está associada ao aumento do estresse oxidativo na pele. Além disso, a exposição a poluentes pode desencadear respostas inflamatórias e imunológicas, exacerbando os sintomas das dermatites e atopia (BRASIL, 2026d).

f. Sistema Neurológico

Os idosos e pacientes com doenças cardiovasculares, por ter aumento no risco de demência; residentes urbanos, especialmente em proximidade a complexos industriais ou rodovias de tráfego intenso, por estarem expostas a níveis mais altos de poluição do ar; pessoas em situação de rua. Fatores socioeconômicos como renda, acesso a recursos de saúde, e disponibilidade de espaços verdes e instalações esportivas podem modular os impactos da poluição do ar na saúde neurológica (BRASIL, 2026a).

g. Saúde Mental

O impacto da poluição do ar na saúde mental é um tema emergente na pesquisa científica, com diversas revisões evidenciando uma associação entre a exposição a altos níveis de poluentes atmosféricos e o aumento das condições em saúde mental. Sugere-se que a poluição do ar está associada ao aumento de sintomas e comportamentos depressivos e ansiosos, e a alterações em regiões do cérebro implicadas no risco de psicopatologias. (BRASIL, 2026d).

h. Saúde Gestacional e Perinatal

A combinação de ondas de calor e poluição do ar pode ter efeitos sinérgicos, aumentando ainda mais o risco de partos prematuros. Estudos forneceram evidências de que a exposição de gestantes à poluição do ar e fumaça de queimadas durante a gravidez aumenta o risco de baixo peso ao nascer, prematuridade, e restrição do crescimento intrauterino, transtornos renais e outros que implicam nos resultados dos nascimentos (BRASIL, 2026a).

i. Sistema Endocrinológico

A exposição a poluentes atmosféricos, especialmente ao material particulado (PM), pode atuar como um desregulador endócrino, interferindo na atividade estrogênica e androgênica. Compostos presentes no PM têm potencial para ativar ou inibir receptores hormonais, afetando eixos hormonais essenciais, como o eixo Hipoltálamo-Hipófise-Gonadal. Além disso, poluentes como o dióxido de nitrogênio (NO_2), dióxido de enxofre (SO_2), ozônio (O_3) e monóxido de carbono (CO), podem alterar a produção hormonal da tireoide, contribuindo para o risco de disfunções endócrinas e reprodutivas. Nesse contexto, as mulheres são particularmente vulneráveis e evidências apontam para os impactos da exposição ampliada a poluentes e toxinas ambientais na modulação dos mecanismos de envelhecimento ovariano e possível influência sobre o desencadeamento da menopausa. (BRASIL, 2026a).

j. Acidentes com animais peçonhentos

Há evidências de que eventos climáticos extremos – como queimadas e incêndios florestais – estão relacionados ao deslocamento de animais peçonhentos para áreas de maior contato com a população humana. Esses

fatores ambientais alteram os ecossistemas e aumentam a exposição humana, sobretudo em contextos de urbanização desordenada e ocupação de áreas vulneráveis (BRASIL, 2026a).

2.4. CAPACIDADE INSTALADA PARA O ENFRENTAMENTO DE DESASTRES CLIMATOLÓGICOS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS E QUEIMADAS

A rede possui suporte adequado para ocorrências de menor impacto, focando no atendimento primário e de urgência em Unidades de Pronto Atendimento (UPA’s) e hospitais regionais (ESPÍRITO SANTO, 2026a).

Em caso de necessidade de acionamento da Rede Estadual de Saúde em decorrência de situações de desastre climatológico por incêndios florestais e queimadas, a Secretaria de Estado da Saúde (SESA/ES) realizará a mobilização das subsecretarias responsáveis pela gestão e organização da rede hospitalar, conforme o cenário de risco e as demandas identificadas. São elas: a Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde, a Subsecretaria de Regulação do Acesso em Saúde e a Subsecretaria de Estado de Contratualização em Saúde.

Essas subsecretarias atuarão de maneira articulada na gestão, organização e mobilização da rede de atenção, à saúde, englobando a (rede hospitalar, os serviços de urgência e emergência, bem como os demais pontos de atenção). A resposta oportuna e efetiva será dimensionada de acordo com os impactos, riscos e necessidades decorrentes do desastre, com capacidade, coordenação e continuidade dos serviços de saúde.

A mudança climática aumenta a carga de cuidados de saúde e impede a prestação de cuidados de saúde adequados em muitos contextos. Sistemas .de saúde sustentáveis e resilientes ao clima oferecem um mecanismo para quebrar esse ciclo devastador - e a chance de demonstrar liderança para outros setores. (WHO, 2018).

Padrões climáticos extremos, que levam a ocorrência de queimadas e incêndios florestais causam morte e doenças, enquanto questões relacionadas

ao clima, como subnutrição e deslocamento, agravam as desigualdades de saúde existentes. Esses impactos afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis e aqueles de baixa renda e ameaçam desfazer anos de desenvolvimento e ganhos de saúde (WHO, 2018).

2.5. FONTE DE DADOS

As fontes de dados se baseou em informações e análises de fontes oficiais, como o Ministério da Saúde (MS), Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEPDEC – S2id), Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), Health and Climate Network, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), Secretarias de Estado da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e Legislações estaduais, sobre as consequências dos desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas na saúde pública.

3. – DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO E CENÁRIOS DE RISCO

Os efeitos das queimadas e incêndios florestais dependem do nível de exposição (frequência, gravidade e duração), da dimensão da população exposta e de vulnerabilidade da população. Desta forma, não é surpreendente que a relação entre os níveis de calor, baixa pluviosidade e os incêndios florestais e queimadas mostrem os seus efeitos na saúde entre populações e em função da sua localização geográfica. Estas alterações de frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos constituem graves riscos para a saúde humana, com o potencial aumento do número de mortes associadas, problemas de foco cardiorrespiratório relacionados com a poluição atmosférica, (DGS, 2014).

Modelos complexos acoplados oceano-atmosfera permite prever, com certo grau de certeza, a intensidade do fenômeno El Niño podem ocasionar

incêndios e queimadas, devido à baixa pluviosidade e aumento de temperatura no sudeste do Brasil. O El Niño não causa “desastres diretamente”, mas aumenta ou reduz a probabilidade de eventos extremos, o que permite fazer previsões de risco com antecedência. El Niño não prevê um desastre específico, mas aumentos de probabilidade, de ter maior chance. O desastre em si depende de outros fatores não climáticos, como a vulnerabilidade da população e a exposição das áreas onde vive a população (BRASIL, 2026c).

A gestão de riscos é um processo contínuo e permanente, que abrange um conjunto de ações com a finalidade de prevenir, reduzir e controlar, ao máximo, os fatores de risco presentes na localidade. No âmbito do Vigidesastres, a gestão de riscos relativa às emergências em saúde pública por desastres compreende, principalmente, a atuação nas seguintes fases: I – preparação contra desastres; II – monitoramento, alerta e comunicação; e III – resposta e reabilitação (BRASIL, 2022).

A Secretaria de Estado da Saúde, por meio do Vigidesastres organiza a sua atuação em cada nível de queimada e incêndio florestal, baseada em temperatura, umidade relativa do ar e qualidade do ar, considerando a gestão de risco de desastre descrita anteriormente e os impactos no setor saúde. O monitoramento se dá através do sistema Painel do VigiAr e BDQueimadas do INPE, que servirão de gatilho para tomada de decisões, segundo os indicadores construídos e estágios operacionais.

4. ESTRATÉGIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA DESASTRES CLIMATOLÓGICOS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS E QUEIMADAS

A definição das ações a serem planejadas devem seguir o disposto no Guia de Elaboração de Planos de Contingência do Ministério da Saúde e Guia de Bolso sobre mudanças climáticas para profissionais de saúde, também do Ministério da Saúde, que orienta sobre as diretrizes e define as ações para o setor de saúde para gestão de desastres, considerando toda sua complexidade e a transversalidade dos eventos (BRASIL, 2023; BRASIL, 2026a; BRASIL, 2026d).

O guia estrutura cinco estágios operacionais que se integram aos indicadores de saúde relacionados a queimadas e incêndios florestais que possam levar a tomada de decisão adequada e oportuna, que promovam a coordenação intersetorial e assegurem respostas efetivas, contínuas e proporcionais ao risco e ao impacto na saúde (BRASIL, 2023).

Os estágios operacionais são definidos conforme a situação epidemiológica, a gravidade do evento, a capacidade de resposta e os recursos disponíveis, permitindo atuação gradual, adaptada e proporcional ao risco identificado. Essa estrutura orienta uma resposta organizada às emergências em saúde, favorecendo a preparação, a mobilização oportuna e a coordenação eficiente das ações de controle, mitigação e recuperação. De forma progressiva, os estágios vão desde a normalidade, marcada pelo monitoramento contínuo e pela vigilância ativa, até a crise, que exige a mobilização excepcional de recursos diante de emergências de grande magnitude, passando pelas fases de mobilização, alerta, situação de emergência e crise, que refletem o aumento da gravidade e a necessidade de intensificar a resposta do sistema de saúde (BRASIL, 2026a).

São considerados indicadores para monitoramento dos incêndios e queimadas segundo critérios climatológicos, epidemiológicos e assistenciais: Temperatura máxima diária, Umidade relativa do ar, Índice de Qualidade do Ar, Alertas climatológicos, Número de focos de calor, Atendimentos por agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas, como eventos respiratórios e cardiovasculares, Internações hospitalares, Óbitos relacionados ao evento, demanda por estrutura de apoio e insumos, Tempo de Resposta do SAMU e aumento da demanda por serviços pré-hospitalares e Tempo de espera nas urgências (BRASIL, 2022, BRASIL, 2023b; BRASIL, 2023c).

Os estágios operacionais de resposta, segundo o Guia para Elaboração dos Planos de Contingência, dividem-se em cinco etapas conforme demonstrado a seguir (figura 8).

NORMALIDADE

Fase inicial, tem o objetivo de monitorar ativamente a ocorrência de eventos em saúde incomuns ou surtos, a fim de identificar oportunamente uma emergência. Este estágio é caracterizado pela cor VERDE. O cenário de risco para o presente plano é caracterizado por condições climáticas dentro da normalidade sazonal, sem impacto significativo associado ao El Niño. Serviços essenciais funcionando regularmente e ausência de aumento de agravos relacionados a desastres

MOBILIZAÇÃO

Ocorre quando há evidências de um evento que represente riscos para a Saúde Pública. Este estágio é caracterizado pela cor AMARELA. O cenário de risco para o presente plano é caracterizado por previsão de alterações climáticas, com possibilidade de redução das chuvas, aumento da temperatura e baixa umidade do ar. Necessidade de intensificação do monitoramento e preparação da rede de saúde.

ALERTA

É acionado quando há indícios de um evento com potencial de evoluir para uma emergência, mas sem magnitude e gravidade suficientes para ser considerado um estado de emergência plena. Este estágio é caracterizado pela cor LARANJA. O cenário de risco para o presente plano é caracterizado pela ocorrência de impactos moderados, com redução prolongada das chuvas, baixa umidade do ar, aumento de focos de calor e queimadas. Maior demanda pelos serviços de saúde e risco ampliado para populações vulneráveis.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Neste estágio, a situação exige uma resposta mais abrangente. Este estágio é caracterizado pela cor VERMELHA. O cenário de risco para o presente plano é caracterizado por impactos severos, com estiagem prolongada, incêndios florestais frequentes, comprometimento do abastecimento de água e sobrecarga dos serviços de saúde. Ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE).

CRISE

Em casos de emergências de grande magnitude, que impactam significativamente o sistema de saúde e exigem uma resposta de múltiplos setores. Este estágio é caracterizado pela cor ROXA. O cenário de risco para o presente plano é caracterizado por um cenário de desastre, com colapso parcial dos serviços essenciais, disseminação de queimadas, escassez hídrica grave e impactos importantes sobre a saúde da população exposta. Resposta estadual ampliada e atuação integrada do CIEVS Bahia/Vigidesastres.

Figura 8 – Estágios operacionais de resposta a desastres. Fonte: BRASIL, 2023.

Sobre os indicadores do plano, conforme os estágios operacionais de resposta ao evento climatológico por queimadas e incêndios florestais:

Quadro 1 – Indicadores conforme os estágios operacionais e descrição do cenário.

ESTÁGIO	DESCRIÇÃO DO CENÁRIO	INDICADORES
NORMALIDADE	Inexistência de alertas climatológicos de incêndios florestais e queimadas emitidos por órgãos competentes, ausência de registros ou rumores de desastres com danos à população, ao meio ambiente ou aos serviços essenciais, notificações de doenças relacionadas queimadas e incêndios em níveis estáveis, sem aumento de casos, e ausência de impactos sobre os serviços públicos e a infraestrutura.	Ausência de alertas emitido pelos órgãos competentes sobre focos de calor, incêndios florestais e queimadas (INPE, VigiAr e SIPAM); **Umidade relativa do ar acima de 60%;** Índice de qualidade do ar – 0-40 e: $PM_{2,5}$ – 0-15µg/m³ 24h PM_{10} - 0-45µg/m³ 24h O_3 – 0-100µg/m³ 8h CO – 0-9 ppm 8h NO_2 – 0-200µg/m³ 1h SO_2 – 0-40µg/m³ 24h
SITUAÇÃO MODERADA (MOBILIZAÇÃO)	Caracteriza-se pelo aumento de focos de calor de forma moderada. Exige intensificação do monitoramento climatológico e epidemiológico, com atenção às doenças respiratórias e cardiovasculares, além do fortalecimento da comunicação de risco e de ações educativas para prevenção de danos à saúde.	Registro de alertas emitido pelos órgãos competentes sobre focos de calor, incêndios florestais e queimadas (INPE, VigiAr e SIPAM); **Umidade relativa do ar entre 31 e 59%;** Índice de qualidade do ar – 41-80 e: $PM_{2,5}$ – >15-50µg/m³ 24h PM_{10} - >45-100µg/m³ 24h O_3 – >130-160µg/m³ 8h CO – 9-11 ppm 8h NO_2 – >200-240µg/m³ 1h SO_2 – >40-60µg/m³ 24h
SITUAÇÃO ELEVADA (ALERTA) (RUIM)	É caracterizado por níveis de focos de calor elevado. Nesse contexto, é essencial intensificar o monitoramento climatológicos e epidemiológico, com foco em doenças nos sistemas orgânicos humanos relacionados à poluição do ar devido incêndios florestais e queimadas. O estágio requer ainda o fortalecimento da comunicação de risco e das ações educativas, promovendo orientações preventivas pela população para mitigar impactos à saúde.	Registro de alertas emitido pelos órgãos competentes sobre focos de calor, incêndios florestais e queimadas (INPE, VigiAr e SIPAM); **Umidade relativa do ar entre 21 e 30%;** Índice de qualidade do ar – 81-120 e: $PM_{2,5}$ – >50-75µg/m³ 24h PM_{10} - >100-150µg/m³ 24h O_3 – >130-160µg/m³ 8h CO – 11-13 ppm 8h NO_2 – >240-320µg/m³ 1h SO_2 – >50-125µg/m³ 24h Tendência de crescimento de agravos à saúde em populações vulneráveis; Aumento da demanda por atendimentos em serviços de saúde.

		Há aumento de decretos municipais ou pela Defesa Civil para desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas, com possibilidade de ocorrer impactos na saúde.
SITUAÇÃO DE PERIGO (EMERGÊNCIA) (MUITO RUIM)	Se caracteriza por níveis de focos de calor perigoso à saúde humana. É preciso maior intensificação do monitoramento climatológico e epidemiológico. O estágio requer ainda a intensificação da comunicação de risco e das ações educativas, promovendo orientações preventivas à população para mitigar impactos à saúde.	Registro de alertas emitido pelos órgãos competentes sobre focos de calor, incêndios florestais e queimadas (INPE, VigiAr e SIPAM); **Umidade relativa do ar entre 12 e 20%;** Índice de qualidade do ar – 121-200 e: $PM_{2,5}$ – >75-125µg/m³ 24h PM_{10} - >150-250µg/m³ 24h O_3 – >160-200µg/m³ 8h CO – >11-15 ppm 8h NO_2 – >320-1130µg/m³ 1h SO_2 – >125-800µg/m³ 24h Aumento expressivo de agravos à saúde, incluindo elevação da incidência de doenças respiratórias, aumento de agravos a diversos sistemas orgânicos relacionados à queimadas e incêndios florestais. Sobrecarga da rede de atenção à saúde, caracterizada pelo aumento da demanda por atendimentos e necessidade de reorganização da rede. Presença de populações e territórios em situação crítica de vulnerabilidade, com dependência predominante de soluções emergenciais. Há aumento considerável de decretos para desastres climatológicos por queimadas e incêndios florestais, com impactos na saúde.
SITUAÇÕES DE CRISE (CRISE)(PÉSSIMO)	Há um estado de crise climática por focos de calor. Nesse contexto, é essencial intensificar o monitoramento climatológico e epidemiológico, com foco em doenças e agravos. O estágio requer ainda a comunicação de risco e das ações educativas, mobilização da Defesa Civil Corpo de Bombeiros. Realizar orientações preventivas à	Registro de alertas emitido pelos órgãos competentes sobre focos de calor, incêndios florestais e queimadas (INPE, VigiAr e SIPAM); **Umidade relativa do ar<12%;** Índice de qualidade do ar – 201-400 e: $PM_{2,5}$ – >125-300µg/m³ 24h PM_{10} - >250-600µg/m³ 24h O_3 – >200-800µg/m³ 8h CO – >15-50 ppm 8h NO_2 – >1130-3250µg/m³ 1h

	população para mitigar impactos à saúde. É preciso restringir eventos ao ar livre, suspensão de aulas presenciais, uso de máscaras de proteção.	SO_2 – >800-2620µg/m^3 24h Aumento muito expressivo de doenças e agravos à saúde relacionados à temperatura, umidade e focos de calor. Sobrecarga da rede de atenção à saúde, caracterizada pelo aumento da demanda por atendimentos e necessidade de reorganização da rede. Presença de populações e territórios em situação crítica de vulnerabilidade, com dependência predominante de soluções emergenciais. Sobrecarga das unidades de saúde. Adaptação e suspensão de atividades não prioritárias e direcionamento dos esforços na proteção e a recuperação dos indivíduos afetados pela poluição do ar devido a queimadas e incêndios florestais. Há decretos para desastres climatológicos, em quase todo o estado, com impactos nos sistemas municipais e estadual. A capacidade de resposta extrapola a municipal e a estadual.

Fonte: Brasil, 2022; Jundiaí, 2023.

5. ORGANIZAÇÃO DE CADA SETOR PARA RESPOSTA A EVENTOS DE DESASTRE CLIMATOLÓGICO POR INCÊNDIOS FLORESTAIS E QUEIMADAS

Os quadros seguintes mostram as ações a serem realizadas, segundo cada setor e estágio operacional

5.1. EIXO DE GESTÃO

Quadro 2 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Secretário de Estado da Saúde.

SETOR: SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Determinar que a equipe da Secretaria Estadual de Saúde elabore ou atualize o Plano Estadual de Contingência Climatológico por Queimadas e Incêndios Florestais, conforme a necessidade, observando as diretrizes técnicas e normativas vigentes;

	-Manter ativo o Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE Saúde), como estrutura de coordenação, estabelecer fluxos de comunicação integrados com municípios e órgãos estaduais e federais, e planejar a mobilização de recursos humanos, insumos e logística para situações de risco; -Integrar a equipe de saúde para atualizar o plano de contingência e revisar as ações setoriais; -Definir os fluxos de atuação, responsabilidades na gestão da Secretaria de Estado da Saúde e atribuir responsabilidades a cada setor; -Acompanhar as informações de monitoramento, alertas e estágios fornecidos pela Rede Vigidesastres; -Preparar a equipe para a ativação do COE Saúde; -Manter comunicação contínua com o COE, Rede Vigidesastres e CIEVS para acompanhamento e acionamento das ações.
MOBILIZAÇÃO	-Preparar a equipe de gestão para caso seja ativado o COE Saúde; -Atribuir à equipe da Secretaria Estadual de Saúde para atualizar planos operacionais conforme necessidades emergentes; -Avaliar e reforçar estoques estratégicos de insumos e equipamentos, planejar logística de distribuição e garantir recursos humanos capacitados; -Solicitar a intensificação da coleta de dados epidemiológicos, ambientais e sanitários; -Avaliar a capacidade da rede de saúde e reforçar comunicação e orientações técnicas aos municípios e equipes; -Estabelecer uma comunicação frequente e estruturada com os integrantes do COE, a equipe técnica da Rede Vigidesastres e o CIEVS, garantindo o acompanhamento e monitoramento contínuo das informações relevantes. Dessa forma, é possível acionar, de maneira oportuna, as ações necessárias sob a responsabilidade de cada setor.
ALERTA	-Avaliar necessidade de ativação do COE Saúde Estadual e, conforme necessário, o COE Regional nas regiões atingidas, com a participação dos gestores das regionais de saúde dos municípios afetados, da equipe de Vigilância e Gestão de Emergências em Saúde Pública e da gestão estadual da assistência à saúde, para monitorar, acompanhar e emitir relatórios que subsidiem a tomada de decisão; -Monitorar continuamente as informações emitidas pela equipe estadual da Rede Vigidesastres, referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento.
fSITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Ativar o COE Saúde Estadual e, conforme necessário, o COE Regional nas regiões atingidas, com a participação dos gestores das regionais de saúde dos municípios afetados, da equipe de Vigilância e Gestão de Emergências em Saúde Pública e da gestão estadual da assistência à saúde, para monitorar, acompanhar e emitir relatórios que subsidiem a tomada de decisão; -Coordenar as reuniões e ações do Centro de Operações de Emergência (COE) ou, na impossibilidade, delegar a um responsável para assumir a função; -Avaliar a necessidade de envio de uma missão exploratória da equipe de resposta rápida aos municípios afetados, considerando a gravidade do desastre e as demandas emergentes; -Caso necessário, autorizar e coordenar o deslocamento da equipe, garantindo suporte técnico adequado para avaliação situacional, identificação de necessidades e implementação de ações estratégicas de resposta; -Definir um porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos, garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação;

	-Articular com superintendentes e subsecretários da Secretaria Estadual de Saúde estratégias para o atendimento oportuno das demandas das Secretarias Municipais de Saúde; -Organizar o envio de recursos adicionais (materiais e humanos) para o enfrentamento da emergência de saúde pública; -Acompanhar o desenvolvimento das ações de saúde previstas Plano de Contingência da SESA para o enfrentamento de Desastres por Incêndios florestais e queimadas; -Garantir o envio de equipe de campo quando necessário, conforme as necessidades específicas de cada município; -Apoiar a execução das ações estabelecidas no plano de ação estadual; -Convocar os subsecretários para mobilização das áreas técnicas afins, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais. -Solicitar aos subsecretários a mobilização das áreas técnicas para cumprimento de suas atribuições conforme o Plano de Contingência da SESA para o enfrentamento de Desastres por Incêndios florestais e queimadas.
CRISE	-Coordenar as reuniões do Centro de Operações de Emergências (COE) em regime permanente, garantindo resposta imediata e contínua à crise. -Desencadear imediatamente o envio de equipes de resposta rápida aos municípios afetados, priorizando áreas de maior gravidade e risco; -Ampliar a mobilização de recursos humanos, logísticos e financeiros, solicitando reforço estadual e federal para suprir demandas críticas; -Coordenar o deslocamento emergencial de equipes especializadas, incluindo profissionais de saúde, logística e assistência social, garantindo suporte técnico para avaliação situacional e implementação de medidas estratégicas de resposta; -Designar um porta-voz oficial exclusivo para a crise, responsável por atualizações constantes à imprensa e comunicação unificada entre os órgãos envolvidos; -Estabelecer uma central de comando integrada, assegurando articulação entre a Secretaria Estadual de Saúde (SES) e as regionais de saúde, funcionado como COE SAÚDE SESA interligados aos COEs – regionais; -Priorizar o envio emergencial de insumos, medicamentos e equipamentos essenciais, com monitoramento contínuo dos estoques e reposição imediata conforme necessidade; -Monitorar e fortalecer a capacidade dos serviços de saúde, incluindo redistribuição de pacientes entre unidades hospitalares para evitar colapso; -Convocar e mobilizar todas as áreas técnicas afins, garantindo a máxima eficiência na execução das ações emergenciais; -Reavaliar constantemente a evolução da crise e ajustar as estratégias de resposta conforme a necessidade, garantindo que todas as ações sejam adaptáveis e eficazes diante do cenário extremo.

Quadro 3 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Comunicação.

SETOR: GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Desenvolver e manter planos de comunicação de risco e protocolos de alerta; -Produzir e divulgar materiais educativos sobre prevenção de agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas, como a necessidade de manter-se longe de focos de calor e uso de máscaras de proteção;

	-Capacitar equipes municipais e estaduais em estratégias de comunicação de risco; -Monitorar canais de comunicação e identificar potenciais ameaças e vulnerabilidades à saúde da população; -Produzir alertas sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças relacionadas a poluição do ar devido a queimadas e incêndios florestais, segurança alimentar e saúde mental, para os estágios de alerta, emergência e crise; -Elaborar materiais educativos em diversos formatos (vídeos, cards, webinários, cartazes, folders, áudios) para ampla divulgação das orientações à população; -Desenvolver e coordenar campanhas de prevenção e proteção, com diretrizes construídas em conjunto com as áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde; -Participar de simulados e reuniões para capacitação contínua das equipes na resposta a desastre por incêndios florestais e queimadas.
MOBILIZAÇÃO	-Produzir alertas sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas, segurança alimentar e saúde mental, para os estágios de alerta, emergência e crise; -Elaborar materiais educativos em diversos formatos (vídeos, cards, webinários, cartazes, folders, áudios) para ampla divulgação das orientações à população; -Desenvolver e coordenar campanhas de prevenção e proteção, com diretrizes construídas em conjunto com as áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde; -Participar de simulados e reuniões para capacitação contínua das equipes na resposta a desastre por incêndios florestais e queimadas; -Manter maior atenção quanto ao possível acionamento do COE Saúde; -Apoiar a estrutura do COE Saúde com informações claras para a tomada de decisão.
ALERTA	-Participar do COE SAÚDE se ativado para acompanhar informações e coordenar demandas junto à imprensa e demais órgãos; -Emitir alertas e materiais educativos à população sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas e impactos na saúde mental, visando ampliar as ações de prevenção e mitigação; -Definir, em conjunto com o Secretário de Estado da Saúde, a estratégia de comunicação, conforme o plano de gestão de entrevistas e coletivas de imprensa elaborado na fase de alerta; -Realizar contato com Assessoria de Comunicação do município afetado para colaborar com comunicações sobre saúde; -Definir porta-voz da Secretaria da Saúde para a imprensa; -Elaborar informes para a imprensa; -Monitorar redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações equivocadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Manter o site da Secretaria de Estado da Saúde constantemente atualizado com informações estratégicas e relevantes sobre os eventos, garantindo que a população tenha acesso a dados confiáveis e atualizados; -Ampliar a divulgação de materiais educativos por meio de diferentes formatos, como vídeos, cards informativos, webinários, cartazes, folders, releases e áudios, visando orientar a população sobre medidas de prevenção, cuidados com a saúde e procedimentos a serem adotados durante e após os eventos;

	-Promover junto às Regionais de Saúde e Municípios a divulgação de materiais educativos (cartilhas e folders) disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde; -Divulgar amplamente nas mídias locais, por meio de parcerias com empresas de comunicação (portais de internet, veículos de imprensa, operadores de telefonia, entre outros) para dar suporte à divulgação de informações úteis à sociedade; -Dar suporte ao porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos, garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação; -Realizar o acompanhamento de redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações errôneas.
CRISE	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Manter o site da Secretaria de Estado da Saúde constantemente atualizado com informações estratégicas e relevantes sobre os eventos, garantindo que a população tenha acesso a dados confiáveis e atualizados; -Ampliar a divulgação de materiais educativos por meio de diferentes formatos, como vídeos, cards informativos, webinários, cartazes, folders, releases e áudios, visando orientar a população sobre medidas de prevenção, cuidados com a saúde e procedimentos a serem adotados durante e após os eventos; -Promover junto às Regionais de Saúde e Municípios a divulgação de materiais educativos (cartilhas e folders) disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Saúde; -Divulgar amplamente nas mídias locais, por meio de parcerias com empresas de comunicação (portais de internet, veículos de imprensa, operadores de telefonia, entre outros) para dar suporte à divulgação de informações úteis à sociedade; -Dar suporte ao porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos, garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação. -Realizar o acompanhamento de redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações errôneas; -Convocar e mobilizar todas as áreas técnicas afins, garantindo a máxima eficiência na execução das ações emergenciais; -Reavaliar constantemente a evolução da crise e ajustar as estratégias de resposta conforme a necessidade, garantindo que todas as ações sejam adaptáveis e eficazes diante do cenário extremo; -Manter maior atenção e intensidade na comunicação.

Quadro 4 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretário Estadual para Assunto Administrativo Financeiro e Atenção à Saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA ESTADUAL ASSUNTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO ATENÇÃO À SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Garantir previsão orçamentária e instrumentos legais para a aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos, materiais e para a provisão de recursos humanos para o enfrentamento de desastres por incêndios florestais e queimadas para saúde pública; -Formalizar atas de registro de preços para assegurar rápida disponibilidade de recursos;

	-Elaborar fluxo de trabalho para aquisição ágil de materiais em situação de emergência; -Acompanhar alertas, avisos e estágios emitidos pela Rede Vigidesastres; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	-Garantir previsão orçamentária e instrumentos legais para a aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos, materiais e para a provisão de recursos humanos para o enfrentamento de desastres por incêndios florestais e queimadas para saúde pública; -Formalizar atas de registro de preços para assegurar rápida disponibilidade de recursos; -Elaborar fluxo de trabalho para aquisição ágil de materiais em situação de emergência; -Acompanhar alertas, avisos e estágios emitidos pela Rede Vigidesastres; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes; -Manter maior atenção quanto ao possível acionamento do COE Saúde. -Mobilizar equipes administrativas e operacionais para atuação emergencial; -Ajustar contratos, fornecedores e canais de aquisição rápida para atender demandas potenciais; -Apoiar o COE Saúde com informações sobre capacidade logística e recursos disponíveis.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de alerta, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise; -Promover junto às Regionais de Saúde e Municípios a divulgação de materiais educativos (cartilhas e folders) disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde.
CRISE	-Garantir a execução das ações previstas nas fases de normalidade, alerta e emergência, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 5 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA DE ESTADO CONTRATUALIZAÇÃO EM SAÚDE

ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar plano estratégico para gerir financeiramente a execução de contratos emergenciais, assegurando rápida liberação de recursos para aquisição de insumos, contratação de serviços e ampliação dos serviços contratualizados da rede hospitalar e de urgência e emergência durante situações de emergência ou crise decorrentes de desastres causados por incêndios florestais e queimadas; -Trabalhar em conjunto com as demais subsecretarias e órgãos competentes para assegurar que os contratos emergenciais atendam às necessidades operacionais no enfrentamento da crise; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual da Rede Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	-Elaborar plano estratégico para gerir financeiramente a execução de contratos emergenciais, assegurando rápida liberação de recursos para aquisição de insumos, contratação de serviços e ampliação dos serviços contratualizados da rede hospitalar e de urgência e emergência durante situações de emergência ou crise decorrentes de incêndios florestais e queimadas; -Trabalhar em conjunto com as demais subsecretarias e órgãos competentes para assegurar que os contratos emergenciais atendam às necessidades operacionais no enfrentamento da crise; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual da Rede Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes; - Manter maior atenção com relação a possível acionamento do COE Saúde; -Reforçar estoques estratégicos e verificar a disponibilidade de insumos e equipamentos essenciais; -Mobilizar equipes administrativas e operacionais para atuação emergencial.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de alerta, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES;
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por incêndios florestais e queimadas.
CRISE	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas nas fases de normalidade, alerta e emergência, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a

	pronta resposta em situações de emergência ou crise por incêndios florestais e queimadas; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 6 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Compras, Contratos e Convênios.

SETOR: GERÊNCIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Organizar e monitorar estoques de materiais, insumos e equipamentos para garantir distribuição eficiente durante emergências; -Elaborar plano logístico para coordenar a distribuição aos municípios afetados, incluindo rotas, prazos e acompanhamento em parceria com órgãos municipais; -Estabelecer comunicação eficiente entre setores para compartilhar informações sobre necessidades, demandas e aquisições, assegurando fornecimento e entrega pontual.
MOBILIZAÇÃO	-Organizar e monitorar estoques de materiais, insumos e equipamentos para garantir distribuição eficiente durante emergências por incêndios florestais e queimadas; -Elaborar plano logístico para coordenar a distribuição aos municípios afetados, incluindo rotas, prazos e acompanhamento em parceria com órgãos municipais; -Estabelecer comunicação eficiente entre setores para compartilhar informações sobre necessidades, demandas e aquisições, assegurando fornecimento e entrega pontual; -Ter maior atenção com relação a possível acionamento do COE Saúde; -Reforçar estoques estratégicos e verificar a disponibilidade de insumo e equipamentos essenciais; -Mobilizar equipes administrativas e operacionais para atuação emergencial.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de alerta, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise por incêndios florestais e queimadas, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de situação de emergência, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por incêndios florestais e queimadas.
CRISE	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, alerta e emergência, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a

	pronta resposta em situações de emergência ou crise por incêndios florestais e queimadas; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 7 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Recursos Humanos - SESA.

SETOR: GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS - SESA	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Elaborar plano com previsão orçamentária para pagamento de horas extras e apoios financeiros aos profissionais da Secretaria de Estado da Saúde mobilizados em emergências ou crises durante desastres por incêndios florestais e queimadas, garantindo suporte à atuação em campo; -Adotar medidas legais que permitam a convocação dos recursos humanos necessários nessas situações.
MOBILIZAÇÃO	-Elaborar plano com previsão orçamentária para pagamento de horas extras e apoios financeiros aos profissionais da Secretaria de Estado da Saúde mobilizados em emergências ou crises durante desastres por incêndios florestais e queimadas, garantindo suporte à atuação em campo; -Adotar medidas legais que permitam a convocação dos recursos humanos necessários nessas situações; -Ter maior atenção com relação a possível acionamento do COE SAÚDE SESA.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de alerta, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por incêndios florestais e queimadas.
CRISE	-Garantir a execução das ações previstas na fase de crise, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise por incêndios e queimadas; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 8 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Diretor do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde.

SETOR: DIRETOR DO INSTITUTO CAPIXABA ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO EM SAÚDE – ICEPi

ESTÁGIO	AÇÕES
NORMALIDADE	-Elaborar normativas que permitam a atuação de profissionais do Qualifica-APS em municípios diferentes da sua lotação, em casos de cooperação intermunicipal; -Organizar o cadastro e o treinamento de voluntários, integrando os protocolos existentes da Secretaria de Estado da Saúde para atuação em desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas, sendo essa equipe gerida pela equipe responsável pela gestão do desastre na Secretaria de Estado da Saúde; -Elaborar protocolo para suspensão das atividades de rotina dos profissionais, conforme os estágios de emergência ou crise nesse tipo de desastre; -Definir pontos focais em residência, provimento e jurídico para otimizar organização, comunicação e coordenação interna; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual da Rede Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	Elaborar normativas que permitam a atuação de profissionais do Qualifica-APS em municípios diferentes da sua lotação, em casos de cooperação intermunicipal; -Organizar o cadastro e o treinamento de voluntários, integrando os protocolos existentes da Secretaria de Estado da Saúde para atuação em desastres climatológicos por incêndios e queimadas, sendo essa equipe gerida pela equipe responsável pela gestão do desastre da Secretaria de Estado da Saúde; -Elaborar protocolo para suspensão das atividades de rotina dos profissionais, conforme os estágios de emergência ou crise nesse tipo de desastre; -Definir pontos focais em residência, provimento e jurídico para otimizar organização, comunicação e coordenação interna; -Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual da Rede Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes; -Ter maior atenção com relação a possível acionamento do COE SAÚDE SESA.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de alerta, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise por incêndios florestais e queimadas, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Garantir a execução das ações previstas na fase de emergência, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência.
CRISE	-Garantir a execução das ações previstas na fase de crise, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES; -Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a

	pronta resposta em situações de crise por incêndios florestais e queimadas; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 9 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Acionar toda a equipe para definir o papel da gestão da Assistência à Saúde da SESA/ES, garantindo apoio adequado aos municípios em emergências ou crises causadas por desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Levantar, por município, cenários de risco e capacidade instalada, considerando perdas de equipamentos de saúde em áreas vulneráveis; -Elaborar, com base nesse diagnóstico, ações estratégicas integradas com setores de regulação, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, superintendências regionais, Vigidesastres e outros, visando um plano para resposta a emergências por incêndios florestais e queimadas; -Monitorar e validar o plano, assegurando que todos os envolvidos estejam cientes e preparados para sua execução; -Organizar ações integradas entre APS, redes de saúde, Saúde Mental, programas e serviços, para apoio direto aos municípios afetados; -Promover estratégias para ofertar capacitação para gestores de urgência e emergência na elaboração de planos para múltiplas vítimas; -Mapear e adquirir antecipadamente materiais e equipamentos para instalação rápida de salas de estabilização e unidades móveis independentes de serviços essenciais; -Acompanhar alertas e avisos emitidos pela Rede Vigidesastres; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, garantindo coordenação e comunicação eficientes; Atenção Básica: -Monitoramento contínuo de doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Educação em saúde sobre os riscos gerados pela fumaça e os focos de calor; registro de indicadores de saúde; -Orientar os usuários sobre promoção da saúde; -Promover e manter o aprimoramento dos profissionais para manejar os agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Identificar os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos d e incêndios florestais e queimadas à saúde e como tais efeitos podem variar em tipo, intensidade e magnitude; -Manter o abastecimento de insumos essenciais para atendimentos e exames laboratoriais. Rede Hospitalar e Atenção Especializada: -Manutenção de protocolos clínicos para agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Monitoramento de internações; preparo de fluxos assistenciais; -Promover e manter o aprimoramento dos profissionais para manejar os agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas e orientar as medidas de prevenção; -Identificar os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos de incêndios florestais e queimadas sobre a saúde e como tais efeitos podem variar em tipo, intensidade e magnitude;

	-Manter o abastecimento de insumos essenciais para atendimentos e exames laboratoriais. Urgência e Emergência / Regulação: -Integração dos fluxos de atendimento de urgência com APS; manutenção de regulação de leitos; triagem padrão de risco; -Promover e manter o aprimoramento dos profissionais para manejar os agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas e orientar as medidas de prevenção; -Identificar os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos de incêndios florestais e queimadas à saúde e como tais efeitos podem variar em tipo, intensidade e magnitude; -Manter o abastecimento de insumos essenciais para atendimentos e exames laboratoriais. Saúde Mental: -Acompanhamento preventivo em áreas vulneráveis; monitoramento de estresse e ansiedade relacionados aos agravos causados por incêndios florestais e queimadas. Atenção Nutricional: -Vigilância nutricional da população, especialmente crianças, gestantes e idosos; promoção de alimentação adequada; -Garantir o abastecimento contínuo de medicamentos e insumos na rede de saúde, com monitoramento sistemático de estoques e consumo, especialmente para agravos associados a incêndios florestais e queimadas; -Atualizar a lista de medicamentos estratégicos para emergências e apoiar o planejamento municipal, com capacitação das equipes para atuação nesses tipos de desastres.
MOBILIZAÇÃO	-Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres por incêndios florestais e queimadas. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Acionar a equipe para revisar os instrumentos elaborados na fase de mobilização, assegurando que estejam atualizados e adequados para uma possível resposta à emergência; -Garantir um nível de preparação elevado, permitindo uma atuação coordenada, organizada e eficaz diante de eventuais crises; -Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica da Rede Vigidesastres.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência à saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão da assistência, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta;

	-Assegurar o acionamento e a atuação de toda a equipe, definindo de forma clara o papel da gestão da Assistência à Saúde da SESA-ES junto às equipes das regionais de saúde no suporte aos municípios afetados por desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Determinar que a equipe de gestão realize o levantamento detalhado da situação dos municípios atingidos, incluindo a capacidade instalada dos serviços de saúde e possíveis perdas de equipamentos essenciais, em estreita colaboração com a equipe da regional de saúde do território afetado, que seja de forma organizada e coordenada, e todas as informações sejam repassadas ao CIEVS SESA, que é o setor responsável por consolidar todas as informações e emitir relatório diários ao COE SAÚDE Estadual; -Com base nesse diagnóstico, elaborar e implementar ações estratégicas integradas com os setores responsáveis pela regulação de urgência e emergência, regulação de leitos hospitalares, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil estadual e municipal, superintendências regionais de saúde, Rede Vigidesastres, entre outros atores envolvidos; -Executar o plano extraordinário de resposta, a realocação segura de pacientes e a garantia de acesso aos serviços de emergência; -Mobilizar as áreas de Atenção Primária, Média Complexidade, Redes de saúde, Saúde Mental e demais serviços, promovendo a oferta de ações integradas que assegurem o suporte adequado aos municípios atingidos; -Apresentar uma lista detalhada das necessidades de recursos humanos, insumos e equipamentos a serem providenciados para os municípios em situação crítica devido ao desastre por incêndios florestais e queimadas; -Avaliar, em conjunto com os municípios atingidos, a necessidade de acionamento da Força Nacional do SUS, considerando a gravidade da situação, a capacidade local de resposta e a necessidade de reforço nas ações de assistência à saúde. Essa avaliação deve ser repassada ao COE Saúde Estadual para que a decisão e os encaminhamentos necessários sejam adotados.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre por incêndios florestais e queimadas; -Solicitar apoio ao Ministério da Saúde, para garantir o envio de recursos, equipes especializadas e materiais essenciais, de forma a fortalecer a resposta estadual e municipal e assegurar o atendimento adequado às necessidades de saúde da população afetada (Após definição no COE SAUDE SESA); -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 10 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Subsecretaria Regulação de acesso em saúde.

SETOR: SUBSECRETARIA REGULAÇÃO DE ACESSO EM SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Contribuir na elaboração de um Plano Extraordinário de Resposta para assegurar a assistência à saúde em situações de calamidade ou risco de perda de serviços essenciais;

	-Desenvolver protocolo ágil de regulação de leitos por especialidade, priorizando vítimas conforme gravidade, otimizando recursos; -Garantir a participação da equipe de gestão em simulados de emergências relacionadas a desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Monitorar alertas e estágios emitidos pela Rede Vigidesastres; -Estar pronto para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficaz com a equipe.
MOBILIZAÇÃO	-Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado a esse tipo de desastre. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica da Rede Vigidesastres.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta de desastre por incêndios e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência à saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão da assistência, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas; -Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta de desastre por incêndios e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Integrar a equipe da regulação de acesso em saúde com a equipe da Gestão da Atenção à Saúde, para determinar que seja realizado um levantamento detalhado da situação dos municípios afetados, incluindo a avaliação da capacidade instalada dos serviços de saúde e a identificação de possíveis perdas de equipamentos essenciais, em estreita colaboração com a equipe da regional de saúde responsável pelo território impactado; -Com base nesse diagnóstico, elaborar e implementar ações estratégicas integradas com os setores responsáveis pela regulação de urgência e emergência, regulação de leitos hospitalares, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil estadual e municipal, superintendências regionais de saúde, Rede Vigidesastres, entre outros atores envolvidos; -Executar o plano extraordinário de resposta, com garantia de acesso aos serviços de emergência; -Acionar o protocolo diferenciado e eficiente de regulação de leitos nas diversas especialidades, relacionada a desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas, conforme elaborado no estágio de normalidade.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais

	e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do evento; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 11 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - Subsecretaria Vigilância em Saúde

SETOR: SUBSECRETARIA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Realizar o monitoramento sanitário, ambiental e epidemiológico de forma rotineira, com inspeções em sistemas de abastecimento de água, controle das condições higiênico-sanitárias de serviços, alimentos e medicamentos, e vigilância da qualidade da água, especialmente em áreas vulneráveis; -Acompanhar doenças e agravos sensíveis a incêndios florestais e queimadas, como agravos respiratórios, cardiológicos e de outros sistemas e relacionados ao trabalho, além de monitorar a qualidade do ar e os riscos associados à baixa umidade, poeiras e queimadas; -Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação e as ações educativas à população e aos serviços de saúde; -Manter a rotina de imunização e o monitoramento das coberturas vacinais; -Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água e diagnóstico de agravos, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Garantir que os responsáveis pelos setores atualizem suas ações de forma integrada e organizada, assegurando preparo para respostas rápidas e eficazes em emergências ou crises climatológicas por incêndios florestais e queimadas; -Planejar o suporte logístico, financeiro e técnico necessário, garantindo a disponibilidade imediata de recursos ao acionar o plano em situações de emergência; -Estar preparado para integrar o COE Estadual Saúde, assegurando coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua gestão; -Elaborar plano extraordinário de resposta eficiente para convocação e condições adequadas aos profissionais atuantes em campo durante esse tipo de desastre; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como comunidades indígenas, ribeirinhas, agricultores rurais, quilombolas e assentamentos, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como idosos, gestantes, crianças, populações privadas de liberdade, populações de rua, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco devido a incêndios florestais e queimadas.
MOBILIZAÇÃO	-Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado a eventos de incêndios florestais e queimadas. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica da Rede Vigidesastres.
ALERTA	-Participar do COE-Saúde, se ativado, atuando conforme os estágios de preparação e resposta de desastre por incêndios e queimadas e as ações

	definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência e vigilância em saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão do apoio à equipe de vigilância em saúde, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Enviar uma equipe de resposta rápida aos municípios afetados, levando em consideração a gravidade do desastre e as demandas emergenciais, assegurando suporte técnico e logístico adequado para o desempenho eficaz das atividades da equipe; -Acompanhar o desenvolvimento das ações de saúde previstas no para o Plano de Contingência da SESA para o enfrentamento de desastres por Incêndios florestais e queimadas para saúde pública, junto a equipe de vigilância de emergências em saúde; -Convocar gerentes e chefes de núcleo para mobilizar as áreas técnicas afins, com o objetivo de atuar nas ações emergenciais, conforme a necessidade e a fase de resposta da emergência, garantindo o cumprimento de suas atribuições de acordo com o Plano de Contingência da SESA para o enfrentamento de desastres por Incêndios florestais e queimadas; -Coordenar, acompanhar e monitorar de forma integrada as ações realizadas por todos os setores sob sua responsabilidade, garantindo uma comunicação eficaz e a execução adequada das atividades.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do evento por incêndios florestais e queimadas; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 12 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Superintendência de Saúde.

SETOR: SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Atuar no desenvolvimento e qualificação de profissionais da saúde, promovendo capacitações e elaborando materiais educativos voltados tanto para os trabalhadores da área quanto para a população; -Garantir a participação ativa dos responsáveis na elaboração do Plano Extraordinário para assegurar assistência à saúde em calamidades ou emergências com risco à continuidade dos serviços essenciais; -Elaborar plano complementar ao contingenciamento estadual para a região de saúde, integrando ações de forma sincronizada com a SESA Central; -Preparar a equipe para ativar o COE Saúde Regional, composto por membros da SESA Central e da regional, ligado diretamente ao COE Estadual, garantindo coordenação e comunicação eficazes;

	-Estar pronto para integrar o COE Estadual Saúde, assegurando coordenação e comunicação organizadas com a equipe sob gestão; -Preparar-se para ativar e coordenar o COE Regional de Saúde conforme análise do cenário de risco estadual; -Acompanhar os alertas, avisos e estágios de acionamento emitidos pela Rede Vigidesastres.
MOBILIZAÇÃO	-Coordenar ações de vigilância em saúde ambiental, abrangendo o controle de vetores e a saúde do trabalhador; -Formular normas técnicas e supervisionar as atividades desempenhadas por órgãos regionais e municipais, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas; -Prestar assessoria e cooperação técnica aos municípios na implementação de medidas, fomentando a articulação entre os diferentes níveis de governo; -Coletar, analisar e divulgar de dados sobre a situação de saúde no estado, permitindo a identificação de áreas de risco e a definição de prioridades para intervenções estratégicas; -Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado ao evento. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais; -Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica da Rede Vigidesastres; -Preparar a equipe que compõe o COE Regional, caso seja necessário o acionamento.
ALERTA	-Preparar a equipe para, caso seja necessário, ativar o COE Saúde Regional, atuando conforme os estágios de preparação e resposta decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Intensificar o monitoramento, levantando informações detalhadas junto aos Secretários Municipais de Saúde sobre os locais afetados e o impacto na saúde, e compartilhando essas informações com a sala de situação; -Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Coordenar o COE-Regional, assegurando uma atuação integrada para responder às demandas locais, e estabelecer uma interlocução sincronizada com o COE-Saúde-SES, garantindo ações coordenadas e resolutivas da Secretaria de Estado da Saúde em um cenário complexo e crítico; -Estabelecer fluxos permanentes de comunicação com os setores sob sua gestão, garantindo a troca contínua de informações e a atualização constante durante a crise; -Participar da execução do plano extraordinário de resposta, elaborado junto com as equipes das subsecretarias de regulação e atenção à saúde, contemplando a evacuação imediata de unidades de saúde comprometidas, a realocação segura de pacientes e a garantia de acesso aos serviços de emergência; -Planejar, em conjunto com as instâncias colegiadas (CIR), o apoio de outros municípios para a região afetada, conforme e necessidade apresentada por cada município; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e apresentar no COE SAÚDE ES;

	-Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o relatório diário referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Integrar a Superintendência Regional de Saúde ao nível central SESA, a fim de estabelecer fluxo assistencial e monitoramento das atividades e ações; -Organizar a distribuição de insumos estratégicos disponibilizados junto ao setor responsável da SESA ES (Central), conforme as necessidades locais; - Apoiar as Secretarias Municipais de Saúde nas ações de educação em saúde, junto a população atingida.
CRISE	-Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente; -Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre por incêndios florestais e queimadas; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

5.2. EIXO VIGILÂNCIA DE GESTÃO DE EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

Quadro 13 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - Rede Vigidesastres.

SETOR: VIGILÂNCIA EM SAÚDE DOS RISCOS ASSOCIADOS AOS DESASTRES – REDE VIGIDESASTRES	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Monitorar e analisar continuamente indicadores climáticos, ambientais e de saúde, identificando áreas e populações vulneráveis, atualizando o mapeamento de riscos e fortalecendo a vigilância de agravos associados a incêndios florestais e queimadas, com integração intersetorial, orientação técnica aos gestores e equipes de saúde, apoio ao planejamento das ações e promoção da educação em saúde e prevenção de agravos; -Identificar ameaças, vulnerabilidades e recursos para mapear cenários de risco em desastres por incêndios florestais e queimadas; -Estruturar a vigilância em saúde ambiental relacionada aos riscos associados de desastres – REDE VIGIDESASTRES no estado e municípios; -Executar ações de Educação em Saúde específicas para desastres relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Identificar dos fatores de risco e das populações vulneráveis, -Comunicar do risco ambiental com impacto na saúde humana; -Manter atualizado o Plano de Contingência da SESA Plano de Contingência da SESA para o enfrentamento de desastres por Incêndios florestais e queimadas; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar informações sobre eventos para gestores e setores estratégicos da saúde; -Elaborar boletim informativo sobre eventos climáticos, com divulgação periódica conforme nível de resposta estadual; -Realizar simulados para testar o Plano de Contingência e atualizar capacitação da equipe;

	-Manter e atualizar a lista de contatos dos setores, coordenações da SESA (Central e Regionais) e instituições parceiras envolvidas na resposta; -Comunicar-se regularmente com a Defesa Civil para alinhamento de informações e orientações integradas; -Implementar formulário de notificação específica para desastres, orientando pontos focais municipais e regionais no uso da plataforma REDCap para coleta de dados em tempo real; -Preparar equipe para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, apoiando a gestão técnica e estratégica da resposta; -Capacitar equipe para atuação em campo junto aos municípios afetados, quando necessário; -Articular ações para revisão dos planos de contingência na SESA.
MOBILIZAÇÃO	-Manter uma escala de plantão 24 horas, e sobreaviso com profissionais para atendimento imediato e ampliação da capacidade de apoio; -Acompanhar os informes climatológicos sobre a previsão do tempo do Estado e municípios; -Monitorar alerta e o prognóstico de temperaturas elevadas, baixa umidade do ar e baixa qualidade do ar pelos órgãos competentes; -Articular com a Defesa Civil e outras instituições para obtenção de dados sobre as áreas consideradas vulneráveis ao risco de sofrer efeitos frente a incêndios florestais e queimadas; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar informações sobre os eventos para gestores e setores estratégicos da saúde; -Manter comunicação contínua com a Defesa Civil para alinhamento de informações e definição de orientações integradas; -Orientar os pontos focais das regionais de saúde e os municípios para fortalecer a preparação e resposta a desastres, além de reforçar o uso do formulário de notificação específica para desastres na plataforma REDCap, quando necessário; -Estar preparado para integrar o COE Estadual de Saúde quando ativado, apoiando diretamente a Secretaria de Estado da Saúde na condução técnica e estratégica da resposta aos desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Preparar a equipe para atuação em campo junto aos municípios atingidos, sempre que necessário; -Encaminhar alertas para as os pontos focais das regionais de saúde e das secretarias municipais de saúde, que possuem risco de ocorrência desse tipo de evento.
ALERTA	-Atuar no COE SAÚDE, se ativado, monitorando as condições de risco e apoiar as coordenações das ações com as demais autoridades envolvidas; -Intensificar as ações descritas no estágio de mobilização, articulando para que todos os recursos e equipes estejam prontos para atuar conforme necessário; -Acompanhar e analisar os alertas e notificações, para garantir uma resposta oportuna e eficiente em caso de agravamento da situação; -Fortalecer a comunicação entre os setores responsáveis, estimulando que as informações fluam de maneira clara e coordenada; -Intensificar alerta para as demais áreas da SESA e SMS sobre eventos em monitoramento; -Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE) da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA-ES), dos COE SAÚDE REGIONAIS, assegurando uma comunicação eficiente entre a equipe da SESA e os municípios afetados.

	Além disso, contribuir para a análise situacional, a coordenação das ações de resposta e a tomada de decisões estratégicas, visando o atendimento ágil e eficaz às necessidades emergentes; -Notificar o desastre para a Rede Vigidesastres Nacional e para o CIEVS Estadual; -Intensificar as ações de vigilância em saúde (vigilância em saúde ambiental, vigilância sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador e outras); -Preparar/apoiar a elaboração do relatório executivo sobre o desastre para os gestores; -Acompanhar os dados de doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Verificar com as áreas técnicas o fornecimento de água de qualidade para consumo humano; -Verificar com os municípios atingidos a capacidade da assistência farmacêutica à população atingida pelo evento e solicitar ao Ministério da Saúde, kit de medicamentos, insumos e equipamentos, quando necessário; -Articular as ações descritas neste plano com os diversos setores envolvidos, garantindo uma integração eficiente entre as equipes e uma resposta coordenada às necessidades emergenciais. Isso inclui a comunicação e colaboração contínuas entre as áreas de saúde, defesa civil, assistência social, vigilância sanitária, planejamento, logística, e comunicação, assegurando que as estratégias de enfrentamento do desastre sejam implementadas de forma conjunta, coordenada e eficaz, com base nas demandas e prioridades identificadas; -Coordenar a coleta de informações sobre desastres nos municípios afetados, utilizando a formulário do REDCap para consolidar dados de diversas fontes (hospitais, abrigos, serviços de saúde, etc.); -Monitorar a atualização constante das informações na plataforma, permitindo uma análise contínua da situação para ajustes nas estratégias de resposta; -Integrar os dados coletados no formulário do REDCap com outras ferramentas de monitoramento e sistemas de gestão, como o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), para proporcionar uma visão abrangente do impacto do desastre; -Compartilhar as informações coletadas no REDCap com as autoridades competentes, outras entidades de saúde e defesa civil, garantindo uma resposta coordenada e eficiente; -Assessorar os gestores municipais na implementação e coordenação das ações de resposta a desastres, garantindo uma atuação eficaz e integrada; -Encaminhar as demandas emergentes identificadas nos territórios afetados para as áreas técnicas competentes, visando uma resposta rápida e adequada; -Fornecer suporte técnico e operacional aos gestores municipais de saúde para o restabelecimento das ações de rotina e da rede de assistência; -Solicitar, por meio de comunicação formal da Secretaria Estadual de Saúde ao Ministério da Saúde, o envio de kits de medicamentos, insumos estratégicos, equipamentos e recursos humanos conforme a legislação vigente, para atendimento às necessidades das populações atingidas; -Assessorar os municípios na gestão da documentação necessária para decretação de emergência em saúde pública decorrente de desastre por florestais e queimadas, conforme legislação vigente;

	-Elaborar boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual; -Ofertar suporte às áreas técnicas no desenvolvimento das ações identificadas como pertinentes para a manutenção da saúde; -Integrar o COE com outros centros de operação, como os de Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros; -Participar das discussões referentes à manutenção da saúde das pessoas expostas aos eventos no território afetado; -Atuar em campo quando solicitado, garantindo a execução das ações de resposta de acordo com as necessidades identificadas e em conformidade com os protocolos estabelecidos pelo plano de contingência, assegurando o apoio técnico e logístico necessário para a intervenção; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Intensificar alerta para as demais áreas da SESA e SMS sobre eventos em monitoramento; -Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Demandar à gestão estadual a solicitação de apoio ao DEMPS/MS (Departamento de Emergências e Mobilização do Ministério da Saúde), conforme a necessidade, para fortalecer a resposta aos desastres e garantir recursos adicionais para as áreas afetadas; -Apoiar os municípios nas ações de saúde; -Intensificar as atividades de vigilância epidemiológica de doenças e outros agravos relacionados a incêndios e queimadas; -Avaliar o cenário e dimensionar o recurso adicional (material e humano) necessário no âmbito da saúde; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 14 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - CIEVS.

SETOR: CIEVS	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Monitorar continuamente os indicadores epidemiológicos relacionados a doenças associadas a incêndios florestais e queimadas; -Monitorar continuamente alertas climatológicos, hidrológicos, ambientais e epidemiológicos provenientes do INMET, CEMADEN, INPE, ANA, Defesa Civil e demais instituições parceiras; -Coletar sistematicamente as informações sobre surtos e eventos de saúde pública relacionados a incêndios florestais e queimadas; - Registrar e analisar as tendências epidemiológicas e ambientais nos municípios expostos a riscos e vulnerabilidades relacionadas a incêndios florestais e queimadas; -Emitir boletins informativos periódicos para municípios e gestores estaduais; -Realizar treinamento básico de profissionais municipais em notificação e registro de eventos de saúde pública; -Monitorar continuamente os rumores e informações relacionados a desastres, identificando emergências epidemiológicas por meio de

	ferramentas como Disque-Notifica, E-notifica e Clipping CIEVS, realizando análise integrada com a Rede Vigidesastres; -Manter escala de plantão para acionamento rápido dos níveis de resposta, assegurando a prontidão da equipe; -Realizar simulados periódicos com a Rede Vigidesastres para testar o Plano de Contingência e capacitar continuamente a equipe; -Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, apoiando a gestão da Secretaria de Estado da Saúde na condução técnica e estratégica da resposta; -Atuar como ponto focal do CIEVS intersetorial da SESA-ES, garantindo o fluxo contínuo de informações sobre eventos; -Elaborar modelo de boletim informativo a ser emitido a cada 48 horas durante os eventos, assegurando comunicação clara e atualizada para a tomada de decisões; -Preparar a equipe para atuação em campo junto aos municípios afetados, em casos de surtos e emergências de saúde relacionados a doenças veiculadas por água, alimentos ou outros riscos associados a desastres; -Manter atualizada a lista de contatos das coordenações da SESA (Central e Regionais) e das instituições parceiras envolvidas na resposta ao desastre; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como comunidades indígenas, ribeirinhas, agricultores rurais, quilombolas e assentamentos, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco devido a incêndios florestais e queimadas; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como idosos, gestantes, crianças, pessoas privadas de liberdade e populações de rua, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar as informações desses eventos para o grupo da gestão estadual para subsidiar tomadas de decisões; -Intensificar ações de vigilância em municípios com risco identificado de incêndios florestais e queimadas; -Atualizar e testar os protocolos de notificação e investigação de eventos; -Capacitar e realizar orientação técnica às equipes municipais de vigilância para identificação precoce de surtos; -Preparar os fluxos de comunicação rápida entre municípios, CIEVS e RENAVEH; -Planejar as ações preventivas em áreas críticas identificadas pelo monitoramento.
ALERTA	-Atuar no COE SAÚDE, se ativado, monitorando as condições de risco e apoiar as coordenações das ações com as demais autoridades envolvidas; -Intensificar as ações descritas no estágio de mobilização, garantindo que todos os recursos e equipes estejam prontos para atuar conforme necessário; -Acompanhar e analisar os alertas e notificações, para garantir uma resposta oportuna e eficiente em caso de agravamento da situação; -Prestar apoio técnico nas respostas às emergências em saúde pública decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas às Regionais de Saúde; -Receber a comunicação do evento e atuar como ponto focal intersetorial da SESA, reunindo informações de todos os setores e elaborando um relatório consolidado diário sobre a situação.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta; -Integrar o COE com outros centros de operação, como os de Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, promovendo uma atuação integrada e eficiente entre os diferentes setores envolvidos na resposta ao desastre; -Garantir uma integração eficiente entre as equipes, promovendo uma resposta coordenada às necessidades emergenciais. Isso inclui a comunicação e colaboração contínuas entre as áreas de saúde, defesa civil, assistência social, vigilância sanitária, planejamento, logística e comunicação. Dessa forma, as estratégias de enfrentamento do desastre serão implementadas de maneira conjunta, coordenada e eficaz, com base nas demandas e prioridades identificadas; -Coletar, consolidar, monitorar e disseminar as informações sobre os eventos entre os gestores e a Rede CIEVS, garantindo a comunicação eficaz durante a emergência; -Produzir boletins a cada 48 horas, atualizando as informações de saúde relacionadas ao evento e disseminá-los por meio da mídia, garantindo que a população e os gestores recebam informações precisas e oportunas; -Prestar apoio técnico às Regionais de Saúde nas respostas às emergências em saúde pública decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas, orientando e apoiando na implementação de medidas necessárias; -Apoiar os municípios na investigação de surtos e aglomerados de óbitos relacionados a doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas, oferecendo suporte na identificação e controle desses casos; -Participar das discussões sobre a manutenção da saúde das pessoas expostas, assegurando que as medidas de saúde pública sejam adequadas e eficazes para minimizar os impactos da crise; -Atuar em campo quando solicitado, garantindo a execução das ações de resposta de acordo com as necessidades identificadas, seguindo os protocolos estabelecidos no plano de contingência e fornecendo o suporte técnico e logístico necessário para a intervenção; -Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA-ES; -Confirmar os agravos de saúde relacionados ao desastre climatológico por incêndios florestais e queimadas; -Estabelecer protocolos de verificação, análise e tratamento das doenças.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Elaborar boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual; -Estabelecer articulação com atores estratégicos para viabilizar o envio, a distribuição e/ou o remanejamento de insumos e medicamentos para diagnóstico e tratamento de doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 15 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional - RENAVEH.

SETOR: RENAVEH	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Elaborar um fluxo de comunicação e monitoramento com a rede hospitalar para o acompanhamento das internações de pacientes afetados por doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas, abrangendo todas as fases do desastre, quando necessário; -Apoiar as ações do CIEVS e da Rede Vigidesastres no atendimento às demandas de vigilância epidemiológica hospitalar.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Coletar, consolidar e monitorar informações relacionadas à vigilância hospitalar e encaminhá-las ao CIEVS para a elaboração do boletim; -Monitorar continuamente a tendência de doenças ou agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade; -Identificar doenças, agravos e eventos de saúde, por meio do sistema de busca ativa nos serviços de saúde; -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, e-SUS Notifica, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Intensificar a vigilância e controle de doenças não-transmissíveis (dermatites, erupções cutâneas, rinite alérgica, asma, sinusite, bronquite, doenças cardiovasculares, neurológicas) e agravos; -Monitorar e notificar as doenças e agravos de notificação compulsória (DNCs) e dos eventos de interesse de saúde pública.
ALERTA	-Intensificar as ações definidas nos estágios de normalidade e mobilização; -Coletar, consolidar e monitorar informações relacionadas à vigilância hospitalar e encaminhá-las ao CIEVS para a elaboração do boletim; -Ampliar o monitoramento e acompanhamento da vigilância hospitalar e do perfil epidemiológico diário nos hospitais, considerando os impactos do desastre no território.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Realizar a intensificação da Vigilância Epidemiológica Hospitalar, realizando acompanhamento diário, com busca ativa de casos suspeitos de agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Notificar e comunicar imediatamente à coordenação da RENAVEH, especialmente em casos de óbitos; -Informar a área técnica sobre o aumento de casos notificados e de casos graves; -Auxiliar na consolidação dos dados das Fichas Relatório de Emergência preenchidas pelas equipes de campo; -Identificar necessidades imediatas e contribuir para a redução de danos; -Prestar suporte técnico, presencial e/ou virtual, nas respostas ao desastre; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Encaminhar informações ao CIEVS SESA para a produção boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual

	-Estabelecer fluxo de atendimento; -Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Manter os sistemas oficiais de informação atualizados (SIH, SINAN, e-SUS Notifica, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Compreender os impactos imediatos e de longo prazo na saúde; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade; -Monitorar e notificar as doenças e agravos de notificação compulsória (DNCs) e dos eventos de interesse de saúde pública; -Elaborar boletim informativo sobre a situação epidemiológica nos serviços de saúde e ações desenvolvidas; -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

5.3. EIXO VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Quadro 16 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência de Vigilância em Saúde.

SETOR: GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Garantir a participação dos chefes de núcleo nas discussões, atualizações e elaboração das ações de resposta de cada setor em emergências ou crises por desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Mobilizar as áreas técnicas para o cumprimento das atribuições previstas no Plano de Contingência; -Orientar as áreas técnicas quanto às ações de resposta, com base na avaliação da capacidade dos recursos municipais diante dos impactos dos desastres; -Definir pontos focais em cada núcleo/setor, estabelecendo responsabilidades claras durante a resposta; -Implementar um fluxo de comunicação eficiente, coordenado e oportuno, assegurando a troca eficaz de informações durante os desastres desse tipo no Espírito Santo; -Treinar profissionais de saúde e sociedade civil para identificar e responder a vulnerabilidades que condicionam ou resultam em doença; -Provimento e capacitação de pessoal para garantir diagnóstico oportuno, avaliação de contatos, acompanhamento do tratamento, tanto na rotina quanto em demandas excepcionais durante crises; -Produzir e difundir materiais pedagógicos e informativos sobre mudanças climáticas e saúde em formato de fácil acesso; -Identificar áreas de vulnerabilidades sociais em relação ao risco de incêndios florestais e queimadas; -Incentivar, orientar e apoiar as SMS na elaboração de planos de contingência para desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Promover estratégias de capacitação para gestores e profissionais de saúde para atuação em emergências de saúde pública relacionadas a esse tipo de evento; -Avaliar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, conduzido pelos responsáveis pelo abastecimento, e verificar a conformidade com o Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água, conforme estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação n.º 5/2017.

	-Estabelecer e manter sistemas de alerta para eventos climáticos extremos por incêndios florestais e queimadas e previsão de surtos de doenças, identificando os grupos de maior risco; -Identificar, validar e mapear os pontos críticos de focos de calor no território.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações de vigilância sanitária, ambiental, epidemiológica e do trabalhador, com inspeções em sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água, monitoramento das condições higiênico-sanitárias, da qualidade da água e do ar, e avaliação de riscos ambientais e ocupacionais; -Reforçar a vigilância de agravos sensíveis a incêndios florestais e queimadas, como doenças respiratórias, cardiovasculares e em outros sistemas e agravos relacionados ao trabalho, com análise de tendências, fortalecimento da notificação e emissão de alertas precoces; -Intensificar ações educativas à população e orientações técnicas aos serviços de saúde e gestores; -Avaliar e manter as coberturas vacinais, garantindo a continuidade da imunização em áreas vulneráveis; -Ampliar a capacidade do LACEN para análises da qualidade da água e apoio diagnóstico, ajustando fluxos logísticos e operacionais conforme a demanda; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como comunidades indígenas, ribeirinhas, agricultores rurais, quilombolas e assentamentos, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco devido a incêndios florestais e queimadas; -Desenvolver ações específicas para grupos prioritários, como idosos, gestantes, crianças, populações privadas de liberdade e população de rua, garantindo acesso facilitado ao diagnóstico, tratamento e controle vetorial, em áreas de risco; -Realizar articulação com atenção à saúde (atenção primária, urgência e emergência, Força Nacional do SUS) para viabilizar o atendimento adequado para promover a detecção de doenças e agravos, coleta de amostras clínicas, tratamento e notificação; -Monitorar o risco da ocorrência de um desastre relacionado a incêndios florestais e queimadas junto à SESA; -Atualizar periodicamente a avaliação de risco, em conjunto com as áreas técnicas de doenças, agravos e eventos relacionados a incêndios florestais e queimadas.
ALERTA	-Atuar no COE SAÚDE, se ativado, monitorando as condições de risco e apoiar as demais autoridades envolvidas; -Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais; -Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência de incêndios florestais e queimadas; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente a esses tipos de desastres; -Estabelecer fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Acompanhar o planejamento de ações e a resposta do setor saúde; -Promover ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reabilitação, envolvendo as áreas da vigilância em saúde; -Adotar medidas preventivas, imediatas e posteriores, para prevenir e conter doenças e agravos à saúde humana; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade;

	-Elaborar alertas epidemiológicos sobre a situação epidemiológica do Estado e dos serviços de saúde envolvidos na resposta e ações desenvolvidas, em conjunto com a Rede CIEVS; -Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência).
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta; -Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais; -Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência de incêndios florestais e queimadas; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres. Intensificar as ações de comunicação interinstitucional; -Acompanhar alertas de prognóstico de incêndios florestais e queimadas emitidas por órgãos climatológicos e centros de monitoramento climático; -Monitorar o fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade inseridos nos sistemas oficiais de informação (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Realizar informes técnicos contendo o monitoramento das doenças e agravos relacionados ao evento, bem como os alertas emitidos pelos setores envolvidos na resposta; -Intensificar a articulação com as equipes de saúde do Estado e municípios envolvidos; -Acompanhar o desenvolvimento de ações da vigilância em saúde para os grupos vulneráveis (idosos, crianças, gestantes, pessoas com necessidades especiais, doentes crônicos, pessoas privadas de liberdade, população de rua, grupos tradicionais, quilombolas); -Subsidiar tecnicamente o COE; -Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência); -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Intensificar as ações de comunicação interinstitucional; -Acompanhar alertas de prognóstico de incêndios florestais e queimadas emitidas por órgãos climatológicos e centros de monitoramento climático; -Monitorar o fluxo diário de notificação das doenças relacionadas ao evento; -Monitorar dados e informações de morbimortalidade inseridos nos sistemas oficiais de informação (SIH, SINAN, SIVEP Gripe, SINASC, SIM); -Monitorar e detectar surtos precocemente; -Realizar informes técnicos contendo o monitoramento das doenças e agravos relacionados ao evento, bem como os alertas emitidos pelos setores envolvidos na resposta; -Intensificar a articulação com as equipes de saúde do Estado e municípios envolvidos;

	-Acompanhar o desenvolvimento de ações da vigilância em saúde para os grupos vulneráveis (idosos, crianças, gestantes, pessoas com necessidades especiais, doentes crônicos, pessoas privadas de liberdade, população de rua, grupos tradicionais, quilombolas); -Manter o funcionamento 24h em regime de plantão para recebimento de notificação imediata de agravos e eventos de saúde pública e principalmente considerando a tipologia do evento identificado (surto, desastre ou desassistência); -Ter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 17 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Apoio administrativo transporte.

SETOR: APOIO ADMINISTRATIVO TRANSPORTE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Definir protocolo para a suspensão dos transportes de rotina em situações decorrente a desastres climatológico por incêndios florestais e queimadas, para serem otimizados conforme prioridades definidas pelo COE -SAÚDE; -Garantir uma comunicação eficiente e coordenada com os profissionais do setor de transporte, assegurando o uso otimizado e adequado dos recursos para as situações emergenciais relacionadas ao desastre; -Organizar um fluxo de comunicação para que as demandas sejam encaminhadas por meio do COE Saúde e distribuídas de forma adequada.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade.
ALERTA	-Intensificar as ações definidas nos estágios de normalidade e mobilização; -Garantir motoristas e veículos em número adequados, em sobreaviso para acionamento, quando necessário, para deslocamento de equipes em campo e apoio logístico aos municípios.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Intensificar as ações definidas nos estágios de normalidade, mobilização e alerta; -Garantir motoristas e veículos em número adequados em sobreaviso para acionamento, quando necessário, para deslocamento de equipes em campo e apoio logístico aos municípios; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 18 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Epidemiológica.

SETOR: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Realizar o monitoramento epidemiológico de forma rotineira, especialmente em áreas vulneráveis; -Acompanhar doenças sensíveis a incêndios florestais e queimadas, como agravos respiratórios e outras doenças e relacionados ao trabalho, além de monitorar a qualidade do ar e os riscos associados à baixa umidade, poeiras e queimadas; -Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação e as ações educativas à população e aos serviços de saúde; -Manter a rotina de imunização e o monitoramento das coberturas vacinais.

	-Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água e diagnóstico de agravos, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Garantir que todas as áreas técnicas estejam preparadas para organizar suas ações conforme os cenários de desastres climatológico por incêndios florestais e queimadas, apoiando diretamente as regionais de saúde e municípios e atuando em campo quando convocadas; -Planejar estrategicamente a atuação da Vigilância Epidemiológica Estadual, assegurando procedimentos adequados nesses tipos de desastres, considerando as limitações técnicas e operacionais dos municípios afetados; -Preparar a equipe para oferecer suporte estratégico e operacional às regionais de saúde e municípios em emergências ou crises relacionadas a esses tipos de desastres; -Capacitar a equipe para atuação em campo, especialmente em surtos de doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas e outros riscos associados ao desastre; -Organizar um processo de trabalho ativado em emergências para monitorar, avaliar e emitir relatórios contínuos sobre doenças compulsórias e agravos à saúde, permitindo a identificação oportuna de riscos e a implementação de ações pelos setores de assistência à saúde nos municípios afetados; -Elaborar Notas Técnicas para o monitoramento de doenças relacionadas a incêndios florestais e queimadas; -Orientar as Vigilâncias Epidemiológicas regionais na supervisão e no apoio às vigilâncias municipais; -Manter ações de rotina da Vigilância Epidemiológica e monitorar as condições climatológicas, para identificar alertas de incêndios florestais e queimadas emitidos pelos órgãos competentes; -Orientar a Vigilância Epidemiológica das Secretarias Municipais de Saúde a monitorar as condições climatológicas, para identificar alertas de incêndios florestais e queimadas emitidos pelos órgãos competentes.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Intensificar a vigilância de boletim epidemiológico de rumores e eventos de saúde pública relacionados a incêndios florestais e queimadas, identificando impactos na saúde da população; -Atualizar periodicamente a avaliação de risco, em conjunto com as áreas técnicas de doenças, agravos e eventos relacionados ao desastre; -Produzir relatórios quinzenais de monitoramento da situação epidemiológica de eventos relacionados e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Realizar a comunicação de risco com gestores, profissionais de saúde, entes federados e sociedade civil, garantindo acesso a informações sobre prevenção e mitigação dos impactos desses tipos de desastres; -Estabelecer articulação com atores estratégicos para viabilizar ações conjuntas de mitigação e resposta; -Capacitar os profissionais de saúde para a identificação, por meio de fichas de notificação, de situações de interesse para a saúde pública relacionadas ao desastre em serviços de saúde; -Acompanhar, diariamente, os estágios de mobilização e divulgar para a rede de vigilância; - Estabelecer comunicação entre unidades de saúde e demais órgãos; - Emitir alerta sobre potenciais danos à saúde.
ALERTA	-Intensificar o monitoramento e a avaliação das ações de vigilância epidemiológica; -Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade;

	-Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Realizar articulação com atenção à saúde (atenção primária, urgência e emergência, Força Nacional do SUS) para viabilizar o atendimento adequado para promover a detecção de casos relacionados a incêndios florestais e queimadas, coleta de amostras clínicas, tratamento e notificação; -Avaliar alteração do padrão epidemiológico de casos, internações e óbitos, fornecendo subsídios para a tomada de decisão em saúde pública; -Implementar a vigilância ativa em serviços de saúde para a detecção precoce de agravos relacionados ao desastre, por meio da busca ativa de casos, monitoramento de unidades sentinela e análise de dados epidemiológicos em sistemas oficiais; -Acompanhar, diariamente, os estágios de mobilização e divulgar para a rede de vigilância; -Identificar os fatores de risco à saúde e monitorar os grupos de maior risco; -Estabelecer comunicação entre unidades de saúde e demais órgãos; -Emitir alerta sobre potenciais danos à saúde.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais; -Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Acompanhar as ações das regionais assessorando e acordo com as necessidades apontadas; -Disponibilizar todas as formas de contatos para dúvidas; -Subsidiar com informações inerentes aos agravos epidemiológicos; -Estabelecer rotina de informação com as regionais acerca dos agravos; -Realizar avaliação complementar dos danos e impactos à saúde e avaliar mudanças no padrão de morbimortalidade; -Elaborar o boletim clima e saúde com o resultado dos indicadores de acompanhamento da SESA com os atendimentos de saúde; -Detectar precocemente os surtos e executar ações para o controle imediato de doenças transmissíveis e não transmissíveis relacionadas a incêndios florestais e queimadas, tais como: doenças respiratórias, cardiovasculares e acidentes com animais peçonhentos; -Manter a rede das equipes de Resposta Rápida de prontidão para a necessidade de atuação e investigação epidemiológica; -Viabilizar soros específicos para acidentes com animais peçonhentos devido à variabilidade desse tipo de acidente em função das condições de temperatura e focos de calor; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Intensificar as ações de Vigilância Epidemiológica com acompanhamento presencial e diário, detectando e notificando oportunamente as Doenças de Notificação Compulsória;

	-Monitorar em parceria com as áreas técnicas, a situação epidemiológica de doenças; -Intensificar as ações de Vigilância Epidemiológica das Doenças Respiratórias transmissíveis e outros agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Intensificação da Vigilância Epidemiológica para casos de SRAG associadas ou não a fatores ambientais agravados pelos incêndios florestais e queimadas, como aumento de partículas inaláveis na atmosfera e prevenção de doenças respiratórias; -Ampliação da rede assistencial: reforço no atendimento hospitalar e ampliação da oferta de leitos de UTI e enfermaria para pacientes com complicações respiratórias; -Campanhas de orientação: divulgação de medidas preventivas para populações vulnerabilizadas, incluindo grupos mais suscetíveis como pessoas idosas, crianças e pessoas com doenças respiratórias preexistentes; -Realizar articulação com atenção à saúde (Atenção Primária, Urgência e Emergência, Força Nacional do SUS) para viabilizar: a. O atendimento adequado para promover a detecção de doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas em diversos territórios, coleta de amostras clínicas, tratamento e notificação; b. Acompanhamento de pacientes após o atendimento para prevenir complicações e reduzir o risco de óbitos em domicílio. -Prover o COE SAÚDE com informações imediatas e oportunas sobre a situação, para subsidiar a tomada de decisões; -Acompanhar com maior frequência os dados assistenciais da rede de urgência e emergência à luz do índice de focos de calor - quanto aos alertas; -Revisar e adequar o plano de preparação e resposta, os protocolos e procedimentos.

Quadro 19 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Ambiental em Saúde.

SETOR: VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Realizar o monitoramento ambiental de forma rotineira, com inspeções em sistemas de abastecimento de água, controle das condições higiênico-sanitárias de serviços, alimentos e medicamentos, e vigilância da qualidade da água, especialmente em áreas vulneráveis; -Monitorar a qualidade do ar e os riscos associados à baixa umidade, poeiras e queimadas; -Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação e as ações educativas à população e aos serviços de saúde; -Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Estruturar a organização de apoio e fluxo de comunicação com as vigilâncias ambientais das regionais de saúde e municípios, garantindo atuação eficaz em emergências de saúde pública decorrentes de desastres por incêndios florestais e queimadas e direcionamento oportuno das ações; -Identificar fontes de água em áreas de risco e mapear alternativas para abastecimento em situações de desastre. -Orientar operadores dos sistemas de abastecimento sobre procedimentos em casos de desabastecimento, elaborando plano emergencial para monitoramento da qualidade da água durante a contingência;

	-Orientar as unidades municipais de controle de zoonoses quanto ao manejo adequado de cadáveres de animais, desde o transporte até o destino final; -Avaliar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, conduzido pelos responsáveis pelo abastecimento, e verificar a conformidade com o Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água, conforme estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação n.º 5/2017; -Avaliar a conformidade do monitoramento da qualidade da água para consumo humano, realizado pela Secretaria de Saúde Municipal, com a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância Ambiental; -Atualização da rede de contatos da Vigilância em Saúde Ambiental, concomitante à implementação de ações de educação preventiva.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Intensificar o monitoramento da qualidade da água, a realização de inspeções detalhadas em áreas de risco e a emissão de alertas claros e oportunos à população; -Prestar suporte na avaliação da ocorrência de danos nos serviços de abastecimento de água; -Prestar suporte ao levantamento situacional da rede laboratorial para o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, no que concerne a insumos e equipamentos; -Prestar auxílio na avaliação da necessidade de expandir o plano de amostragem para vigilância e controle, com foco em áreas de risco; -Fortalecer os fluxos de comunicação e intensificar a articulação intrassetorial e intersetorial, com ênfase na colaboração com prestadores de serviços de saneamento básico.
ALERTA	-Intensificar o monitoramento e a avaliação das ações de vigilância Ambiental em saúde; -Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Recomendar a distribuição e o uso de hipoclorito de sódio de forma imediata, com as devidas orientações de uso; -Apoiar a articulação com diferentes setores para viabilizar a distribuição de água; -Apoiar as vigilâncias estaduais e municipais no monitoramento da qualidade da água distribuída à população e na realização de inspeções sanitárias nas formas de abastecimento, incluindo carros-pipa; -Reforçar a comunicação sobre os riscos decorrentes do consumo de água sem qualidade apropriada para consumo humano.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Identificar e indicar fontes seguras de abastecimento de água, garantindo que a distribuição por caminhões-pipa siga as normas sanitárias; -Orientar sobre o monitoramento da qualidade da água potável distribuída emergencialmente, seja por caminhões-pipa ou alternativas; -Apoiar os municípios na divulgação de procedimentos para limpeza e desinfecção de caixas d'água; -Acionar a Vigilância Sanitária (VISA) para inspeção de Soluções Alternativas Coletivas (SAC) que apresentem amostras de água insatisfatórias; -Estimular ações de educação em saúde sobre cuidados com a água, limpeza e desinfecção de reservatórios; -Intensificar o monitoramento do fornecimento de água para consumo humano em abrigos e unidades de saúde;

	-Realizar inspeção sanitária nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e nas Soluções Alternativas Coletivas (SAC) afetadas; -Ampliar a vigilância da qualidade da água após a regularização do fornecimento nas áreas afetadas; -Estimular a realização de ações de controle de animais peçonhentos em bairros e localidades vulneráveis, em nível estadual e municipal; -Avaliar se o desastre climatológico afetou ou afetará áreas industriais, depósitos de produtos químicos, estabelecimentos que comercializam agrotóxicos ou outros produtos perigosos, gerando riscos à saúde; -Monitorar, em parceria com o Núcleo Especial de Vigilância Sanitária, sistemas de disposição final de resíduos urbanos e industriais; -Efetuar distribuição de hipoclorito de sódio e as orientações para o uso nos locais afetados; -Apoiar em campo as ações junto aos municípios, em colaboração com a equipe da regional de saúde; -Orientar os municípios atingidos quanto ao controle e manejo e animais peçonhentos; -Orientar as Vigilâncias Ambientais regionais visando o apoio Vigilâncias Ambientais municipais; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Monitorar e viabilizar, junto às Vigilâncias Ambiental e Sanitária, a qualidade e quantidade da água e dos alimentos necessários, com enfoque também nos abrigos; -Acompanhar e viabilizar, a distribuição de hipoclorito de sódio a 2,5% e o tratamento adequado da água destinada à ingestão, de acordo com a necessidade.

Quadro 20 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Sanitária.

SETOR: VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Realizar monitoramento sanitário rotineiro em sistemas de abastecimento de água potável, serviços de saúde, estabelecimentos de interesse à saúde, alimentos, medicamentos e produtos para saúde, com foco em áreas vulneráveis a incêndios florestais e queimadas; -Fortalecer a análise de dados, os sistemas de notificação da ANVISA e as ações educativas voltadas à população e aos serviços de saúde; -Capacitar regionais e vigilâncias sanitárias municipais para avaliação sanitária de estruturas críticas relacionadas ao abastecimento de água potável e funcionamento de serviços essenciais; -Elaborar instrumentos e *checklists* para inspeção de reservatórios, sistemas alternativos de abastecimento e estruturas essenciais; -Produzir conteúdo comunicativos sobre riscos sanitários relacionados a incêndios florestais e queimadas, incluindo qualidade da água, conservação de alimentos e estabilidade de medicamentos; -Intensificar a verificação dos protocolos de atendimento a múltiplas vítimas em serviços de urgência e emergência; -Elaborar notas técnicas sobre consumo seguro de água e alimentos nesses cenários e abastecimento emergencial; -Orientar estabelecimentos sobre conservação de alimentos, produtos de higiene e medicamentos em condições de incêndios florestais e queimadas e baixa disponibilidade de água;

	-Elaborar e divulgar notas técnicas e materiais educativos sobre prevenção e controle dos riscos sanitários relacionados ao evento; -Intensificar a fiscalização para evitar comércio de produtos falsificados, degradados ou armazenados inadequadamente; -Inspecionar a qualidade da água utilizada na fabricação de medicamentos e produtos de interesse à saúde; -Intensificar a fiscalização da qualidade da água utilizada nos serviços de saúde e alimentação; -Orientar sobre armazenamento adequado de medicamentos, cosméticos e saneantes nesses cenários; -Elaborar nota técnica sobre estabilidade de medicamentos termos sensíveis e critérios para estocagem de hipoclorito de sódio; -Verificar controle de temperatura e umidade em almoxarifados e depósitos; -Fiscalizar condições sanitárias de reservatórios de água de estabelecimentos de interesse à saúde, verificando higienização, proteção e manutenção; -Reforçar fiscalização de limpeza, higienização, desinfecção e manejo de resíduos em estabelecimentos com redução de disponibilidade de água; -Orientar estabelecimentos essenciais sobre elaboração de planos de contingência para funcionamento em períodos de desabastecimento; -Monitorar rotineiramente a qualidade da água utilizada em serviços de hemodiálise, garantindo conformidade com parâmetros sanitários. -Orientar e articular com os municípios o levantamento de instituições doadoras de alimentos e água, organizando fluxos de doação que garantam segurança sanitária; -Elaborar notas técnicas sobre o consumo seguro de alimentos em casos de contaminação em abrigos e regiões afetadas; -Manter as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.
MOBILIZAÇÃO	Ampliar o nível de preparação das equipes estaduais e municipais; -Preparar para aumento da demanda por ações de vigilância sanitária, fortalecendo comunicação entre VISA estadual e VISAs municipais; -Capacitar pessoal para emergências relacionadas ao evento; -Produzir comunicação sobre riscos sanitários relacionados a incêndios florestais e queimadas, incluindo armazenamento de água potável, higiene, conservação de alimentos e estabilidade de medicamentos; -Fiscalizar portas de entrada de doentes (UPAs, hospitais, clínicas, farmácias); -Apoiar VISAs municipais na intensificação das ações de controle sanitário em estabelecimentos que manipulam alimentos, considerando impactos desse tipo de desastre sobre abastecimento e conservação; -Intensificar fiscalização em serviços prioritários (abastecimento de água, produção de alimentos, serviços de alimentação, medicamentos); -Monitorar condições sanitárias de estoques de produtos essenciais; -Aumentar a frequência de monitoramento da qualidade da água utilizada em serviços de hemodiálise, considerando maior risco de concentração de contaminantes durante esses eventos; -Estabelecer protocolos de segurança, desinfecção de ambientes, uso de EPI para os locais de fluxo e triagem de suspeitos; -Manter as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso; -Incrementar as inspeções e o monitoramento dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), verificando a ventilação, a climatização e a circulação;

	-Incrementar as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.
ALERTA	-Verificar demandas dos municípios afetados e identificar necessidade de apoio técnico; -Reforçar ações previstas nos estágios anteriores conforme evolução de focos de calor; -Intensificar monitoramento sanitário das portas de entrada de doentes (UPAs, hospitais, clínicas, farmácias); -Apoiar monitoramento dos riscos sanitários relacionados à segurança dos alimentos em cenários de redução ou interrupção do abastecimento de água; -Identificar demandas específicas sobre medicamentos, saneantes e gases medicinais; -Realizar inspeções direcionadas em indústrias fornecedoras de oxigênio medicinal e saneantes hospitalares; -Executar ações de contenção de riscos na cadeia produtiva farmacêutica; -Intensificar a coleta de amostras de água potável em serviços de saúde, incluindo hemodiálise, aumentando a periodicidade das análises laboratoriais; -Ampliar inspeções em estabelecimentos que armazenam medicamentos e produtos para saúde, verificando estabilidade térmica e condições de conservação. -Intensificar as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso; -Intensificar as inspeções e o monitoramento dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), verificando a ventilação, a climatização e a circulação; -Intensificar as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes; -Verificar as condições de oferta de água potável e as condições de acesso, identificação e atendimento nos postos de assistência à saúde, nas inspeções de eventos de grande porte; -Incrementar o número de equipes nas inspeções de eventos de grande porte, verificar as condições de oferta de água potável e as condições de acesso, identificação e atendimento nos postos de assistência à saúde.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Apoiar ações de controle de riscos sanitários relacionados a incêndios florestais e queimadas (qualidade da água, conservação de alimentos, estabilidade de medicamentos); -Fiscalizar estabelecimentos essenciais para garantir segurança sanitária em todas as etapas de produção, armazenamento e distribuição; -Apoiar ações educativas e comunicação em saúde sobre prevenção de doenças relacionadas ao evento; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Integrar equipe estadual de Vigilância em Saúde (ambiental, epidemiológica, saúde do trabalhador); -Apoiar fiscalização e monitoramento das VISAs municipais; -Intensificar o apoio a investigação de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA); -Garantir condições sanitárias adequadas de funcionamento dos serviços de saúde essenciais (incluindo hemodiálise);

	-Minimizar riscos de contaminação e acidentes com produtos e resíduos perigosos; -Incentivar diagnóstico sanitário dos municípios em situação de risco para incêndios florestais e queimadas; -Priorizar análises documentais para liberação rápida de insumos de saúde e saneantes; -Apoiar triagem técnica de insumos de saúde recebidos em situações emergenciais; -Emitir orientação normativa para liberação emergencial, fracionamento ou transferência de lotes de insumos; -Atuar com PROCON para coibir comércio ilegal, falsificação ou preços abusivos de insumos críticos; -Promover coleta e envio de amostras de medicamentos e saneantes em caso de suspeita de degradação térmica; -Realizar coleta de água em serviços de hemodiálise com periodicidade intensificada, garantindo segurança sanitária imediata; -Apoiar, juntamente com as regionais de saúde, as Vigilâncias Sanitárias Municipais (VISAS) no gerenciamento da situação sanitária dos abrigos e ILPI; -Orientar sobre a coleta e o envio de amostras de alimentos e medicamentos para análise laboratorial, quando necessário; -Apoiar, juntamente com as regionais de saúde, as Vigilâncias Sanitárias Municipais (VISAS) nas ações de controle de riscos sanitários relacionados a situações decorrentes desses tipos de desastres; -Fiscalizar estabelecimentos fornecedores de alimentos para os abrigos, garantindo o cumprimento das normas higiênico-sanitárias em todas as etapas, incluindo produção, acondicionamento, transporte e distribuição dos alimentos; -Garantir serviços de hemodiálise sanitariamente seguros; -Promover e/ou orientar o gerenciamento da situação sanitária dos serviços de saúde, de acordo com a competência de atuação; -Intensificar campanhas de comunicação extensiva; -Estabelecer protocolos para destino de casos fatais junto às funerárias e cemitérios; - Intensificar as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso; - Intensificar as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes; - Incrementar o número de equipes nas inspeções de eventos de grande porte, verificar as condições de oferta de água potável e as condições de acesso, identificação e atendimento nos postos de assistência à saúde; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar ações da fase de emergência, com maior intensidade e coordenação; -Estimular voluntariado e campanhas de apoio (água potável, saneantes, produtos de higiene e alimentos); -Monitorar e viabilizar, junto às vigilâncias ambiental e sanitária, a qualidade e quantidade da água e dos alimentos necessários aos serviços essenciais; -Intensificar monitoramento dos riscos sanitários prioritários, subsidiando tomada de decisão e definição de prioridades para resposta estadual; -Realizar monitoramento contínuo e coleta de água em serviços de hemodiálise, garantindo funcionamento seguro mesmo em colapso hídrico;

	-Ampliar inspeções emergenciais em almoxarifados, farmácias públicas e estabelecimentos de saúde, assegurando estabilidade térmica de medicamentos e produtos para saúde; -Intensificar fiscalização de alimentos e água potável distribuídos emergencialmente, garantindo ausência de contaminação e conformidade sanitária. -Manter as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso; -Intensificar as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.

Quadro 21 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Vigilância Saúde do Trabalhador.

SETOR: VIGILÂNCIA SAÚDE DO TRABALHADOR	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Realizar levantamento de situações de riscos aos trabalhadores em casos de incêndios florestais e queimadas (agravos, setores e ocupações em maior risco); -Acompanhar rumores de riscos e agravos relacionados ao trabalho no contexto desse tipo de desastre; -Elaborar e divulgar informativos para a população e notas técnicas em relação aos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, em relação a doenças e agravos, em situações de desastres; -Promover estratégias de capacitação em Saúde do Trabalhador e apoiar as regionais (Cerests e Superintendências) na capacitação da rede de assistência à saúde para o reconhecimento do trabalhador durante o atendimento de agravos e doenças relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Mapear as instituições e setores que podem contribuir com a estruturação das ações de saúde dos trabalhadores expostos a proximidade de focos de calor; -Realizar articulação intra e intersetorial, incluindo a participação dos trabalhadores e do movimento social para definição de ações estratégicas para a saúde dos trabalhadores no contexto de desastre; -Orientar aos órgãos responsáveis pelo cadastro e treinamento de voluntários e brigadistas para que durante os treinamentos informem aos voluntários e brigadistas quanto aos riscos de ocorrência de acidentes e intoxicações e formas de prevenção, além de uso adequado de Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual; -Orientar a alteração de turnos de trabalho durante a ocorrência das situações de proximidade com fonte de calor, especialmente para os trabalhadores mais vulneráveis, que realizam suas atividades ao ar livre, ou em ambientes não climatizados.
MOBILIZAÇÃO	-Acompanhar rumores de riscos e agravos relacionados ao trabalho no contexto de incêndios florestais e queimadas; -Promover estratégias de capacitação em Saúde do Trabalhador e apoiar as regionais (Cerests e Superintendências) na capacitação da rede de assistência à saúde para o reconhecimento do trabalhador durante o

	atendimento de agravos e doenças relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Promover orientações aos Cerest sobre o cenário de ocorrência de incêndios florestais e queimadas considerando a situação dos trabalhadores, especialmente dos mais vulneráveis; -Mapear os trabalhadores vulneráveis; -Mapear os trabalhadores vulneráveis; -Acionar os Cerests Regionais e, de forma complementar, as Referências Técnicas em Saúde do Trabalhador municipais para se prepararem para a possibilidade de intervenções; -Ampliar a divulgação de notas técnicas e informativas, reforçando as orientações sobre os possíveis riscos e medidas de prevenção nessas situações; -Estabelecer articulação com atores estratégicos para viabilizar ações conjuntas de mitigação e resposta; -Fortalecer o Apoio Institucional e Matricial em Saúde do Trabalhador junto aos Centros de Referências nas regiões prioritárias, diante das questões relacionadas a incêndios florestais e queimadas; -Intensificar as ações em saúde do trabalhador no território, o monitoramento epidemiológico das doenças e agravos;
ALERTA	-Ampliar a divulgação de notas técnicas e informativas; -Acionar os trabalhadores dos Cerests Regionais e, de forma complementar, dos municípios, para que fiquem em alerta para a possibilidade de intervenção; -Realizar Vigilância Epidemiológica em saúde do Trabalhador no contexto de incêndios florestais e queimadas- a fim de acompanhar mudança nos determinantes e condicionantes relacionados ao ambiente e processos de trabalho e direcionar tomada de decisão; -Fortalecer o Apoio Institucional e Matricial em Saúde do Trabalhador junto aos Centros de Referências nas regiões prioritárias; -Intensificar as ações em saúde do trabalhador no território, o monitoramento epidemiológico das doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas;
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Fortalecer o Apoio Institucional e Matricial em Saúde do Trabalhador junto aos Centros de Referências nas regiões prioritárias, diante desses tipos de desastre; -Intensificar as ações em saúde do trabalhador no território, o monitoramento epidemiológico das doenças e agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Apoiar a realização da Vigilância nos ambientes e processo de trabalho, priorizando as atividades econômicas, e ocupações mais atingidas, visando garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores; -Orientar para condições de ambiente climatizados, a fim de promover conforto térmico dos trabalhadores; =Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões..
CRISE	-Apoiar aos Cerests Regionais e, de forma complementar os municípios, na realização da notificação de doenças e agravos relacionados ao trabalho; -Realizar apoio técnico às equipes de Vigilância em Saúde das Regionais e Municípios para:

	-Realizar o monitoramento das condições de saúde dos trabalhadores expostos a riscos à saúde decorrentes de sua atuação; -Analisar e intervir nas situações e fatores de riscos relacionados aos processos de adoecimento entre os (as) trabalhadores (as) envolvidos; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 22 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – LACEN

SETOR: LACEN	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Assegurar o apoio laboratorial do LACEN para análises de água e diagnóstico de agravos, com capacidade técnica para ampliação quando necessário; -Preparar ata para a compra emergencial de insumos e serviços laboratoriais, garantindo o gerenciamento adequado dos insumos para coleta e análise em desastres, incluindo as atas de registro de preços, em situação relacionado a desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Elaborar plano logístico para o envio de amostras ao LACEN, em situação de emergência, definindo protocolo de coleta para situações de crise nos municípios; -Garantir o apoio laboratorial para confirmação diagnóstica, orientando quanto à coleta, fluxo de encaminhamento das amostras e obtenção dos resultados dos laboratórios de Virologia, Imunologia, Endemias, Parasitologia, Bacteriologia, Bromatologia, Ambiente, Toxicologia e Medicamentos; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de calor que podem causar incêndios florestais e queimadas; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de calor que podem ocasionar incêndios florestais e queimadas; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Prestar suporte ao levantamento situacional da rede laboratorial para o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, no que concerne a insumos e equipamentos; -Prestar auxílio na avaliação da necessidade de expandir o plano de amostragem para vigilância e controle, com foco em áreas de risco.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta;

	-Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de calor que podem ocasionar incêndios florestais e queimadas e problemas respiratórios; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Articular com a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública para estabelecimento de fluxo de envio e análise de amostras; -Fornecimento rápido e integrado de dados laboratoriais e resultados de exames, garantindo maior agilidade na tomada de decisão clínica; -Manutenção de estoque de insumos estratégicos às análises laboratoriais.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Priorizar a análise de parâmetros ambientais em amostras de água para consumo humano, incluindo turbidez, *Escherichia coli* e coliformes totais, além de outros patógenos em caso de surtos de origem hídrica; -Garantir suporte laboratorial para confirmação diagnóstica, orientando sobre a coleta, conservação e transporte de amostras clínicas, bromatológicas e ambientais, bem como a obtenção e disponibilização dos resultados; -Comunicar à Vigilância Epidemiológica e ao CIEVS estadual informações relacionadas aos diagnósticos laboratoriais de saúde pública, independentemente de estarem na lista nacional de agravos de notificação compulsória; -Notificar eventos incomuns ou inesperados que possam constituir desastre por incêndios florestais e queimadas, considerando seu potencial impacto; -Assegurar a distribuição de insumos essenciais para a coleta de amostras clínicas, ambientais e alimentares; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de calor que podem ocasionar incêndios florestais e queimadas e problemas respiratórios; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN; -Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; -Realizar os exames laboratoriais de doenças transmissíveis que estejam sob monitoramento em períodos de incêndios florestais e queimadas; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Manter na rotina laboratorial o diagnóstico das principais doenças transmitidas em períodos de calor que podem ocasionar incêndios florestais e queimadas e problemas respiratórios; -Receber as amostras para a realização de exames laboratoriais, para pesquisa de doenças transmissíveis; -Orientar os municípios na coleta, acondicionamento e transporte de amostras de casos suspeitos das doenças para envio ao LACEN;

	-Viabilizar exames complementares não realizados pelo LACEN; -Viabilizar o recebimento de amostras no LACEN todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; -Realizar os exames laboratoriais de doenças transmissíveis que estejam sob monitoramento em períodos de incêndios florestais e queimadas; -Apoiar as ações de coleta e acondicionamento de amostras para análise laboratorial em situação de desastre; -Otimizar o envio de amostras para análise da unidade local ao LACEN em situações de desastre; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

.

Quadro 23 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Imunização

SETOR: IMUNIZAÇÃO	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Incentivar os municípios a intensificarem a vacinação do público prioritário antes de cenários de emergência, garantindo cobertura homogênea entre os grupos diretamente envolvidos na resposta aos desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Conhecer as vulnerabilidades da região onde as unidades estão localizadas e disponibilizar orientações escritas para a equipe frente a riscos de desastres naturais; -Fortalecer a capacitação dos agentes responsáveis pela vigilância e segurança das Centrais de Rede de Frio, para identificação rápida de problemas que possam afetar a qualidade dos imunobiológicos, com comunicação imediata ao técnico responsável; -Orientar o manejo dos casos de doenças imunopreveníveis, incluindo quimioprofilaxia, tratamento, isolamento e bloqueio vacinal, garantindo resposta oportuna em emergências relacionadas a desastres; -Elaborar um plano para organização da equipe da SESA para atuação em campo, oferecendo suporte aos municípios atingidos e assegurando a logística de reposição de insumos, imunobiológicos e equipamentos durante as fases de emergência ou crise; -Apoiar a divulgação e prevenção de controle da doença nos municípios; -Apoiar as ações de vacinação visando ampliar a proteção da população em casos de surtos; -Emitir alertas aos municípios que apresentarem coberturas vacinais que possam apresentar riscos e possibilitar ocorrência de doença imunopreveníveis; -Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Apoiar a intensificação da vacinação de rotina conforme as indicações do Calendário vacinal do SUS; -Acompanhar e monitorar os registros sobre vacinação (doses aplicadas, coberturas vacinais e homogeneidade de cobertura vacinal) por meio dos sistemas de Informações do Programa Nacional de Imunização PNI, para definir estratégias e apoiar a tomada de decisão; -Acompanhar as metas vacinais de imunização; -Monitorar e realizar comunicação de risco no que se refere à vacinação, intensificando as ações de vacinação nas áreas com baixas coberturas vacinais; -Apoiar estratégias diferenciadas para a vacinação em áreas de difícil acesso geográfico, cultural ou socioeconômico; -Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporalmente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas;

	-Fortalecer a implementação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização, abrangendo os subsistemas existentes e o registro nominal e por procedência; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes.
MOBILIZAÇÃO	-Apoiar a divulgação e prevenção de controle da doença nos municípios; -Apoiar as ações de vacinação visando ampliar a proteção da população em casos de surtos; -Emitir alertas aos municípios que apresentarem coberturas vacinais que possam apresentar riscos e possibilitar ocorrência de doença imunoprevenível; -Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Apoiar a intensificação da vacinação de rotina conforme as indicações do Calendário vacinal do SUS; -Acompanhar e monitorar os registros sobre vacinação (doses aplicadas, coberturas vacinais e homogeneidade de cobertura vacinal) por meio dos sistemas de Informações do Programa nacional de Imunização PNI, para definir estratégias e apoiar a tomada de decisão; -Acompanhar as metas vacinais de imunização; -Monitorar e realizar comunicação de risco no que se refere à vacinação, intensificando as ações de vacinação nas áreas com baixas coberturas vacinais; -Apoiar estratégias diferenciadas para a vacinação em áreas de difícil acesso geográfico, cultural ou socioeconômico; -Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporalmente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas; -Fortalecer a implementação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização, abrangendo os subsistemas existentes e o registro nominal e por procedência; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Implementar pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Emitir alertas ao município referente às coberturas vacinais abaixo do preconizado pelo Programa Nacional de Imunização, que possam apresentar riscos à população ou quando houver o aumento de casos de uma doença imunoprevenível; -Monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Realizar ações de atualização via web ou “In loco” aos municípios, referente aos Imunobiológicos, capacitação de Sala de Vacina e Rede de Frio; -Contar com o apoio da mídia para divulgar a importância da vacina e o alerta à população;

	-Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de um agravo em específico; -Apoiar o desenvolvimento de ações de vacinação para interromper a cadeia de transmissão do agravo em específico; -Distribuir aos municípios os quantitativos ideais para as vacinas que serão usadas para as ações e campanhas de vacinação; -Orientar os Coordenadores municipais para o acompanhamento das coberturas vacinais, eles devem realizar o controle e evitar os baixos índices; -Apoiar a intensificação da vacinação de rotina, conforme Calendário Vacinal de vacinação; -Assessorar as Secretarias Municipais de Saúde na avaliação das ações de vacinação desenvolvidas; -Monitorar os registros de vacinação por meio dos sistemas de Informações do Programa Nacional de Imunização; -Monitorar e assessorar o atendimento dos casos de eventos adversos associados temporalmente à vacinação, com informações, assistência médica e condutas rápidas e oportunas; -Garantir estoque estratégico de insumos para situações especiais; -Intensificação das ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Implementar os pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Identificar a situação da rede de frio nos municípios atingidos e realizar as reposições de equipamentos, imunobiológicos e insumos na fase adequada de apoio, considerando o impacto no sistema de saúde local; -Solicitar aumento na cota de imunobiológicos à CENADI (Central Nacional de Distribuição de Imunobiológicos), incluindo vacinas para Hepatite A, Rotavírus, Influenza, Covid-19, Dupla Adulto, Imunoglobulina Hepatite B e antivenenos; -Implementar o plano para organizar a equipe da SESA no apoio aos municípios afetados por situações de emergência ou crise, garantindo a logística necessária para reposição de insumos, imunobiológicos e equipamentos, assegurando que as entregas ocorram no momento adequado durante os estágios de emergência; -A equipe da SESA e das regionais poderá, quando necessário, atuar em campo realizando a administração de imunobiológicos na população ou organizar a articulação e coordenação de profissionais de outros municípios para atuarem em campo; -Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida; -Emitir alertas aos municípios que apresentarem a necessidade de intensificação de vacinação ou promoção de Campanhas de vacinação; -Intensificar a emissão de alertas nas esferas municipais, tanto aos profissionais de saúde quanto à população; -Fortalecer aos municípios ações de vacinação para interromper a cadeia de transmissão do agravo que estaria gerando o surto ou a epidemia;

	-Contar com o apoio da mídia, rádio e outdoor para divulgação referente a importância da vacina e o alerta à população; -Apoiar e monitorar a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Realizar ações de atualização via web ou “In loco” aos municípios, referente aos imunobiológicos, capacitação de Sala de Vacina e Rede de Frio; -Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de um agravo em específico; -Garantir estoque estratégico de insumos para situações de emergência; -Apoiar os municípios na realização de campanhas ou intensificação de vacinação de casos emergenciais (surto e situações inusitadas) sempre que solicitado ou identificada a necessidade; -Realizar monitoramento rápido pós-campanha e emitir relatório de conclusão da situação final diante do surto/epidemia ocorrido; -Realizar reunião com os Coordenadores municipais para discutir a situação atual e apresentar estratégias de vacinação; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Implementar pontos estratégicos de vacinação para ampliação do acesso de pessoas não vacinadas; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Intensificar a emissão de alertas nas esferas municipais, tanto aos profissionais de saúde quanto à população via rádio, televisão e a mídia em geral; -Ressaltar a importância para a realização de bloqueio vacinal quando for necessário; -Realizar ações de atualização via web, “In loco” aos municípios e orientar por telefone ou convidar o Coordenador para reunião presencial caso for necessário, referente às ações de campanhas, bloqueios ou intensificação de vacinação conforme recomendações do PNI; -Encaminhar aos municípios Nota Técnica e Nota de Alerta, orientando as ações de prevenção e controle para interrupção de da doença em específico; -Apoiar os municípios na realização de campanhas ou intensificação de vacinação de casos emergenciais (surto e situações inusitadas) sempre que solicitado ou identificada a necessidade; -Realizar monitoramento rápido pós- campanha e emitir relatório de conclusão da situação final diante do surto/ epidemia ocorrido; -Avaliar por faixa etária as coberturas vacinais alcançadas na vacinação emergencial e nas campanhas; -Apoiar os municípios na vacinação oportuna sempre que necessário, de acordo com a capacidade da equipe e dos colaboradores; -Garantir estoque estratégico de insumos para situações de emergência; -Realizar reunião com os Coordenadores municipais para discutir a situação atual e apresentar estratégias de vacinação;

	-Contar com o apoio da mídia, rádio e outdoor para divulgação referente a importância da vacina e o alerta à população; -Intensificar as ações de vacinação de rotina conforme calendário vacinal; -Priorizar as ações de vacinação voltadas para crianças, idosos e gestantes; -Alocar recursos financeiros para promoção de ações estratégicas de imunização no âmbito municipal (pontos de vacinação, extramuro, busca ativa e horários estendidos); -Comunicar oportunamente entre municípios e Estado diante de situações de risco correlatas à imunização; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 24 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Serviço de Verificação de Óbitos

SETOR: SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Desenvolver um protocolo com fluxo operacional claramente definido para situações em que a demanda seja de responsabilidade do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), garantindo a adequada remoção, investigação, certificação e liberação dos corpos, bem como a articulação entre os serviços de saúde, vigilância epidemiológica, defesa civil e assistência social.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; Estabelecer fluxos prioritários para investigação de óbitos e internações associadas aos efeitos de incêndios florestais e queimadas, garantindo rápida identificação de causas e intervenções direcionadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Executar o protocolo desenvolvido, conforme a necessidade; -Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Executar o protocolo desenvolvido, conforme a necessidade; -Manter maior atenção e intensidade nas ações.

Quadro 25 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – NEPAINT/CIATOX

SETOR: NEPAINT/CIATOX	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Produzir informações para a população sobre os riscos e a prevenção de acidentes com animais peçonhentos no contexto de desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas; -Elaborar um fluxo para garantir a disponibilidade e o acesso à soroterapia em situações de desastre; -Realizar capacitação para a gestão municipal de atenção primária à saúde para o atendimento em soroterapia de acidentes com animais peçonhentos, especialmente em municípios que não dispõem do insumo

	(soro) e estão localizados em áreas de risco para incêndios florestais e queimadas; -Prestar apoio técnico no desastre por incêndios florestais e queimadas relacionados a riscos toxicológicos; -Manter orientações técnicas atualizadas para prevenção, identificação e manejo de agravos à saúde relacionados à exposição à fumaça de queimadas e incêndios florestais.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Fortalecer os fluxos de comunicação e a articulação intra e intersetorial com o CIATox, estabelecendo pontos focais, rotinas de acionamento e retorno de informações para casos suspeitos ou confirmados de intoxicação, incluindo intoxicação por fumaça proveniente de queimadas e incêndios florestais, bem como apoiar a disseminação das orientações técnicas e materiais produzidos pelo CIATox.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Apoiar os profissionais de saúde das Redes de Atenção à Saúde - RAS;
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Monitorar o estoque de antídotos e soros antivenenos nas áreas de risco; -Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida; -Orientar e prestar assistência, por meio de telemedicina, às equipes municipais de saúde no monitoramento de acidentes com animais peçonhentos e casos de intoxicação exógena; -Disponibilizar informações sobre os pontos de atenção para soroterapia na região; -Garantir o abastecimento de soros antivenenos para a região; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz;

Quadro 26 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Núcleo Regional de Vigilância em Saúde

SETOR: NÚCLEO REGIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Inserir ações junto à equipe da regional de saúde, com planejamento integrado com a SESA Central, abrangendo as áreas e estratégias a serem adotadas caso o plano de contingência seja acionado; -Definir um ponto focal da Rede Vigidesastres, que será o interlocutor entre os municípios da região, a equipe estadual de gestão de desastres e a gestão da regional de saúde. Esse ponto focal também atuará nas fases de preparação em conjunto com a equipe da Rede Vigidesastres Estadual.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas;

	-Monitorar de forma sistemática, junto aos parceiros, a situação climatológica, acompanhando os cenários previstos e os impactos potenciais na saúde, com base nos indicadores; -Organizar e consolidar dados climáticos e epidemiológicos para subsidiar a análise integrada da situação de saúde, identificando risco potencial de comprometimento da capacidade de resposta do sistema de saúde; -Apoiar a interlocução e articulação entre as áreas técnicas do Ministério da Saúde e os entes federados, promovendo troca de informações estratégicas e garantindo a integração das ações; -Antecipar o envio de insumos e medicamentos para o diagnóstico e tratamento de agravos em áreas de risco devido a incêndios florestais e queimadas, visando a não interrupção da detecção e tratamento das pessoas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta; -Participar se acionado, do COE Saúde Regional, quando acionado, garantindo comunicação e coordenação organizadas com o setor responsável.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Participar ativamente no COE SAÚDE Regional; -Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência por incêndios florestais e queimadas; -Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres; -Orientar e apoiar as Vigilâncias epidemiológicas municipais nas ações previstas nos programas de controle de doenças transmitidas por vetores e roedores principalmente nas áreas de acampamentos, abrigos e áreas de adensamento populacional conforme de evitar a proliferação de roedores, mosquitos e outros vetores; -Assegurar o acesso ao hipoclorito de sódio a 2,5% para desinfecção caseira da água para consumo humano; -Apoiar os municípios na divulgação sobre os procedimentos de limpeza e desinfecção das caixas d'agua; -Orientar as unidades de controle de zoonoses municipais para o manejo adequado dos cadáveres de animais, tanto no transporte quanto para o destino final; -Auxiliar a coleta e o envio de amostras de alimentos e medicamentos para análise laboratorial, quando necessário.
CRISE	-Estabelecer junto à equipe municipal de Vigilância em Saúde a realização de inspeção diária das condições de estrutura física e sanitária dos abrigos, ILPI, da água para consumo, alimentos e gerenciamento de resíduos; -Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Manter orientações técnicas atualizadas para prevenção, identificação e manejo de agravos à saúde relacionados à exposição à fumaça de queimadas e incêndios florestais.

5.4. EIXO ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Quadro 28 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Assistência Farmacêutica

SETOR: GERÊNCIA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Monitorar sistematicamente os estoques e consumo, especialmente para agravos associados a incêndios florestais e queimadas; -Atualizar a lista de medicamentos estratégicos para emergências; -Prever insumos e medicamentos farmacêuticos, garantindo ata de registro de preços para execução imediata em situações de emergência ou crise; -Mapear a capacidade de armazenamento e definir estratégias para distribuição eficiente de medicamentos e insumos em situações emergenciais; Garantir o envio do Kit Estadual de medicamentos e insumos estratégicos para os núcleos regionais de saúde em apoio aos municípios em situação de desastre; -Efetuar o recebimento do Kit emergencial de medicamentos e insumos estratégicos enviado pelo Ministério da Saúde, quando houver, bem como realizar a conferência, a organização e a distribuição dos itens, conforme fluxo e a demanda.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Receber os materiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde e coordenar a logística de entrega aos municípios afetados, em articulação com a divisão de transporte e o almoxarifado central, garantindo a rápida distribuição de insumos sempre que necessário; -Organizar um esquema especial para atender demandas emergenciais durante os finais de semana, assegurando a continuidade da assistência farmacêutica; -Articular, no âmbito da gestão estadual, a aquisição emergencial e a dispensação de medicamentos e insumos essenciais para atendimento às populações atingidas; -Realizar o gerenciamento dos kits de medicamentos e insumos estratégicos, garantindo a reposição e a distribuição adequada conforme a necessidade da emergência; -Quando necessário, articular um mutirão com voluntários farmacêuticos da rede municipal para apoiar ações de assistência nos municípios impactados pelo desastre; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.

CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 29 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Política Organização de Redes de Atenção em Saúde

SETOR: GERÊNCIA POLÍTICA ORGANIZAÇÃO DE REDES DE ATENÇÃO EM SAÚDE	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	Atenção Primária à Saúde (APS): -Orientar as Secretarias Municipais de Saúde a mapear territórios de cobertura, identificando áreas e populações expostas a riscos de incêndios florestais e queimadas, para prevenção e redução desses riscos; -Participar da revisão dos protocolos assistenciais, adequando fluxos de atendimento conforme o nível de complexidade, em situações relacionadas a desastres por incêndios florestais e queimadas; -Capacitar regionais de saúde e municípios para elaborar planejamento de assistência à saúde focado nas vulnerabilidades causadas por incêndios florestais e queimadas, priorizando grupos como idosos, crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, de forma universal e equitativa; -Incentivar municípios a promoverem práticas de autocuidado para portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em contextos emergenciais; -Estimular a integração da APS com vigilância em saúde, rede assistencial, defesa civil e demais órgãos envolvidos; -Elaborar documentos orientadores para planejamento e intervenções em áreas de maior risco, com atenção especial às populações vulneráveis; -Atentar a APS para as manifestações relacionadas à saúde mental da população; -Envolver amplamente os agentes comunitários de saúde (ACS), visto que esse profissional é o vínculo direto que a comunidade estabelece com o sistema de saúde; -Investir na ampliação de agentes comunitários de endemias (ACE), entendendo que esse tipo de crise abre precedentes para novas doenças e potencializa as já existentes; -Investir em ferramentas da saúde digital e qualificação do trabalhador/trabalhadora e o usuário a fazer uso destas. -Elaboração de Matriz de Cuidado para Grupos Prioritários: Matriciamento junto às equipes de Saúde da Família (ESF) para monitoramento ativo de idosos isolados, gestantes, pessoas com deficiência e usuários de psicofármacos; -Capacitação das Equipes de APS e RAPS: Difusão de cursos rápidos sobre manifestações clínicas de agravamento de doenças cardiorrespiratórias e complicações renais; -Mapeamento da Infraestrutura Térmica das Unidades: Levantamento das condições de climatização e suporte de hidratação nas UBS e CAPS regionais. Rede Psicossocial (RAPS): -Manter atualizada a lista dos Pontos de Atenção da RAPS no estado; -Apoiar Coordenadores Municipais de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas na elaboração de materiais informativos sobre procedimentos e

	impactos psicológicos em desastres, fortalecendo a resiliência da população usuária da RAPS; -Auxiliar na criação de kits de emergência para usuários dos CAPSs, contendo mapa de risco comunitário, lista de serviços, informações do usuário, contatos de emergência e medicamentos prescritos; -Apoiar a elaboração de diretrizes e fluxos de atendimento internos e externos para demandas específicas durante contingências; -Capacitar equipes dos Pontos de Atenção da RAPS em acolhimento e cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas em situações de emergência; -Promover capacitação integrada com Assistência Social, Defesa Civil e Movimentos Sociais em gestão de emergências, abordando temas como saúde mental em crises, manejo adequado, promoção da saúde mental e combate ao estigma; -Orientar coordenadores e pontos de atenção sobre organização dos serviços conforme as diretrizes do SUS, considerando limitações de infraestrutura e recursos em cenários de desastre; -Orientar o mapeamento de usuários residentes em áreas de risco, integrando esses dados à estratificação da APS; -Planejar ações e intervenções da RAPS durante e após desastres, articulando a rede regional e estadual, considerando possíveis limitações de infraestrutura e capacidade de resposta; -Incentivar a implementação da dispensação de ferro, ácido fólico e Vitamina A do Programa de Micronutrientes; -Realizar a Vigilância Alimentar e Nutricional na Rede de Atenção à Saúde; -Monitorar a Insegurança Alimentar e Nutricional, por meio da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar na APS; -Orientar os usuários sobre medidas de autocuidado, incluindo evitar exposição ao sol em horários de pico e fazer ingestão adequada de líquido, como ações de promoção da saúde; -Manter disponíveis e atualizados os protocolos assistenciais das doenças e agravos ligados a incêndios florestais e queimadas; -Promover e manter o aprimoramento dos profissionais para manejar os agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas e orientar as medidas de prevenção; -Promover e monitorar ações educativas de promoção da saúde, como o Programa Saúde na Escola, abordando cuidados com focos de calor, hidratação e alimentação saudável e segura, entre outras; -Identificar os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos dos incêndios florestais e queimadas sobre a saúde e como tais efeitos podem variar em tipo, intensidade e magnitude.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas; -Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Comunicar as referências técnicas municipais da APS, RUE, RAPS e Gestão Farmacêutica sobre os municípios que estão em Alerta; -Comunicar quanto a execução das atividades, solicitar a revisão das ações do nível verde ou de mobilização. (*Checklist*); -Solicitar aos municípios para programar a abertura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) em horário ampliado e aos finais de semana, de acordo com o perfil epidemiológico do território;

	-Disponibilizar estrutura adequada, insumos e profissionais em quantidade suficiente para o atendimento da demanda de rotina e para suprir o aumento de busca dos serviços em razão de doenças e agravos relacionados a eventos de incêndios florestais e queimadas; -Articular com os municípios e órgãos para obtenção de dados sobre as áreas consideradas vulneráveis ao risco de sofrer efeitos frente a um desastre associado a incêndios florestais e queimadas, e por consequência risco de insegurança alimentar; -Identificar, junto às gestões locais, cenários de risco, população atingida e possíveis situações de desassistência à saúde em casos de cenários mais agravados, como na escassez de água; -Orientar as gestões estaduais e municipais sobre o monitoramento de insumos, como medicamentos, soros e vacinas nas UBS, para que as unidades de saúde possam atender adequadamente a demanda apresentada; -Apoiar as gestões municipais na implementação de Planos de Ação das Unidades Básicas de Saúde, considerando as necessidades de infraestrutura, assistência e manejo de doenças e agravos decorrentes de incêndios florestais e queimadas, como doenças respiratórias, cardíacas e neurológicas e acidentes por animais peçonhentos; -Orientar as gestões municipais no planejamento de articulação intersetorial entre a APS, outras áreas da saúde e demais setores, como assistência social, educação e finanças, para atender às demandas dos(as) usuários(as) em situação de vulnerabilidade social; -Incentivar as gestões municipais a trabalhar junto às comunidades e atores locais para desenvolver medidas de redução de riscos e de impactos sobre a saúde decorrentes das condições de incêndios florestais e queimadas; -Apoiar as gestões municipais no acionamento das redes de apoio existentes na comunidade, incluindo grupos de voluntários, organizações religiosas, escolas e associações de moradores, que podem desempenhar um papel importante na resposta ao cenário de incêndios florestais e queimadas; -Promover ações de Educação em Saúde, junto às gestões locais, como estratégia de comunicação com a população, de forma contínua, sobre situações de risco, como o consumo de água não segura, o controle de vetores, o armazenamento adequado de água, o manejo de animais peçonhentos e o reconhecimento dos sinais e sintomas de desidratação e das principais doenças e agravos que podem acometer a população em eventos de incêndios florestais e queimadas; -Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas a incêndios florestais e queimadas para os grupos mais vulneráveis; -Intensificar ações educativas de promoção da saúde nas unidades de saúde (espaços de acolhimento ou sala de espera), abordando cuidados e alimentação saudável e segura; -Reforçar orientações de prevenção dos danos relacionados a incêndios florestais e queimadas, com uso das redes sociais, espaços de sala de espera e as próprias consultas clínicas realizadas por outros motivos; -Orientar a população sobre as manifestações clínicas comuns relacionadas ao evento, incluindo auto manejo e identificação de sinais de alarme; -Monitorar os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos de incêndios florestais e queimadas sobre a saúde. -Elaboração de Matriz de Cuidado para Grupos Prioritários: Matriciamento junto às equipes de Saúde da Família (ESF) para monitoramento ativo de idosos isolados, gestantes, pessoas com deficiência e usuários de psicofármacos;

	-Capacitação das Equipes de APS e RAPS: Difusão de cursos rápidos sobre manifestações clínicas do agravamento de doenças cardiorrespiratórias e complicações renais; -Mapeamento da Infraestrutura Térmica das Unidades: Levantamento das condições de climatização e suporte de hidratação nas UBS e CAPS regionais.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta; -Apoiar as ações de assistência à saúde nos locais determinados pela Defesa Civil. Apoiar o fluxo de assistência à saúde considerando a Classificação de Riscos da população assistida; -Criar e divulgar fluxos bem estabelecidos com os pontos da rede que atendem situações de urgência e emergência, para que haja contrarreferência dos usuários; -Pactuar a comunicação pela rede especializada com a Atenção Primária, das altas hospitalares, a fim de viabilizar a continuidade do cuidado no território, conforme organização promovida pela gestão local, pode ser ofertado ao usuário egresso de internação, além da contrarreferência, priorizando-o no acolhimento, caso necessário reavaliação pós internação; -Disponibilizar nos estabelecimentos de saúde, amplamente, orientações de medidas preventivas; -Solicitar aos municípios para mobilizar as equipes de APS para intensificação das ações de prevenção e promoção de saúde, a partir de orientações para idosos, gestantes e crianças na primeira infância; -Intensificar alerta para as SMS sobre eventos em monitoramento; -Apoiar as gestões municipais na ativação da rede de apoio das comunidades para comunicação de risco, com foco no cenário de incêndios florestais e queimadas; -Orientar as gestões estaduais e municipais quanto à promoção da atuação intersetorial, conjunta e articulada entre a APS, outras áreas da saúde e demais setores, como assistência social, educação e finanças, para atender às demandas dos usuários em situação de vulnerabilidade social; -Elaborar, junto às gestões locais, comunicados à população em geral com orientações de cuidados e meios de proteção à vida, e como acessar serviços de saúde; -Orientar as gestões municipais na criação de um fluxo de informações entre áreas da saúde envolvidas nas respostas ao cenário, com o setor saúde e a população, setor saúde e a imprensa – um processo de comunicação inadequado pode inviabilizar todo o trabalho desenvolvido, bem como provocar o pânico, principalmente em áreas mais afetadas pela ausência de recursos hídricos e pela insegurança alimentar; -Apoiar as gestões municipais com a organização dos fluxos de atendimento viáveis de operacionalização para outros pontos das Redes de Atenção à Saúde em funcionamento, notadamente a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e Rede de Atenção Psicossocial (Raps) para os casos mais graves; -Orientar as gestões e municipais a identificar e estabelecer rede de referência para atendimento ambulatorial e hospitalar; -Monitorar as condições de saúde das populações em situação de vulnerabilidade, incluindo aquelas que vivem em áreas de difícil acesso,

	garantindo que as equipes de saúde da família estejam preparadas para atuar de forma proativa em medidas de prevenção e promoção da saúde; -Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas a incêndios florestais e queimadas para os grupos vulneráveis; -Intensificar ações educativas de promoção da saúde nas unidades de saúde (espaços de acolhimento ou sala de espera), abordando cuidados e alimentação saudável e segura, entre outras; -Reforçar orientações de prevenção dos danos relacionados a incêndios florestais e queimadas, com uso das redes sociais, espaços de sala de espera e as próprias consultas clínicas realizadas por outros motivos; -Orientar a população sobre as manifestações clínicas comuns relacionadas a incêndios florestais e queimadas, incluindo auto manejo e identificação de sinais de alarme; -Intensificar o monitoramento dos grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos de incêndios florestais e queimadas sobre a saúde; -Promover a mudança dos pacientes, que estão nos serviços de saúde, para ambiente de maior conforto térmico; -Reforçar com as equipes das portas de entrada sobre a identificação de distúrbios associados a incêndios florestais e queimadas; -Elaboração de Matriz de Cuidado para Grupos Prioritários: Matriciamento junto às equipes de Saúde da Família (ESF) para monitoramento ativo de idosos isolados, gestantes, pessoas com deficiência e usuários de psicofármacos; -Capacitação das Equipes de APS e RAPS: Difusão de cursos rápidos sobre manifestações clínicas do agravamento de doenças cardiorrespiratórias e complicações renais; -Mapeamento da Infraestrutura Térmica das Unidades: Levantamento das condições de climatização e suporte de hidratação nas UBS e CAPS regionais.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Subsidiar o COE Saúde da situação de desastre por incêndios florestais e queimadas, levando as demandas de Segurança Alimentar e Nutricional; -Assessorar e apoiar os municípios atingidos na identificação de pessoas portadoras de Doenças Crônicas Não transmissíveis (DCNT): diabetes, hipertensão, cardiopatias, AVE, doenças respiratórias crônicas, doenças renais, câncer e os tratamentos atuais a que estão submetidos, para garantir o fluxo assistencial estabelecido; -Contribuir com os municípios atingidos para o mapeamento das áreas com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade (gestantes, idosos, acamados, pessoas portadoras de deficiência, e outros), permitindo a adoção de medidas estratégicas para a proteção e assistência prioritária a esses grupos em situações de desastre; -Auxiliar no planejamento e dimensionamento de equipes das unidades próprias; -Realizar junto aos municípios atingidos levantamento de perdas causadas pelo desastre: na infraestrutura dos serviços de saúde, insumos e medicamentos; -Acompanhar a abertura e o fechamento dos serviços de saúde, identificando possíveis impactos na assistência e avaliando as áreas com aumento de demanda, a fim de garantir o redirecionamento adequado dos pacientes e a continuidade do atendimento; -Integrar o Núcleo Especial de Atenção Primária da SESA - ES com a APS e a Área Técnica de Saúde Mental Regional a fim de estabelecer fluxo assistencial e monitoramento das atividades e ações; -Realizar a avaliação de danos na rede de atenção primária, considerando os públicos (idosos, acamados, Pessoa com Deficiência,

	Pessoa com Transtorno Mental, Doentes renais, etc.), e os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Saúde; -Identificar a necessidade e solicitar medicamentos e insumos para a APS, realizar essa ação integrado com a gerência da assistência farmacêutica; -Avaliar, em conjunto com os municípios atingidos, a necessidade de acionamento da Força Nacional do SUS, considerando a gravidade da situação, a capacidade local de resposta e a necessidade de reforço nas ações de assistência à saúde, garantindo suporte emergencial adequado à população afetada; -Articular com outras Secretarias Estaduais que fazem interface nas situações de incêndios florestais e queimadas; -Reforçar a importância da notificação de doenças/agravos de notificação compulsória pelas equipes da atenção primária; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Contribuir com os municípios atingidos para o mapeamento das áreas com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade (gestantes, puérperas, RNs, crianças, idosos, acamados, pessoas portadoras de deficiência, e outros); -Realizar a avaliação de danos na rede de atenção primária, considerando os públicos (gestantes, puérperas, RNs, crianças, idosos, acamados, Pessoa com Deficiência, Pessoa com Transtorno Mental, e outros); -Avaliar a eficácia do fluxo de assistência à saúde considerando a Classificação de Riscos da população assistida e a realidade; -Orientar as gestões municipais na atualização dos cadastros individuais da população, permitindo o planejamento adequado das ações de assistência e recuperação; -Apoiar as gestões municipais nas orientações à população sobre as unidades de saúde disponíveis para atendimento, informando horário de funcionamento e fluxos assistenciais nas UBS, garantindo acesso a cuidados em meio às dificuldades de locomoção e abastecimento de água; -Apoiar as gestões municipais na identificação de cenários de risco e situações de desassistência à saúde, especialmente em comunidades de campo, floresta e águas e áreas de difícil acesso afetadas por incêndios florestais e queimadas -Intensificar, junto às gestões locais, o acompanhamento das ações realizadas no território, a fim de garantir o suporte necessário para a assistência à saúde da população; -Ativar centros de hidratação para a população nas unidades de atenção primária; -Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas a incêndios florestais e queimadas para a população em geral; -Intensificar articulação entre os dispositivos da RAS e outras instituições, como escolas, creches e organizações comunitárias, a fim de garantir uma resposta oportuna e coordenada aos efeitos de incêndios florestais e queimadas; -Monitorar a pressão assistencial e as solicitações de vaga zero por CIDs de agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas e ajuste na regulação de leito; -Priorizar o agendamento dos grupos vulneráveis e suscetíveis aos efeitos da poluição do ar causada por incêndios florestais e queimadas, em horários com temperaturas menos intensas; -Utilizar recursos de telessaúde quando disponíveis;

	-Solicitar aos serviços básicos de saúde a avaliar a possibilidade de visitas domiciliares em públicos de maior risco de adoecimento ou agravamento de doenças em virtude de temperaturas elevadas, especialmente crianças menores de 2 anos e idosos com comprometimento de atividades básicas da vida diária; -Orientar pacientes sobre recursos no território para alívio durante incêndios florestais e queimadas; -Intensificar a organização das equipes das portas de entrada para atendimento de distúrbios associados à exposição aos efeitos de incêndios florestais e queimadas.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz; -Analisar o acionamento da Força Nacional do SUS; -Prever água potável e sais de reidratação para trabalhadores e pessoas usuárias nas Unidades Básicas de Saúde; -Ampliar e/ou qualificar a estrutura e o atendimento à população na APS os municípios podem utilizar o recurso para ações como: ● Contratação de profissionais; ● Horas extras; ● Aluguel de equipamentos; ● Compra de insumos. -Apoiar os municípios nas ações de enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional; -Manter as unidades de atenção primária como centros de hidratação para a população; -Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas a incêndios florestais e queimadas para a população em geral; -Manter capacidade para aumento e atendimento de demanda espontânea; -Avaliar agendamentos de consultas programadas e/ou considerar o teleatendimento em caso de disponibilidade para ampliar capacidade de demandas espontâneas e evitar deslocamento dos grupos prioritários; -Estreitar articulação com a RAS, a fim de garantir uma resposta oportuna, coordenada e longitudinal aos efeitos de incêndios florestais e queimadas; -Garantir a toda a população um atendimento oportuno e coordenado, condizente com o protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas a incêndios florestais e queimadas; -Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto; -Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário; -Intensificar a orientação aos pacientes sobre recursos no território para alívio durante incêndios florestais e queimadas; -Garantir a organização das portas de entrada para absorção da demanda de distúrbios associados à exposição aos efeitos de incêndios florestais e queimadas; -Suporte à Instalação de Salas de Hidratação e Tratamento nas Unidades de Saúde; -Acionamento da Telessaúde/Telemedicina: Disponibilização de suporte remoto para triagem clínica, orientação de pacientes e suporte às equipes da APS para evitar sobrecarga nas UPAs e Hospitais; -Plano de Contingência Operacional dos CAPS: Garantia do manejo seguro de pacientes da Rede de Atenção Psicossocial, evitando descompensações decorrentes da interferência dos efeitos causados por incêndios florestais e queimadas.

Quadro 30 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Assistência Especializada

SETOR: GERÊNCIA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Elaborar um protocolo extraordinário, em conjunto com outras gerências, a ser utilizado em situações de desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas, permitindo o ajuste adequado das agendas eletivas para a população atingida, garantindo o acesso oportuno e o ajuste dos casos que demandem atendimento imediato, considerando situações específicas; -Fortalecer a articulação com a rede de atenção especializada; -Apoiar os estados nas ações de preparação da rede de atenção especializada diante os desastres causados por incêndios florestais e queimadas; -Produzir documentos acerca do impacto dos incêndios florestais e queimadas nos componentes da rede de atenção especializada; -Fomentar o diálogo com as demais áreas envolvidas para potencializar o desempenho das ações e integração na construção dos planos de ação; -Fortalecer as capacitações dos núcleos de educação permanente com temáticas para abordagem e manejo adequado dos agravos causados pelos efeitos de incêndios florestais e queimadas; -Acompanhar a divulgação dos briefings, boletins e alertas elaborados por órgãos componentes do Sistema Federal de Resposta (INMET, INPE, etc.) e avaliar o risco de impacto nas áreas de atuação dos Desastres por incêndios florestais e queimadas; -Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto; -Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário; -Garantir a organização das portas de entrada para absorção da demanda de distúrbios associados aos efeitos causados por incêndios florestais e queimadas.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas; -Realizar o monitoramento do aumento da procura dos serviços de saúde da atenção especializada, relacionados às doenças e aos agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Desenvolver, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), *dashboards* alimentados por dados provenientes dos estados, seguindo o modelo adotado durante a covid-19; -Apoiar os gestores da Rede de Urgência e Emergência (RUE) no monitoramento e na discussão das necessidades de assistência local, como reorganização da rede de atenção, necessidade de infraestrutura e equipamentos e/ou apoio especializado; -Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto térmico; -Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário;

	-Garantir a organização das portas de entrada para absorção da demanda de distúrbios associados aos efeitos causados por incêndios florestais e queimadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta; -Monitorar o aumento das internações hospitalares relacionado às doenças e aos agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Monitorar os indicadores de assistência na Atenção Especializada previamente elaborados; -Fomentar, junto aos territórios, a relevância de um fluxo específico de atendimento para condições respiratórias, neurológicas e cardiológicas e outros agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Reforçar a importância da grade de referência hospitalar bem estabelecida em cada região, para o atendimento eficiente de pacientes com agravos à saúde relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Estimular o apoio dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATox) aos profissionais de saúde das RAS; -Fortalecer a comunicação com a Central de Regulação das Urgências (CRU) para garantir a regulação adequada dos casos em tempo oportuno para as unidades de referências estabelecidas na rede; -Reforçar a importância do acionamento e atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) 192 respeitando a estratificação de acordo com o nível de gravidade do usuário; -Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto; -Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário; -Garantir a organização das portas de entrada para absorção da demanda de distúrbios associados aos efeitos causados por incêndios florestais e queimadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Ativação do plano de contingência ambulatorial para desastres por incêndios florestais e queimadas; -Articulação com os outros atores da Secretaria de Estado da Saúde para alinhamento das estratégias; -Identificação e alocação de recursos humanos e insumos essenciais; -Planejamento para a transição do atendimento para a fase de reconstrução e recuperação da saúde pública; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto térmico; -Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário; -Garantir a organização das portas de entrada para absorção da demanda de distúrbios associados aos efeitos causados por incêndios florestais e queimadas; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 31 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gerência Gestão Hospitalar

SETOR: GERÊNCIA GESTÃO HOSPITALAR	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Elaborar um plano específico de gestão hospitalar, em conjunto com outros atores estratégicos, estabelecendo diretrizes para o percentual de ocupação de leitos, a ampliação de leitos e a alocação de recursos hospitalares em situações relacionadas a desastres climatológicos por incêndios florestais e queimadas. O plano deve contemplar a análise da demanda de atendimento, a redistribuição de pacientes, a organização e expansão da infraestrutura hospitalar, além de estratégias para garantir a continuidade do cuidado à população atingida.
MOBILIZAÇÃO	-Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade; -Orientar as SMS a mapear as unidades hospitalares em áreas de risco; -Identificar estabelecimentos assistenciais de saúde com um nível de segurança que garanta sua funcionalidade nas situações de desastre; podendo, inclusive, ter sua capacidade de atendimento ampliada; -Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas; -Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto térmico; -Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário; -Garantir a organização das portas de entrada para absorção da demanda de distúrbios associados aos efeitos causados por incêndios florestais e queimadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Monitorar a demanda, o fluxo assistencial e os agravos nas unidades estaduais de saúde (hospitais e unidades mistas), bem como identificar necessidades de insumos, medicamentos, recursos humanos e estrutura; -Acompanhar os serviços de saúde afetados na região e articular soluções para manter a assistência; -Avaliar a necessidade de contratação de leitos na rede privada; -Definir hospitais de referência para casos que exijam cuidados intermediários, tanto na região afetada quanto em localidades próximas; -Estruturar fluxos de atendimento para emergências e pacientes graves, garantindo o encaminhamento adequado; -Coordenar ações de apoio à assistência em saúde em parceria com órgãos externos e entes federativos (SAMU, Exército, Corpo de Bombeiros, Força Nacional do SUS, Ministério da Saúde); -Designar hospitais sob gestão estadual como referência para suporte às unidades municipais, incluindo unidades básicas de saúde; -Garantir a disponibilização de leitos em hospitais públicos estaduais, incluindo leitos de UTI para casos graves; -Verificar e fortalecer a infraestrutura hospitalar e das Unidades de Pronto Atendimento, assegurando a capacidade de resposta ao aumento da demanda, especialmente para gestantes e recém-nascidos;

	-Pactuar fluxos assistenciais e clínicos com maternidades de referência de alto risco, baseando-se em evidências científicas para o manejo de doenças transmitidas relacionadas a incêndios florestais e queimadas; -Organizar os fluxos de atendimento para casos de média e alta complexidade; -Avaliar a realocação de equipes de saúde para reforçar a assistência nos municípios afetados; -Planejar a ampliação de leitos nas unidades hospitalares de referência, conforme a necessidade da situação; -Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida; -Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto térmico; -Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário; -Garantir a organização das portas de entrada para absorção da demanda de distúrbios associados aos efeitos causados por incêndios florestais e queimadas; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 32 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – HEMOES

SETOR: HEMOES	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Estabelecer protocolos claros de comunicação e integração com a Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e as unidades hospitalares para priorização e distribuição de sangue de acordo com a gravidade dos casos; -Implementar sistemas de monitoramento e reporte para avaliar a necessidade de sangue em tempo real, especialmente em hospitais de emergência; -Planejar e coordenar o transporte de sangue para áreas afetadas, assegurando que as condições de armazenamento e transporte atendam às exigências de segurança e qualidade; -Estabelecer um sistema de comunicação eficiente para informar a população sobre as necessidades de doação de sangue, especialmente em áreas impactadas pelo evento de incêndios florestais e queimadas; -Manter canais de comunicação abertos com os órgãos de defesa civil, hospitais e unidades de saúde para ajustar rapidamente a resposta ao desastre.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo,

	assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Monitorar os estoques e redistribuir os insumos entre os hemocentros e unidades hospitalares, conforme a necessidade; -Articular com a rede hospitalar e unidades de emergência para garantir o abastecimento adequado; -Prestar suporte transfusional para vítimas de desastres e pacientes críticos em hospitais e unidades de pronto atendimento; -Atuar em conjunto com equipes de resgate para a rápida disponibilização de sangue em situações críticas; -Estabelecer estratégias para doação e coleta de sangue, incentivando o comparecimento de doadores voluntários para reposição dos estoques; -Manter comunicação contínua com unidades hospitalares para atualização da demanda por sangue e insumos; -Garantir a execução do plano de contingência hemoterápico, assegurando atendimento rápido e eficaz à população afetada; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 33 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Gestão de regulação de Atenção à Saúde, Regulação Hospitalar e Regulação Ambulatorial.

SETOR: GESTÃO DE REGULAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE, REGULAÇÃO HOSPITALAR E REGULAÇÃO AMBULATORIAL.	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Desenvolver um plano específico, integrado a setores estratégicos, com ações que garantam o acesso oportuno e em local adequado aos usuários em cenários de desastres por incêndios florestais e queimadas, considerando possíveis limitações de infraestrutura, acesso, recursos humanos e disponibilidade de vagas; -Elaborar um protocolo de regulação de acesso adaptado a cenários de desastres, contemplando diretrizes para a restrição de acesso, manejo da superlotação de leitos, evacuação de hospitais e demais estabelecimentos essenciais de saúde, garantindo a continuidade do atendimento e a otimização dos recursos disponíveis.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Planejar o transporte emergencial considerando restrições de acesso ao Hospital Regional e outras unidades de referência; -Identificar e garantir leitos de UTI e de retaguarda para pacientes agudos e crônicos;

	-Garantir o acesso à terapia renal substitutiva, independentemente do local de residência do paciente; -Monitorar a capacidade instalada de internação, avaliando a disponibilidade e ocupação de leitos, incluindo especialidades; -Divulgar os fluxogramas assistenciais para média e alta complexidade, conforme necessidade de expansão da oferta de leitos; -Apoiar a transferência intra e interestadual de pacientes quando necessário; -Atuar no gerenciamento de internações e regulação de leitos, garantindo atendimento imediato a pacientes em situação de risco; -Avaliar a capacidade da rede referenciada conforme a gravidade e demanda do evento de incêndios florestais e queimadas; -Acionar equipes de triagem e classificação de risco para otimizar o fluxo assistencial e a regulação de leitos; -Alertar a rede sobre a necessidade de ativação de leitos de retaguarda para suprir a demanda emergencial; -Monitorar continuamente a disponibilidade de leitos, garantindo a eficiência da assistência; -Acompanhar pacientes que aguardam procedimentos eletivos, assegurando reagendamentos ou encaminhamentos alternativos para minimizar impactos na continuidade do tratamento; -Monitorar continuamente a disponibilidade de leitos, garantindo a eficiência da assistência; -Acompanhar pacientes que aguardam procedimentos eletivos, assegurando reagendamentos ou encaminhamentos alternativos para minimizar impactos na continuidade do tratamento; -Divulgar para a rede assistencial regional os fluxogramas de atendimento preconizados pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde para agravos relacionados a incêndios florestais e queimadas; -Realizar transportes de urgência conforme a necessidade assistencial. -Coletar e enviar informações para o CIEVS para composição do Boletim Epidemiológico, conforme a periodicidade estabelecida; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 34 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – SAMU.

SETOR: SAMU.	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Manter as ambulâncias em funcionamento, estrutura física, insumos, equipamentos; -Realizar gestão de Recursos Humanos; -Manter relação com a Porta de entrada; -Realizar ações de capacitação para situações de desastres por incêndios florestais e queimadas; -Participar das discussões junto à gestão da SESA-ES para o planejamento de ações e estratégias em situações de desastres de grande magnitude, considerando possíveis limitações de acesso, fechamento da porta de entrada de urgência e restrições de infraestrutura, a fim de garantir a continuidade e a efetividade do atendimento à população;

	-Participar do planejamento e execução do plano de contingência em desastres por incêndios florestais e queimadas, garantindo alinhamento estratégico entre os serviços de emergência.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco para incêndios florestais e queimadas; -Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Responder a ocorrências emergenciais em áreas de risco, prestando atendimento pré-hospitalar imediato às vítimas; -Priorizar o atendimento a casos graves e críticos, garantindo estabilização inicial e encaminhamento adequado; -Coordenar a triagem de pacientes para otimizar os recursos disponíveis e reduzir sobrecarga nos hospitais; -Executar a transferência segura de pacientes em estado crítico para hospitais de referência; -Garantir suporte adequado durante o transporte, incluindo a utilização de UTI móvel para pacientes graves; -Monitorar e ajustar a escala de profissionais, assegurando a disponibilidade de equipes para atuação contínua durante a emergência; -Verificar a funcionalidade dos equipamentos essenciais, incluindo ambulâncias, sistemas de comunicação e dispositivos de suporte à vida. -Controlar os estoques de medicamentos, oxigênio e insumos médicos, garantindo abastecimento suficiente para a resposta ao desastre; -Atuar de forma integrada com os setores da SESA ES, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, e hospitais de referência para otimizar o atendimento às vítimas; -Manter comunicação contínua com as centrais de regulação para direcionamento eficiente das equipes e ambulâncias; -Subsidiar o COE Saúde com informações de sua área de competência para tomada de decisões.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

Quadro 35 – Ações do setor de saúde no eixo da gestão, segundo o estágio operacional – Núcleos Regionais de Regulação do Acesso.

SETOR: NÚCLEOS REGIONAIS DE REGULAÇÃO DO ACESSO.	
ESTÁGIO	**AÇÕES**
NORMALIDADE	-Planejar ações de forma integrada com a SESA ES, garantindo que sejam complementares, eficientes, coordenadas e organizadas, assegurando uma comunicação eficaz entre a regional e a SESA ES; -Instituir protocolos diferenciados dentro dos cenários de desastres por incêndios florestais e queimadas, considerando a rede assistencial prejudicada pela situação emergencial, incluindo regulação hospitalar para as diversas especialidades.
MOBILIZAÇÃO	-Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco;

	-Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário; -Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pela Rede Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	-Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade; -Preparar a equipe para, caso seja necessário, ativar o COE Saúde Regional, atuando conforme os estágios de preparação e resposta decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade; -Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	-Atuar em conjunto com a SESA ES, estabelecendo, de forma coordenada, os procedimentos necessários para garantir o acesso oportuno e a prestação de cuidados adequados à população, especialmente em situações de emergência. Isso envolve a definição de fluxos assistenciais, a otimização da regulação do acesso aos serviços de saúde e a articulação com diferentes níveis de atenção para assegurar uma resposta eficaz e integrada; -Participar ativamente do COE Saúde Regional.
CRISE	-Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

É fundamental destacar que a implementação dos estágios operacionais deve ser adaptada conforme as particularidades socioeconômicas, ambientais e territoriais de cada município, bem como considerando a gravidade, a extensão e a natureza específica do evento de incêndios florestais e queimadas. Essa flexibilidade permite uma resposta mais eficaz e contextualizada às diferentes realidades locais e à gravidade do evento.

A prevenção é considerada a função mais importante do combate as queimadas, e para ser efetiva precisa ser praticada constantemente. Seu objetivo é impedir as ocorrências que tem causa de natureza humana, e a propagação de incêndios que causam problemas à saúde humana.

Este plano estabelece atribuições e estratégias para o direcionamento do curso de ações como forma de prevenir, responder e recuperar os impactos de saúde advindos de eventos climáticos adversos de incêndios florestais e queimadas no estado do Espírito Santo baseando-se em dados científicos. Este documento consolida as atribuições das áreas técnicas da SESA em cada

estágio operacional do Plano (Alerta, Resposta e Recuperação), definindo responsabilidades, produtos esperados, articulações interinstitucionais e fluxos de acionamento. Esse instrumento subsidia a tomada de decisão do COE Saúde e permite a rápida identificação de lacunas de atuação diante da evolução do cenário de risco associado aos incêndios florestais e queimadas.

Ressalta-se, ainda, que este plano é um documento sujeito a revisões e adaptações contínuas. As condições climáticas, ambientais e socioeconômicas estão em constante mudança, exigindo uma abordagem flexível e responsiva. Portanto, as ações devem ser adaptadas às condições e características específicas da região/localidade afetada. O *feedback* das ações implementadas, a avaliação dos resultados e a incorporação de novas informações são processos essenciais para a evolução e aprimoramento deste plano.

6. INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE)

O COE é um mecanismo para resposta à emergência que objetiva a promoção de uma resposta coordenada por meio da articulação e integração entre os atores envolvidos. Ele é uma estrutura organizacional formada por profissionais do Eixo da gestão, eixo de Assistência, Eixo de Vigilância de Gestão de Emergências em Saúde Pública e Eixo de Vigilância à Saúde, Coordenações Gerais e Departamentos da Secretaria de Estado da Saúde e demais atores intra e intersetoriais com competência para atuar na emergência, no qual realizam-se o planejamento, a organização, a coordenação, a avaliação e o controle das atividades de resposta. A periodicidade das reuniões do COE podem ser diárias, semanais, quinzenais ou em período definido pela gestão (comando), de acordo com a necessidade (BRASIL, 2026e).

Após ativado, o COE deve atuar de forma eficiente para organização da resposta. São atividades e responsabilidades do COE:

- Avaliação e análise das informações referentes à emergência;

■ Construção do Plano de Ação do Evento para enfrentamento da emergência;

■ Estabelecimento de ações prioritárias;

■ Mobilização de recursos humanos, materiais, insumos e equipamentos necessários;

■ Elaboração de relatórios de trajetória do evento;

■ Produção de informação de interesse em Saúde Pública em Situações de Emergência em Saúde Pública;

■ Articulação entre os atores da esfera federal, do ente federado e municípios envolvidos na resposta (BRASIL, 2026e).

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COE-SAÚDE – SESA-ES

O Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) do Estado do Espírito Santo é uma estrutura organizacional temporária, ativada exclusivamente em emergências, como desastres ou crises de saúde pública, com a finalidade de coordenar e gerir as ações de resposta a esses eventos.
Entre suas atribuições, destacam-se:
1. Coordenar e articular a atuação integrada das equipes da SESA, regionais de saúde, municípios e demais instituições envolvidas, garantindo uma resposta unificada e eficaz.
2. Manter comunicação permanente com o Sistema de Comando de Operações (SCO) ou instância equivalente, responsável pela gestão global da resposta ao desastre ou crise, assegurando o fluxo contínuo de informações e a harmonização das ações entre as diferentes esferas de gestão.
3. Promover a centralização e organização das decisões estratégicas relacionadas à resposta em saúde, facilitando o planejamento, a execução e o monitoramento das ações.

4. Assegurar a formalização da ativação por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Estado, garantindo a legalidade e a conformidade normativa da operação.
5. Planejar, implementar e acompanhar medidas emergenciais de assistência à saúde, vigilância epidemiológica, logística de insumos e recursos humanos, de forma a minimizar impactos e proteger a população atingida.
6. Avaliar e revisar continuamente as ações executadas, identificando lições aprendidas e oportunidades de melhoria para futuras respostas.

O propósito central do COE-Saúde é proporcionar uma atuação ágil, organizada e tecnicamente qualificada, assegurando que todos os profissionais envolvidos atuem de forma integrada, reduzindo os impactos à saúde e garantindo a segurança da população**.**

6.2. COMPOSIÇÃO DO COE-SAÚDE

Em virtude da ocorrência de eventos extremos de incêndios florestais e queimadas no estado do Espírito Santo, a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo procederá ao acionamento do Centro de Operações de Emergências (COE), o qual contará com a seguinte composição:

- Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo (Coordenador do COE SAÚDE)
- Subsecretaria de Estado de Vigilância em Saúde
- Subsecretaria de Estado de Planejamento e Transparência da Saúde
- Subsecretaria de Estado de Regulação do acesso em Saúde
- Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde
- Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde
- Subsecretaria de Estado Assunto Administrativo/ financeiro da Atenção à Saúde
- Diretor Geral do ICEPI/SESA ES
- Superintendência Regional de Saúde de Colatina -SESA ES

- Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim -SESA ES
- Superintendência Regional de Saúde de São Mateus -SESA ES
- Superintendência Regional de Saúde de Vitória -SESA ES

Suporte Técnico e Operacional:

- Pontos Focais em Saúde (Rede Vigidesastres, CIEVS, Rede de Urgência e Emergência);
- Equipe Técnica em Saúde da Rede Estadual Vigidesastres.
- Gerência de Comunicação da SESA ES
- Apoio do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do ES

6.3. ATIVAÇÃO

A ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) estadual é de competência do Secretário de Estado da Saúde, que será responsável por coordenar e efetivar sua instalação em resposta a situações de emergência em saúde pública decorrente de desastre por incêndios florestais e queimadas no Estado do Espírito Santo. Na hipótese de impossibilidade de atuação direta, essa atribuição poderá ser formalmente delegada a outro gestor designado, mediante ato administrativo.

O processo de ativação deverá ocorrer de forma escalonada e proporcional à gravidade e à abrangência do evento, seguindo os seguintes critérios:

Monitoramento e Análise Prévia - A decisão de ativar o COE-Saúde Estadual será fundamentada em informações provenientes da Rede Vigidesastres/ SESA ES com dados climatológicos, alertas de órgãos competentes, relatórios das regionais de saúde e recomendações técnicas emitidas por instâncias de gestão de riscos e desastres.

Definição do Nível de Resposta - A partir da avaliação da magnitude do evento, serão definidos o nível de mobilização e as áreas técnicas a serem acionadas, observando o estágio de resposta previsto no Plano de Contingência Estadual.

O intervalo e a frequência das reuniões do COE-Saúde serão definidos proporcionalmente à magnitude e à evolução da emergência. Em situações de crise ou de emergência de saúde pública, deverão ser realizados, no mínimo:

• *Briefing* diário: reunião inicial para apresentação do cenário atualizado, definição de prioridades e distribuição de tarefas;

• *Debriefing* diário: reunião de encerramento das atividades para avaliação dos resultados do dia, ajustes operacionais e replanejamento.

Para assegurar a coordenação eficiente das ações, será utilizada diariamente uma Matriz de Responsabilidades (planilha de acompanhamento), contendo:

• A descrição detalhada das ações previstas para o dia;

• O nome e/ou cargo do responsável pela execução;

• O prazo estimado para conclusão;

• O status de andamento das atividades.

Este processo de definição de nível de resposta e organização das reuniões visa garantir clareza na distribuição de responsabilidades, padronização na comunicação e eficiência operacional durante todo o período de atuação do COE-Saúde.

Acionamento dos COEs Regionais – Sempre que identificado impacto localizado ou regionalizado, o COE-Saúde Estadual determinará a ativação dos COEs-Saúde Regionais correspondentes às áreas atingidas. Esses COEs Regionais serão responsáveis por:

• Coordenar as ações de resposta no âmbito regional, articulando com as Secretarias Municipais de Saúde e demais órgãos locais.

• Garantir o fluxo de informações contínuo com o COE-Saúde Estadual, subsidiando a tomada de decisões.

• Monitorar a situação em campo e reportar necessidades operacionais e logísticas.

•Executar as ações previstas no Plano de Contingência Regional, em consonância com as diretrizes estaduais.

•Formalização da Ativação – A instalação do COE-Saúde Estadual e dos COEs-Saúde Regionais será formalizada por meio de portaria publicada no

Diário Oficial do Estado, conferindo legalidade e legitimidade ao processo de resposta.

Essa lógica de ativação visa assegurar uma resposta organizada, coordenada e escalonada, integrando esforços entre os níveis estadual, regional e municipal, de forma a minimizar os impactos sobre a saúde da população e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

6.4. DESATIVAÇÃO

A desativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) é de competência do Secretário de Estado da Saúde, podendo essa atribuição ser formalmente delegada a outro gestor designado, na hipótese de sua impossibilidade de atuação.

O processo de desativação será fundamentado na avaliação contínua da emergência, considerando a redução ou controle significativo dos riscos à saúde pública, a normalização dos serviços essenciais e a diminuição da necessidade de ações extraordinárias.

A desativação seguirá as seguintes etapas:

1. Análise Técnica – Realizada pelo COE-Saúde, em conjunto com as áreas técnicas da SESA, regionais de saúde e demais instituições parceiras, para verificar o cumprimento dos objetivos da resposta e a situação epidemiológica e assistencial no território afetado.
2. Decisão de Encerramento – A partir dessa análise, será emitida recomendação técnica ao Secretário de Estado da Saúde para a desativação do COE-Saúde e, quando aplicável, dos COEs-Saúde Regionais.
3. Formalização – O encerramento será oficializado por meio de portaria da Secretaria de Estado da Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado, estabelecendo o término das atividades específicas de resposta à emergência. Esta portaria poderá definir diretrizes para a transição gradual das ações emergenciais para a rotina dos serviços de saúde.

4. Desmobilização e Reintegração – As equipes, recursos e estruturas mobilizadas serão reorganizados e reintegrados às atividades regulares, preservando-se a capacidade de resposta para eventos futuros.

5. Relatório Técnico Final – Após a desativação, será elaborado um relatório técnico detalhado contendo:

- Descrição das ações executadas;
- Resultados obtidos;
- Principais dificuldades e desafios enfrentados;
- Lições aprendidas;
- Recomendações para o aprimoramento de futuros planos de contingência e respostas a emergências.

O processo de desativação visa assegurar que a saída do regime emergencial seja realizada de forma planejada, garantindo a continuidade da atenção à saúde da população e a consolidação das melhorias e aprendizados adquiridos durante a resposta.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Contingência apresenta em sua estrutura as ações prioritárias para enfrentamento por desastre climatológico por incêndios florestais e queimadas no Estado do Espírito Santo, em conformidade com Guia de Elaboração de Planos de Contingência do Ministério da Saúde.

Esse documento descreve medidas específicas para os setores da saúde aliados quando em gestão de desastres, de forma integrada, o que inclui Gestão e Coordenação, Vigilância em Saúde, Comunicação de Risco, Administração, Planejamento e Logística, Rede Assistencial e Laboratório Central.

A efetividade deste plano depende da mobilização oportuna de recursos humanos, materiais, logísticos e financeiros. O levantamento e a garantia prévia desses recursos, antes do agravamento do cenário, foram a condição essencial para uma resposta proporcional, eficaz e oportuna.

As ações que são propostas englobam as fases das ações, da normalidade, que foca na prevenção, monitoramento e capacitação de equipes, o estágio de mobilização, alerta, emergência e crise, detalhando as ações que devem ser realizadas, garantindo coordenação integrada, levantamento de recursos necessários, monitoramento contínuo dos indicadores, comunicação eficaz e assistência às pessoas.

A implementação do plano fortifica a capacidade de preparo, resposta e mitigação sobre os efeitos de incêndios florestais e queimadas no estado do Espírito Santo, o que assegura assistência de saúde oportuna à população, a continuidade da atenção e a integração de todos os atores necessários, em todos os níveis de atenção.

Portanto, o sucesso na gestão de emergências climáticas em saúde no estado do Espírito Santo depende do compromisso coletivo em agir com responsabilidade, solidariedade e inovação. Assim, podemos construir um estado mais resiliente e sustentável para todas as comunidades, assegurando que, mesmo diante das adversidades climáticas, a população tenha acesso a recursos essenciais.

8. REFERÊNCIAS

AGHAPOUR, M. et al. Role of air pollutants in airway epithelial barrier dysfunction in asthma and COPD**. European Respiratory Review**, v. 31, n. 163, p. 210112, 31 mar. 2022.

BARCELOS, C. et al. Mudanças climáticas, desastres e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. In: RODRIGUES et al., 2025. Mudanças climáticas, desastres e saúde: resenha crítica. **Revista Caderno Pedagógico** – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.22, n.9, p. 01-08. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. **Plano de Manejo Integrado do Fogo** 2023-2025. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Guia para elaboração de planos de contingência.** Brasília: Ministério da Saúde, 2023a. 42 p. Il. ISBN 978-65-5993-566-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Emergências Climáticas e os Impactos na Saúde**. 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/emergencias-climaticas?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. **Programa Queimadas**. São José dos Campos: Inpe, 2025. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/portal/. Acesso em: 12 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Mudanças Climáticas e Saúde**. 2026a. Disponível em: https://miniapps.saude.gov.br/guia-clima/calor/ Acesso em: 07 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. BDQueimadas. **Série Histórica de focos de fogo 2025-2026**. 2026b. Disponível em: https://data.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/#graficos Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. **Índice de Qualidade do Ar**. 2026c. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/meio-ambiente-urbano-recursos-hidricos-qualidade-ambiental/qualidade-do-ar/indice-de-qualidade-do-ar-iqar Acesso em: 12 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Mudanças climáticas para profissionais de saúde** : guia de bolso [recurso eletrônico]. 1. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Mudanças climáticas para profissionais de saúde** : guia de bolso [recurso eletrônico]. 2. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2026d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Queimadas e incêndios florestais : alerta de risco sanitário e recomendações para a população** [recurso eletrônico] 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2026e.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel VigiAR**. Brasília, DF: MS, 2025. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNmRhODQwNzItNThlOS00ZmQ4LWJjZmItZDYxOTNhOTRmYmFhIiwidCI6IjlhNTU0YWQzLWI1MmItNDg2Mi1hMzZmLTg0ZDg5MWU1YzcwNSJ9 Acesso em: 13 set. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF. **Incêndios florestais e a situação do Espírito Santo**. 2019. Disponível em: https://idaf.es.gov.br/incendios-florestais-e-a-situacao-do-espirito-santo Acesso em: 12 set. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. **Quem somos**. 2026a. Disponível em: https://saude.es.gov.br/quemsomos Acesso em: 12 set. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. **Geografia**. 2026b. Disponível em: https://www.es.gov.br/geografia Acesso em: 12 set. 2026.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto n.4488-R, de 09 de agosto de 2019**. Institui o Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres, denominado Alerta. Vitória: Diário Oficial do Espírito Santo, 2019. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br. Acesso em: 06 ago. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Coordenadoria Estadual de proteção e defesa civil. CICC El Niño 2026-2027 – Espírito Santo. **3º Boletim de Monitoramento dos Impactos do El Niño**. Espírito Santo, 2026c.

ESPÍRITO SANTO. Coordenadoria Estadual de proteção e defesa civil. CICC El Niño 2026-2027 – Espírito Santo. **1º Boletim de Monitoramento dos Impactos do El Niño**. Espírito Santo, 2026d.

ESPÍRITO SANTO. Coordenadoria Estadual de proteção e defesa civil. CICC El Niño 2026-2027 – Espírito Santo. **4º Boletim de Monitoramento dos Impactos do El Niño**. Espírito Santo, 2026e.

ESPÍRITO SANTO. Coordenadoria Estadual de proteção e defesa civil. CICC El Niño 2026-2027 – Espírito Santo. **5º Boletim de Monitoramento dos Impactos do El Niño**. Espírito Santo, 2026f.

ESPÍRITO SANTO. Coordenadoria Estadual de proteção e defesa civil. CICC El Niño 2026-2027 – Espírito Santo. **8º Boletim de Monitoramento dos Impactos do El Niño**. Espírito Santo, 2026g.

FLOSS, M. et al. Poluição do ar: uma revisão de escopo para recomendações clínicas para a medicina de família e comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 3038, 19 nov. 2022.

FLOSS, M.; CABRAL, C. G. T. **Qual o impacto da poluição do ar na saúde e como abordar na APS?** 2023. Disponível em: https://www.ufrgs.br/telessauders/perguntas/qual-o-impacto-da-poluicao-do-ar-na-saude-e-como-abordar-na-aps/ Acesso em: 13 set. 2026.

FREY, A. et al. More Than Just a Barrier: The Immune Functions of the Airway Epithelium in Asthma Pathogenesis. **Frontiers in Immunology**, v. 11, p. 761, 28 abr. 2020.

HADLEY, M. B.; BAUMGARTNER, J.; VEDANTHAN, R. Developing a Clinical Approach to Air Pollution and Cardiovascular Health. **Circulation**, v. 137, n. 7, p. 725-742, 13 fev. 2018.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Impactos das mudanças climáticas**. 2022. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620976-impactos-das-mudancas-climaticas Acesso em: 05 ago. 2026.

JUNDIAÍ. **Queimadas e Baixa Umidade do Ar**. Diretrizes para procedimentos durante o período da estiagem. Jundiaí: 2023.

KAYALAR, Ö. et al. Impact of particulate air pollution on airway injury and epithelial plasticity; underlying mechanisms. **Frontiers in Immunology**, v. 15, p. 1324552, 8 mar. 2024.

KHRAISHAH, H. et al. Climate Change and Cardiovascular Disease: Who Is Vulnerable? **Arteriosclerosis, Thrombosis, and Vascular Biology**, v. 45, n. 1, p. 23-36, jan. 2025.

KUZMA, Ł. et al. Exposure to air pollution and renal function. **Scientific Reports**, v. 11, n. 1, 11419, 1 jun. 2021.

LAO, X. Q. et al. Environmental pollution to kidney disease: an updated review of current knowledge and future directions. **Kidney International**, v. 106, n. 2, p. 214-225, ago. 2024.

NISHIDA, C.; YATERA, K. The Impact of Ambient Environmental and Occupational Pollution on Respiratory Diseases. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 5, 2788, 27 fev. 2022.

PACIÊNCIA, I.; CAVALEIRO RUFO, J.; MOREIRA, A. Environmental inequality: Air pollution and asthma in children. **Pediatric Allergy and Immunology**, v. 33, n. 6, pai.13818, jun. 2022.

PARAÍBA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. Plano Estadual da Saúde para Enfrentamento da seca, estiagem e incêndios florestais. Paraíba, 2026.

REQUIA, W. J. et al. Health impacts of wildfire-related air pollution in Brazil: a nationwide study of more than 2 million hospital admissions between 2008 and 2018. **Nature Communications**, v. 12, n. 1, 6555, 12 nov. 2021.

RIBEIRO, M. R. et al. Amazon Wildfires and Respiratory Health: Impacts during the Forest Fire Season from 2009 to 2019**. International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 21, n. 6, p. 675, 24 maio 2024.

RIO DE JANEIRO (GOVERNO DO ESTADO). Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde. **Nota Metodológica sobre o Painel de Excesso de Calor**. Rio de Janeiro, 2025.

RODRIGUES, D. A. et al. Mudanças climáticas, desastres e saúde: resenha crítica. **Revista Caderno Pedagógico** – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.22, n.9, p. 01-08. 2025.

SÃO PAULO (GOVERNO DO ESTADO). Centro de Gerenciamento de Emergências. **Umidade Relativa do Ar.** São Paulo: 2026. Disponível em: https://www.cgesp.org/v3/umidade-relativa-do-ar.jsp Acesso em: 12 set. 2026.

VAN DER ZEE, S. C.; FISCHER, P. H.; HOEK, G. Air pollution in perspective: Health risks of air pollution expressed in equivalent numbers of passively smoked cigarettes. **Environmental Research**, v. 148, p. 475-483, jul. 2016.

WHO/OMS. **Ambient (outdoor) air pollution**. Genebra: WHO, 24 out. 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health Acesso em: 13 set. 2026.

WHO/OMS. **Air quality, energy and health**. 2026. Disponível em: https://www.who.int/teams/environment-climate-change-and-health/air-quality-and-health/health-impacts/types-of-pollutants Acesso em: 12 set.. 2026.

YE, T. et al. Risk and burden of hospital admissions associated with wildfire-related PM2·5 in Brazil, 2000–15: a nationwide time-series study. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 9, p. e599-e607, set. 2021.

9. APÊNDICES

APÊNDICE 1 – MODELO DE PORTARIA DE ATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS

PORTARIA Nº _, DE __ DE _____ DE 20

Dispõe sobre a ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e dos Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, em razão de evento de desastre climatológico por incêndios florestais e queimadas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. ___ da Lei Estadual nº _, de //__, e:

• **Considerando** o Plano de Contingência Estadual para Enfrentamento de Desastres Climatológicos por eventos de incêndios florestais e queimadas;

• **Considerando** a ocorrência de [descrever o evento], classificado como desastre climatológico por incêndios florestais e queimadas, com impacto relevante para a saúde pública;

• **Considerando** a necessidade de coordenação centralizada e descentralizada das ações de resposta no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

RESOLVE:

Art. 1º Fica ativado, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde), com a finalidade de coordenar, planejar e monitorar as ações de resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o evento], de acordo com o Plano de Contingência vigente.

Art. 2º Ficam ativados, concomitantemente, os **Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais)**, no(s) território(s) diretamente impactado(s), com as seguintes atribuições:

I – Implementar as diretrizes definidas pelo COE-Saúde/SESA no âmbito regional;

II – Garantir a articulação com as Secretarias Municipais de Saúde e demais atores envolvidos;
III – Monitorar a situação epidemiológica e assistencial na área de abrangência;
IV – Consolidar e encaminhar informações diárias ao COE-Saúde/SESA.

Art. 3º Compete ao COE-Saúde/SESA:
I – Avaliar continuamente o cenário e definir o nível de resposta;
II – Convocar e conduzir reuniões de **briefing e debriefing** diárias, conforme a magnitude do evento;
III – Atualizar e divulgar a Matriz de Responsabilidades, contendo as ações, prazos e responsáveis;
IV – Fornecer apoio técnico e logístico aos COEs Regionais.

Art. 4º Os trabalhos dos COEs permanecerão ativos até nova deliberação desta Secretaria, considerando o restabelecimento das condições normais de saúde pública e a redução do risco à população.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Local], __ de _____ de 20__

Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo

APÊNDICE 2 – MODELOS DE PORTARIA DE DESATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E COEs REGIONAIS

PORTARIA Nº / – SESA/ES

Dispõe sobre a desativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e dos Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), instituídos em resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o tipo de desastre climatológico], no âmbito do Estado do Espírito Santo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando:

• A Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;

• O Decreto Estadual nº _____, de ___ de _____ de _____, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Saúde;

• O Plano de Contingência da Secretaria de Estado da Saúde para o Enfrentamento de Desastres Climatológicos por Incêndios florestais e queimadas no Estado do Espírito Santo;

• As atribuições conferidas ao COE-Saúde/SESA e aos COEs Regionais no processo de coordenação das ações de resposta às emergências de saúde pública;

• A avaliação técnica que indica o controle da situação e a redução significativa dos riscos à saúde pública decorrentes do evento [descrever o evento];

RESOLVE:

Art. 1º Fica desativado, a partir da data de publicação desta Portaria, o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e os Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), instituídos

em resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o tipo de desastre].

Art. 2º A desativação ora definida implica a transição das ações emergenciais para a rotina operacional dos serviços de saúde, devendo as áreas técnicas da SESA e as Regionais de Saúde dar continuidade às atividades necessárias à manutenção da vigilância e da assistência à população.

Art. 3º O COE-Saúde/SESA, por meio de sua Coordenação, deverá elaborar **Relatório Técnico Final** contendo:

I – Descrição do evento e da situação epidemiológica;

II – Medidas adotadas durante a resposta;

III – Resultados alcançados;

IV – Dificuldades encontradas e soluções implementadas;

V – Recomendações e lições aprendidas para aprimorar futuras respostas a emergências.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Local], ___ de _____ de _____.

Secretário(a) de Estado da Saúde do Espírito Santo

APÊNDICE 3 – MODELO DE MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Status	Observação

Orientações para uso da Matriz de Responsabilidade:

• Ação/Atividade: Descrição clara e objetiva da tarefa a ser realizada.

• Responsável: Nome do setor, equipe ou profissional designado para execução.

• Prazo: Data ou periodicidade para conclusão da ação.

• Status: Atual situação da atividade (pendente, em andamento, concluído, etc.).

• Observações: Informações adicionais relevantes, como dificuldades, recursos necessários ou instruções específicas.